

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **193** Jul.-dez.
2017

Ronaldo Ferreira Dias

Fabricação de insulina coloca a Bahia entre os protagonistas da indústria farmacêutica e biotecnológica nacional

Indicação de procedência: potencial do Recôncavo da Bahia no reconhecimento da produção artesanal de licores de frutas

Revisitando os aspectos teórico-conceituais do fenômeno da pobreza

JAQUES WAGNER

INTERIORIZAÇÃO, INVESTIMENTOS
E NOVAS CADEIAS PRODUTIVAS:
PRIORIDADES DA SDE



C&P 193 jul.-dez. 2017
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA
DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti
COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Augusto Cezar Pereira Orrico
COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz Júnior
EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucicleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO
CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mychella Sena Araújo,
Ranieri Muricy Barreto, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes
COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira
COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Brito Correia, Rosângela Ferreira Conceição
EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Mercejane Wanderlei
Santana, Zélia Maria de Carvalho Góis, Raiane Jesus Abreu (estagiária)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias
ASSISTÊNCIA DE PRODUÇÃO
Marília Gabriela Magalhães Almeida
REVISÃO DE LINGUAGEM
Calixto Sabatini (port.), Lucicleide Nascimento
EDIÇÃO DA ENTREVISTA
Maria Luisa Gouveia (Ascom)
DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz
WEB DEVELOPER
Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)
EDITORIAÇÃO
Autor Visual – Perivaldo Barreto Pereira
ILUSTRAÇÃO
Vinicius Luz
NORMALIZAÇÃO
Isabel Dino Almeida, Patrícia Fernanda Assis da Silva
IMPRESSÃO
EGBA - Tiragem: 100 exemplares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador:
SEI, 2018.
n. 193
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

5 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

2017 – FIM DA RECESSÃO. 2018 – O QUE ESPERAR?

Carla do Nascimento

Elissandra Britto

Pedro M. de Santana

31 ENTREVISTA

INTERIORIZAÇÃO, INVESTIMENTOS E NOVAS CADEIAS

PRODUTIVAS: PRIORIDADES DA SDE

Jaques Wagner

ARTIGOS**47 ANÁLISE TEMPORAL DAS SUBTRAÇÕES DE VEÍCULOS EM SALVADOR (BA)**

Aloísio Machado da Silva Filho

Gilney Figueira Zebende

Everaldo Freitas Guedes

63 INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA: POTENCIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA NO RECONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ARTESANAL DE LICORES DE FRUTAS

Fernanda Moraes

Diego Ferreira

Hugo Saba

79 SESSÃO ESPECIAL

REVISITANDO OS ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

DO FENÔMENO DA POBREZA

Amanda Rodrigues Liguori da Luz

Fernanda Calasans C. L. Pessoti

Gustavo Casseb Pessoti

98 PONTO DE VISTA

FABRICAÇÃO DE INSULINA COLOCA A BAHIA ENTRE OS PROTAGONISTAS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E BIOTECNOLÓGICA NACIONAL

Ronaldo Ferreira Dias

100 LIVROS**102 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****114 INDICADORES CONJUNTURAIS****114 INDICADORES ECONÔMICOS****122 INDICADORES SOCIAIS****131 FINANÇAS PÚBLICAS**

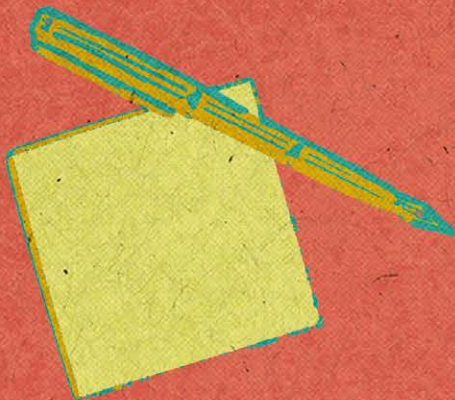
September 25, 1945

Dear Mr. President:

I have the honor to transmit the U.S. Forest Service's Park repair order program to the Secretary of the Interior. This program is the first in the history of the Forest Service to provide for the maintenance of the National Forest System. The program is the first in the history of the Forest Service to provide for the maintenance of the National Forest System. The program is the first in the history of the Forest Service to provide for the maintenance of the National Forest System.

The Secretary is at the time that development in the field is being made. The Secretary is at the time that development in the field is being made. The Secretary is at the time that development in the field is being made. The Secretary is at the time that development in the field is being made. The Secretary is at the time that development in the field is being made.

Q W E R T Y U I O P
A S D F G H J K L ;
N B M V C X Z



CARTA DO EDITOR

A edição 193 da revista *Conjuntura & Planejamento* retrata a economia brasileira em um cenário de reversão do processo recessivo. No ano de 2016, o país vivenciou uma retração da atividade econômica, colocando no centro das discussões a condução da política macroeconômica. Já em 2017, os indicadores sinalizaram uma mudança no cenário. De acordo com a equipe de conjuntura da SEI, as incertezas políticas permaneceram em 2017, mas o ritmo de queda da atividade econômica diminuiu, surgindo sinais de reversão do ciclo, como a retomada, ainda que tímida, de alguns indicadores a patamares positivos, como o PIB nacional, que registrou um crescimento real de 1,0% em relação a 2016.

Esse número apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção de Ronaldo Ferreira Dias, diretor-presidente da Bahiafarma e presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (ALFOB), acerca da fabricação de insulina. Segundo Dias, a produção de insulina pela Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos (Bahiafarma) representará um marco para a indústria fármaco-biotecnológica e para o complexo industrial de saúde brasileiro, podendo inserir a Bahia no grupo de protagonistas do mercado nacional do setor.

A seção Entrevista traz uma conversa com Jaques Wagner, atual secretário estadual de Desenvolvimento Econômico. Wagner analisa a sua gestão à frente da SDE, trazendo um olhar sobre os desafios do estado da Bahia nos próximos anos. Na sua avaliação, a interiorização da economia, o estímulo ao desenvolvimento e a consolidação de novas cadeias produtivas são estratégias prioritárias da sua gestão. Segundo ele, a SDE tem atuado, sempre em parceria com outras secretarias e com o setor privado, no segmento de energias renováveis, em particular a eólica e a solar.

Entre os artigos que integram esse número da revista está o de Aloísio M. da Silva Filho, Gilney F. Zebende e Everaldo F. Guedes, intitulado “Análise temporal das subtrações de veículos em Salvador-BA”. Nesse trabalho, os autores buscam analisar as flutuações das séries temporais do número de veículos furtados e veículos roubados diariamente no município de Salvador, no período de 2004 e 2015. Outro trabalho é o de Fernanda Moraes, Diego Ferreira e Hugo Saba, com o tema “Indicação de procedência: potencial do Recôncavo da Bahia no reconhecimento da produção artesanal de licores de frutas”. Para os autores, a indicação geográfica pode se tornar um diferencial competitivo para os produtores e uma ferramenta de desenvolvimento regional.

Na seção Especial, tem-se o artigo de Amanda Rodrigues L. Luz, Fernanda Calasans C. L. Pessoti, e Gustavo C. Pessoti com a temática: “Revisitando os aspectos teórico-conceituais do fenômeno da pobreza”. Nesse trabalho, os autores realizam uma revisão da evolução do estudo científico da pobreza. Através de uma análise dos pontos mais marcantes da trajetória teórico-conceitual acerca da questão da pobreza, ressaltando os avanços auferidos com as teorias multidimensionais. A ideia presente é compreender como se chegou às concepções atuais desse problema.

Assim, a edição 193 da C&P reforça o objetivo de oferecer uma avaliação sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazo.



2017 – FIM DA RECESSÃO. 2018 – O QUE ESPERAR?

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada em
Ciências Econômicas, pela
Universidade Estadual de Feira
de Santana (UEFS). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA global deu sinais positivos em 2017, apresentando crescimento amplo e sincronizado. O relatório World Economic Outlook (2018), divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), destaca que a atividade econômica global registrou crescimento de 3,7% em 2017 – 0,1 ponto percentual acima do projetado em outubro do mesmo ano, na versão anterior do documento. O FMI também prevê crescimento global de 3,9% para 2018 e 2019, o que representa aumento de 0,2 ponto percentual sobre a projeção do relatório anterior.



O FMI aponta a reforma fiscal implementada pelo presidente americano Donald Trump como principal motor para o crescimento da economia global. Segundo a instituição, os cortes de impostos devem aumentar os investimentos na economia norte-americana

Segundo a instituição, a melhora reflete, entre outros fatores, “[...] o esperado impacto das mudanças recentemente aprovadas na política de impostos dos Estados Unidos”. No entanto, o documento diz que “[...] devido à natureza temporária de algumas das medidas, o pacote de políticas de impostos deve [contribuir para] reduzir o crescimento por alguns anos de 2022 em diante” (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018).

O FMI aponta a reforma fiscal implementada pelo presidente americano Donald Trump como principal motor para o crescimento da economia global. Segundo a instituição, os cortes de impostos devem aumentar os investimentos na economia norte-americana, com efeitos positivos em seus principais parceiros comerciais, como o México, por exemplo. O órgão internacional, entretanto, indica que o impacto da reforma de Trump tende a diminuir a partir de 2022, quando os gastos resultantes da redução de impostos devem cair.

Na zona do euro, o PIB cresceu 2,5% em 2017. A expectativa do FMI é que esse percentual se eleve em mais 0,3 ponto percentual em 2018 e 2019 em relação ao estimado anteriormente. O ritmo do crescimento da economia dos países do euro deverá ser brando neste e no próximo ano.

Na Europa, o Fundo destaca ainda a melhoria das estimativas econômicas para a Alemanha (com o PIB registrando 2,3% e 2,0%, em 2018 e 2019, respectivamente) e para a Itália (1,4% e 1,1%, em 2018 e 2019), “[...] refletindo o momento forte na procura interna e uma maior procura externa” (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018). Por outro lado, o crescimento econômico da Espanha foi revisto ligeiramente para baixo em 2018, de 2,5% para 2,4%, devido aos “[...] efeitos do aumento da incerteza política na confiança e na procura [...]” (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018), relacionados, sobretudo, com a crise política na Catalunha.

A expansão média das economias avançadas foi de 2,3% em 2017, sendo que o FMI projetou 2,3% para 2018 e 2,2% em 2019 (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018). A recuperação foi marcada pelo desempenho mais forte do que o esperado na área do euro e, em menor grau, nos Estados Unidos e no Japão. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a expansão média foi de 4,7% em 2017, ante o resultado de 4,3% verificado em 2016. Em 2018, o crescimento esperado é de 4,9% do PIB, de acordo com a instituição (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018).

A economia chinesa cresceu 6,9% em 2017 – um forte aumento após ter registrado, em 2016, seu pior resultado em mais de 25 anos. De acordo com especialistas, essa expansão pode ser explicada pelo aumento das

atividades no setor de infraestrutura, investimentos no mercado imobiliário e a facilitação do crédito à população, que permitiu estimular, sobretudo, as compras online. O FMI prevê crescimento de 6,6% e 6,4%, respectivamente, para os anos de 2018 e 2019.

No Brasil, as incertezas políticas permaneceram em 2017. Entretanto, a atividade econômica diminuiu seu ritmo de descenso e começou a apresentar sinais de reversão do ciclo, como pode ser aferido pela retomada tímida de certos indicadores a patamares positivos. Trata-se de um processo lento e gradual de recuperação da atividade, tendo em vista a elevada ociosidade dos fatores de produção, expressa pelo alto contingente de força de trabalho desocupada e pelo baixo nível de utilização da capacidade produtiva no setor industrial.

Com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2017), elaboradas pelo IBGE, o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 6,559 trilhões em valores correntes no ano, correspondente a um crescimento real de 1,0% em relação a 2016, quando o indicador havia registrado queda de 3,5% nessa mesma base de comparação. No quarto trimestre, o PIB teve crescimento de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias voltou a apresentar resultado positivo no quarto trimestre (2,6%). No acumulado do ano, o indicador variou 1,0%, influenciado pela desaceleração da inflação e pelo crescimento real da massa salarial. Já a formação bruta de capital fixo variou 3,8% no quarto trimestre, e no acumulado do ano recuou 1,8% em relação ao mesmo período de 2016, em função, principalmente, do desempenho negativo do setor da Construção, que acumulou queda de 5,0% no ano.

A despesa de consumo do governo também recuou 0,4% no quarto trimestre e 0,6% no ano. As exportações apresentaram alta de 9,1% no trimestre e 5,2% no acumulado do ano, destacando-se o crescimento das vendas externas de bens agropecuários, veículos automotivos, máquinas e tratores, petróleo e siderurgia. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 8,1% no trimestre e de 5,0% no acumulado do ano, com aumento relevante nas compras de matérias-primas, bens de capital e produtos de vestuário.

Pela análise da oferta, o setor Agropecuário apresentou o melhor resultado, tanto na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (6,1%) como no acumulado do ano (13,0%). A estimativa de safra nacional supera em 29,5% a produção agrícola de 2016, alcançando 241,0 milhões de

Com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2017), elaboradas pelo IBGE, o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 6,559 trilhões em valores correntes no ano, correspondente a um crescimento real de 1,0% em relação a 2016

toneladas. As culturas de soja (19,4%), arroz (17,2%), milho (27,0%) e algodão (10,9%) registraram altas relevantes no ano, contribuindo para o resultado. A Indústria teve expansão de 2,7% no quarto trimestre e variação nula no acumulado do ano. Os segmentos Extração mineral (4,3%), Transformação (1,7%) e Eletricidade e gás (0,9%) tiveram resultado positivo. O setor de Serviços exibiu crescimento de 1,7% no trimestre e 0,3% no acumulado do ano. Dentre os segmentos relevantes, somente Comércio e Atividades imobiliárias apresentaram percentuais positivos, de 1,8% e 1,1%, respectivamente, ao longo do ano.

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2017), observa-se que a Indústria cresceu a uma taxa de 2,5% no acumulado do ano de 2017. O segmento de bens de capital (6,1%) foi o que mais avançou no período, seguido por bens de consumo (3,2%) e bens intermediários (1,6%). Nota-se que na categoria de bens de consumo, o segmento de bens duráveis apresentou uma taxa positiva relevante, de 13,3%, na mesma base de comparação.

O Comércio varejista, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (2017), cresceu à taxa de 2,0%, em termos de volume de vendas, e a 2,2% em receita nominal, no acumulado do ano. O Comércio varejista ampliado teve expansão de 4,0%, em volume de vendas, e de 3,6%, em receita nominal, no período. As vendas de Veículos, motos, partes e peças acumularam variação no volume de 2,7% no período. Quanto ao segmento de Material de construção, houve variação de 9,2% para o volume de vendas em 2017.

O setor de Serviços registrou queda de 2,8% na taxa acumulada anual, medida pelo volume de serviços prestados, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (2017). Em termos de receita nominal, o acumulado no ano foi positivo (2,5%). Observa-se, portanto, um efeito do preço sobre o resultado do indicador.

No tocante ao mercado trabalho, a taxa de desocupação ficou estimada em 11,8% no quarto trimestre de 2017, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) (2017), registrando-se 12,3 milhões de pessoas desocupadas. O resultado é menor em 0,2 ponto percentual em relação ao verificado para o mesmo período em 2016 e em 0,6 ponto percentual na comparação com o terceiro trimestre.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2017) apontaram redução de 20.832 postos de trabalho no país durante o ano. O resultado representou uma variação negativa de 0,05% em relação ao estoque de empregos formais do ano anterior.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou variação de 2,95% em 2017, 3,34 p.p. abaixo dos 6,29% registrados em 2016. Esta foi a menor variação acumulada no ano desde 1998, quando foi registrada taxa de 1,65% (SISTEMA DE ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, 2017).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou variação de 2,95% em 2017, 3,34 p.p. abaixo dos 6,29% registrados em 2016

Diante deste cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (Bacen) iniciou, em outubro de 2016, um ciclo de flexibilização da política monetária, atuando pela redução gradual da meta da taxa Selic. Na última reunião de 2017, o comitê decidiu pelo corte de 0,5 ponto percentual, definido a taxa em 7,0% ao ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

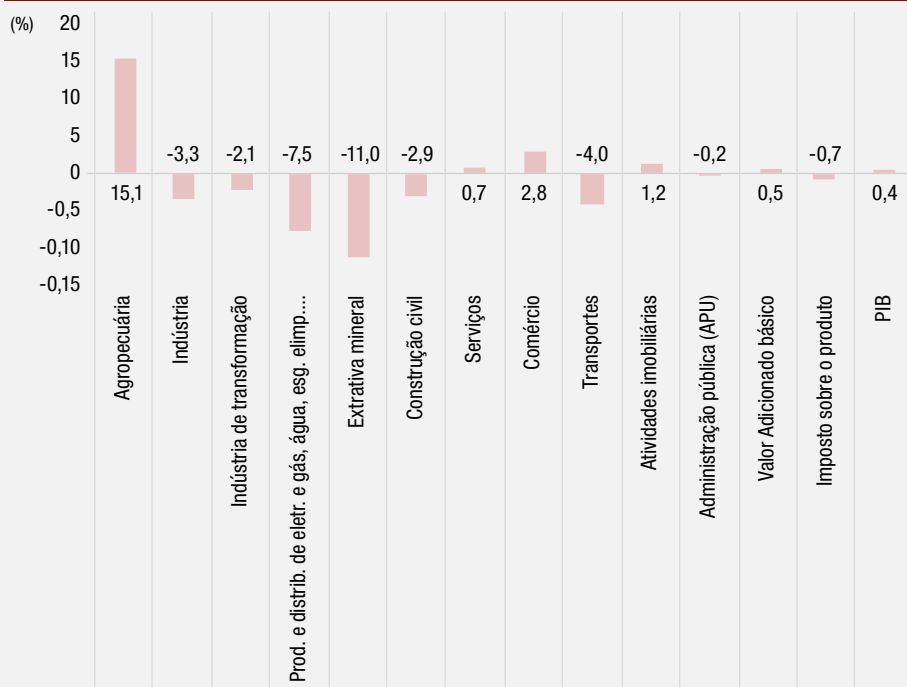
A conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 9,762 bilhões em 2017, equivalente a 0,48% do PIB. As reservas internacionais totalizaram US\$ 374 bilhões em dezembro de 2017. Por sua vez, o superávit da balança comercial acumulou saldo recorde de US\$ 67,0 bilhões no ano, contra US\$ 47,7 bilhões em 2016. As exportações somaram US\$ 217,7 bilhões, alta de 18,5% em relação a 2016 – melhor resultado desde 2014 –, enquanto as importações totalizaram US\$ 150,7 bilhões, valor 10,5% maior do que o do ano anterior.

Em 2017, o déficit primário do setor público consolidado somou R\$ 110,58 bilhões, o que representa 1,69% do PIB. Com o resultado registrado pelas contas públicas, a meta fiscal para o período foi formalmente atingida. Para todo o setor público, o objetivo foi fixado em um déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 163,1 bilhões. O ano de 2017 foi o quarto seguido com saldo negativo nas contas, apresentando o terceiro maior déficit fiscal da série histórica do Banco Central – que teve início em 2001. Em 2016, as contas ficaram negativas em R\$ 155,79 bilhões, o equivalente 2,49% do PIB (MARTELLO, 2018).

ECONOMIA BAIANA

O produto interno bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no informativo *PIB Trimestral* (2017), apresentou leve crescimento em 2017, após declinar a uma taxa de 4,9% em 2016. A atividade econômica baiana aumentou 0,4% no ano (Gráfico 1). A Agropecuária variou positivamente em 15,1%, e o setor de Serviços cresceu 0,7%, enquanto a Indústria registrou queda de 3,3%.

Gráfico 1
Produto interno bruto e valor adicionado (1) – Bahia – 2017



Fonte: SEI-Informativo PIB Trimestral (2017).

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

(1) Variação acumulada no ano.

O cenário macroeconômico de elevado endividamento das famílias e das empresas e o baixo nível de emprego afetaram o consumo e os investimentos privados, o que conduziu ao baixo crescimento de Serviços. A fraca demanda doméstica prejudicou o crescimento da produção industrial, especialmente da Indústria de transformação e da Construção civil, segmentos que têm grande participação no valor adicionado do setor. A Agropecuária, por sua vez, apresentou desempenho bastante satisfatório, influenciado principalmente pelo clima favorável.

SETOR AGRÍCOLA

A Agropecuária foi o setor mais determinante para o desempenho positivo do PIB baiano em 2017. As condições climáticas favoráveis contribuíram para a expansão da produção física – considerando a base de comparação deprimida – e da área plantada das principais lavouras.

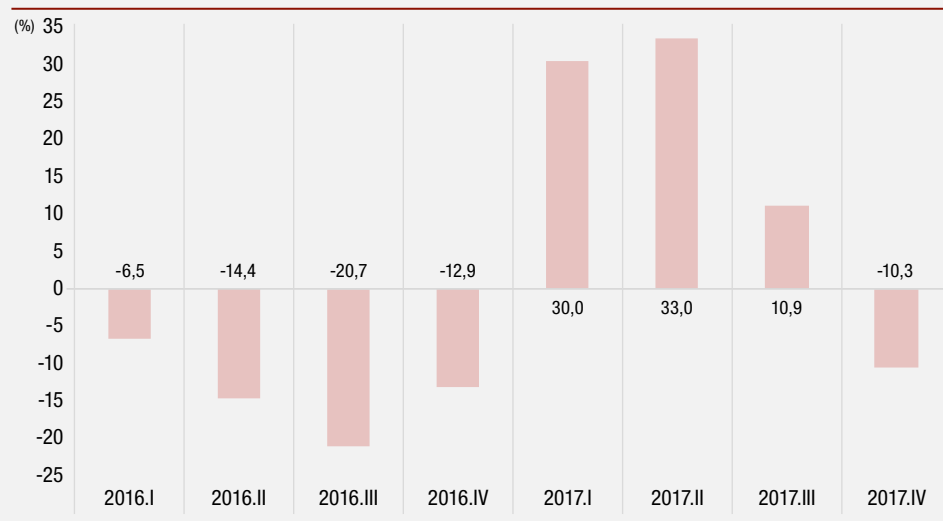
O valor adicionado da Agropecuária baiana apresentou queda de 10,3% no quarto trimestre de 2017, na comparação com o mesmo período do ano

anterior, de acordo com o informativo *PIB Trimestral* (2017). O setor registrou retração após três trimestres consecutivos de crescimento (Gráfico 2). Com isso, o valor adicionado acumulou uma variação positiva de 15,1% na comparação com o acumulado do mesmo período de 2016.

O bom desempenho resultou da recuperação da produção agrícola, em especial da safra de grãos, cuja estimativa, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2017), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro, apontou 8,6 milhões de toneladas para 2017. Este volume representa um crescimento de 40,8% em relação a 2016.

A produção estimada de soja alcançou 5,1 milhões de toneladas, superando em 57,7% a safra anterior, numa área colhida em torno de 1,6 milhão de hectares. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2017) apontou um volume aproximado de 2,0 milhões de toneladas de milho para a atual temporada, correspondendo a um crescimento de 28,7% na comparação com 2016. A área plantada, estimada em 667 mil hectares, representou incremento de 7,4% na comparação anual. Por sua vez, o algodão apresentou estimativa de queda de 5,1% em relação à safra passada, somando 833 mil toneladas. No tocante à área colhida, houve retração de 25,8% na comparação anual, somando um total de 204 mil hectares.

Gráfico 2
Taxa trimestral de crescimento do VAB agropecuário (%) – Bahia – 2016-2017



Fonte: SEI—Informativo PIB Trimestral (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2017) do IBGE, registrou, no acumulado do ano, contração de 1,7%. O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída

A previsão para a safra do feijão totalizou 268 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 85,5% em relação a 2016, numa área plantada de 473 mil hectares. A primeira safra alcançou 141,4 mil toneladas, em 229,6 mil hectares, sendo 32,6% maior do que a de 2016. A previsão da segunda safra estadual foi revisada para 126,8 mil toneladas, ainda resultando em significativo aumento (233,8%) comparativamente à safra anterior.

A produção de café totalizou 183 mil toneladas, correspondendo a uma variação positiva de 41,2% em relação à safra anterior. A colheita do arábica foi projetada em 60,9 mil toneladas, ao passo que a do *canephora* ficou em 128,4 mil toneladas, com variação, respectivamente, de 23,4% e 144,7%, na comparação com 2016.

Os dados negativos estão associados às lavouras de cana-de-açúcar (-49,6%) e cacau (-27,5%), que vêm sofrendo perdas significativas nos últimos anos. Destaque positivo, no entanto, para a produção de mandioca, estimada em 2,1 milhões de toneladas, superando em 6,3% a colheita de 2016.

Em 2018, as condições climáticas definirão o nível de produção. A regularidade na distribuição das chuvas nas regiões do estado é condição necessária para o bom desempenho agrícola. Os primeiros prognósticos apontam para a manutenção do nível de produção de grãos verificado em 2017.

SETOR INDUSTRIAL

O valor adicionado pela Indústria baiana caiu 3,3% em 2017, na comparação com 2016. Todas as atividades do setor acumularam queda no período: Indústria de transformação (-2,1%), Indústria extrativa (-11,0%), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-7,5%) e Construção (-2,9%) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2017).

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2017) do IBGE, registrou, no acumulado do ano, contração de 1,7%. O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída. Seis dos 12 segmentos da indústria baiana tiveram queda em 2017 (Gráfico 3).

O baixo desempenho da Indústria de transformação decorreu da contração na produção física dos segmentos Derivados do petróleo e biocombustíveis (-10,9%), Metalurgia (-26,6%), Celulose, papel e produtos de papel (-2,0%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-60,6%), Minerais não metálicos (-2,2%) e Bebidas (-0,1%). A explicação para esses resultados está relacionada à menor produção de óleo diesel, naftas para

petroquímicas e óleos combustíveis, no caso do primeiro segmento; de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre, em relação ao segundo segmento; de pasta química de madeira, no terceiro segmento; de gravador ou reproduzidor de sinais de áudio e vídeo (DVD, home theater etc.), computadores pessoais de mesa (PC desktops) e computadores pessoais portáteis, no quarto; de cimentos portland, no quinto; e de refrigerantes, no último.

O segmento Derivados de petróleo apresentou forte queda ao longo do ano em razão da retração na demanda de seus principais produtos. Isso ocorreu em decorrência da substituição por importados, diante da política de preços dos derivados de petróleo no país. Segundo especialistas, “[...] em 2013, a refinaria baiana utilizava 94% de sua capacidade, enquanto atualmente utiliza apenas 51%” (VIGNÉ, 2018).

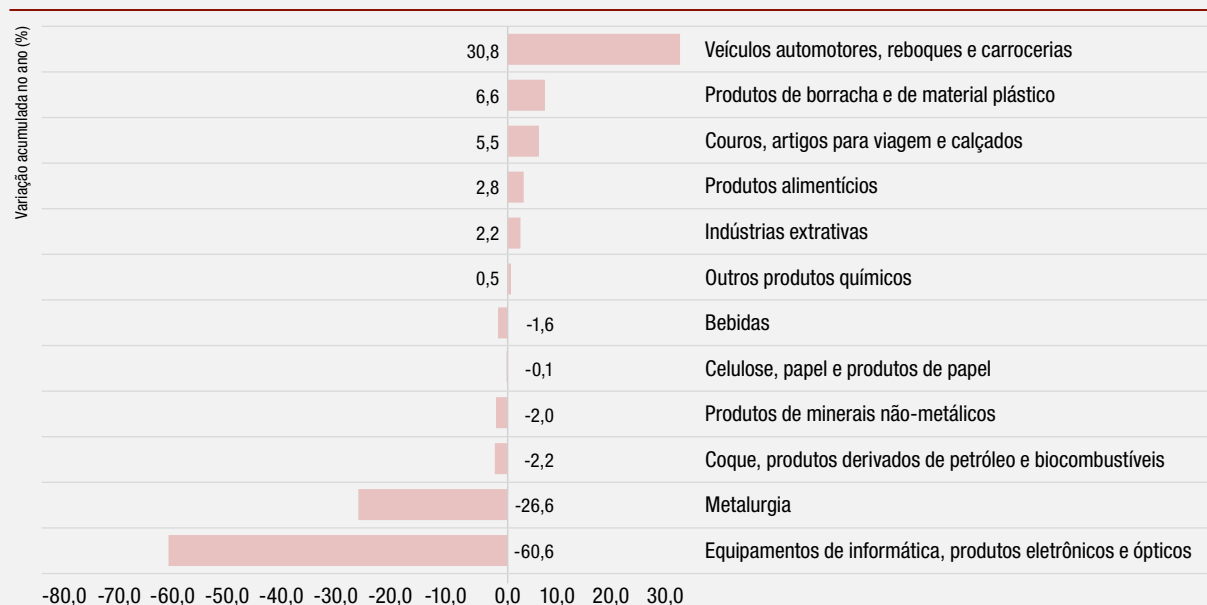
Na Metalurgia, o ramo de cobre foi severamente impactado pela indisponibilidade de linhas de crédito para financiamento do capital de giro. Entretanto, houve melhora gradativa no volume produzido a partir do terceiro trimestre, por conta de acordo de investimento com a empresa multinacional anglo-suíça Glencore. Nos meses de outubro e dezembro de 2017 foram realizadas paradas programadas e não programadas nas plantas, afetando o número de dias de produção. Com isso, houve queda pontual da quantidade produzida no quarto trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Os segmentos que deram contribuições positivas para o total da indústria baiana foram Veículos automotores (30,8%), Couro, artigos para viagem e calçados (5,5%), Produtos de borracha e de material plástico (6,6%), Produtos alimentícios (2,8%) e Extrativas (2,2%). Esses resultados foram influenciados, principalmente, pela maior produção de automóveis, no caso do primeiro segmento; de tênis de material sintético, no segundo; de pneus novos de borracha para automóveis e tubos ou canos de plástico para construção civil, no terceiro; de açúcar cristal, farinha de trigo, cacau e chocolate em pó, no quarto; e de petróleo e gás natural, no último.

As vendas internas de veículos contribuíram para o aumento da produção no último trimestre do ano (42,3%). Entretanto, as montadoras seguem com elevado nível de ociosidade, resultado da queda acentuada das vendas entre 2013 e 2016. As exportações estão sendo um importante canal de escoamento da produção, o que vem permitindo minimizar a ociosidade. Os esforços para realização de acordos comerciais com países da América Latina e o crescimento econômico nesta região contribuem positivamente para a expansão dos embarques.

Os segmentos que deram contribuições positivas para o total da indústria baiana foram Veículos automotores (30,8%), Couro, artigos para viagem e calçados (5,5%), Produtos de borracha e de material plástico (6,6%), Produtos alimentícios (2,8%) e Extrativas (2,2%)

Gráfico 3
Gêneros da Indústria baiana – Variação acumulada no ano (%) (1)



Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Jan.-dez. 2017/jan.-dez. 2016.

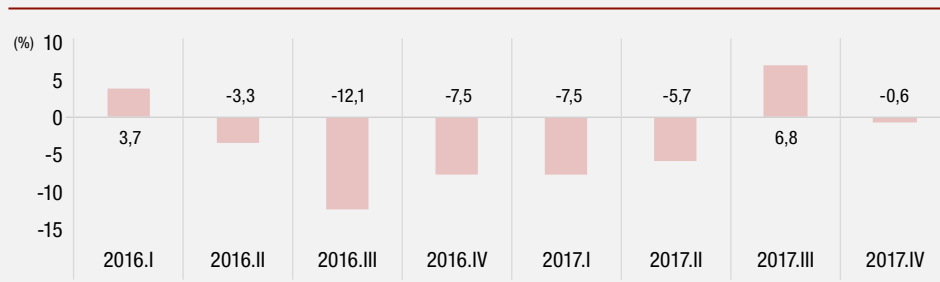
A produção industrial, que vinha sendo estimulada especialmente pelo crescimento das exportações, passou a refletir também uma melhora na demanda doméstica, exibindo, no terceiro trimestre, aumento de 6,8%, quando comparado com mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 4). Entretanto, no quarto trimestre, houve queda na produção (-0,6%), principalmente em decorrência da forte retração no segmento Derivados de petróleo (-20,3%). Não obstante, outras atividades, sensíveis à demanda interna, têm apresentado um ritmo mais forte de produção. O aumento dos níveis de ocupação no mercado de trabalho nos últimos meses, acompanhado da recuperação do poder de compra dos salários e da redução das taxas de juros, explica boa parte da retomada da demanda.

Ainda de acordo com as estimativas do PIB da Bahia (Gráfico 3), a Indústria extrativa recuou 11,0% no período. Houve queda no volume extraído de petróleo e no de gás natural, com taxas de -10,9% e -5,0%, respectivamente, de acordo com dados acumulados no ano da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2017).

O setor Serviços industriais de utilidade pública também contribuiu negativamente para o PIB, por conta, especialmente, da queda de 4,7% no consumo de energia elétrica no estado, com base nos dados da Coelba e

Gráfico 4

Variações trimestrais da produção física industrial (1) – Bahia – 2016/2017



Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

da Chesf. O consumo de gás natural aumentou 6,9% no período, conforme dados da Bahiagás.

E a Construção civil segue a tendência nacional, confirmada pela redução no nível de ocupação na atividade. Dados de emprego formal divulgados pelo Ministério do Trabalho indicam perda de 6.592 postos de trabalho no ano de 2017 (BRASIL, 2017). Esse setor foi prejudicado pela conjuntura desfavorável de queda da renda e do crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda retraído e com muita oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à atividade da Construção, conduzindo projetos habitacionais populares e de infraestrutura. O desempenho negativo do setor contribuiu fortemente para a queda do investimento de curto prazo no estado.

COMÉRCIO EXTERIOR

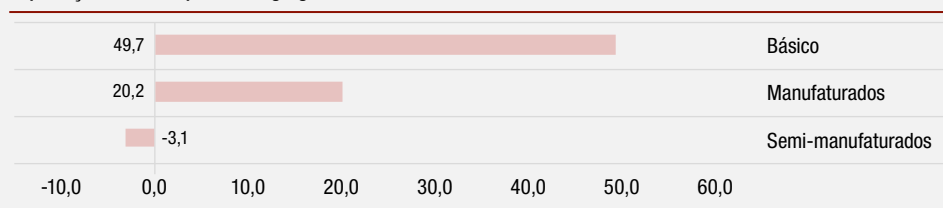
A Bahia apresentou superávit de US\$ 867,1 milhões em sua balança comercial, com base nos dados acumulados de 2017, segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgadas no *Boletim de Comércio Exterior* (2017) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 8,1 bilhões e ficaram 19,0% acima das de igual período de 2016, enquanto que as importações somaram US\$ 7,2 bilhões – 17,0% maiores se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. A corrente de comércio exterior do estado alcançou US\$ 15,3 bilhões, superando em 18,1% o resultado para igual período de 2016.

Os segmentos mais beneficiados das exportações baianas estão relacionados aos produtos básicos, impulsionados pela recuperação da produção

agrícola, cujas vendas externas registraram crescimento de 49,7% em 2017, na comparação com 2016 (Gráfico 5) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2017).

Os embarques foram realizados principalmente por derivados de soja (grão, farelo e óleo), com vendas de US\$ 1,5 bilhão e incremento de 81,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 6). O volume embarcado da oleaginosa alcançou 4,0 milhões de toneladas no ano, atingindo recorde histórico. Além da maior produção em relação ao ano anterior, quando houve perdas significativas decorrentes do período da seca, os embarques do produto, reduzidos desde o fim de 2016, ganharam impulso a partir de maio em razão da maior demanda por soja por parte da China, responsável por 63,5% dos embarques, e do aumento de suas cotações no mercado internacional (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017).

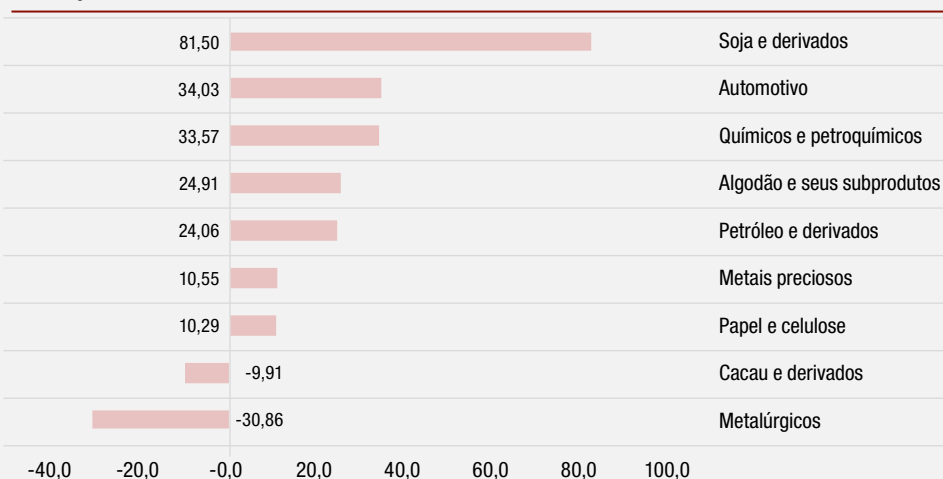
Gráfico 5
Exportações baianas por fator agregado – Jan.-dez. 2017



Fonte: MDIC/Secex–Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2017).

Elaboração: SEI.

Gráfico 6
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-dez. 2017



Fonte: MDIC/Secex–Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2017).

Elaboração: SEI.

As vendas de produtos manufaturados cresceram 20,2%, comparadas com as do mesmo período de 2016. O setor químico/petroquímico teve incremento de 33,6%, o de derivados de petróleo cresceu 24,1%, enquanto que o automotivo, duramente atingido em 2016, teve expansão de 34,0% em 2017.

O câmbio mais competitivo desde meados de 2016 reorientou as vendas do setor automotivo ao exterior, com crescimento de 33,7% em volume físico. O mercado da Argentina teve importância absoluta no segmento, sendo responsável por 82,0% do valor das compras de automóveis.

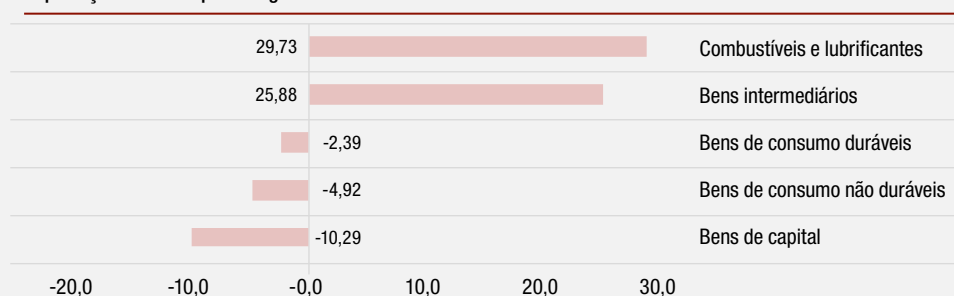
As importações alcançaram US\$ 7,2 bilhões, com base nos dados acumulados em 2017, o que representa um crescimento de 17,0% sobre o mesmo período de 2016 (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2017). O incremento das compras externas no ano deveu-se ao aumento nas aquisições de combustíveis (29,7%) e de bens intermediários (25,9%), tais como minérios de cobre e insumos para a indústria química e peças e acessórios para indústria automotiva (Gráfico 7).

As compras de bens intermediários tiveram um crescimento de 25,9%, resultado da alta reposição de matérias-primas pela indústria e, principalmente, da baixa base de comparação, pois o ano de 2016 também foi marcado por forte contração da economia e da atividade industrial. As compras de bens de capital, termômetro de investimentos no parque produtivo, apresentaram queda de 10,3%, reflexo da lenta recuperação do ritmo de atividade econômica e da paralisação dos investimentos.

SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

O valor adicionado de Serviços do estado registrou crescimento de 0,7% em 2017, na comparação com o ano anterior. O desempenho do setor,

Gráfico 7
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-dez. 2017



Fonte: MDIC/Secex–Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2017).
Elaboração: SEI.

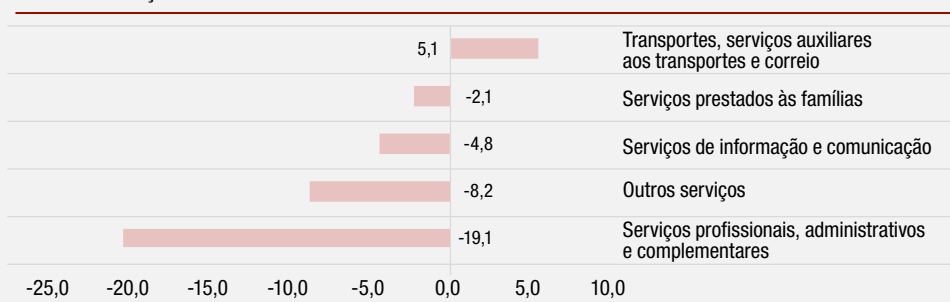
considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Comércio (atacadista e varejista) (2,8%) e Atividades imobiliárias (1,2%), enquanto os demais segmentos tiveram resultados negativos (-4,0% de Transporte, e -0,2% de Administração pública (Gráfico 8).

Com base nos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (2017) do IBGE (Gráfico 8), houve queda de 3,2% no volume de Serviços em 2017. Observa-se que a pesquisa acompanha somente um terço das atividades que compõem o valor adicionado do setor de serviços. Tal resultado foi atribuído à queda em Serviços profissionais, administrativos e complementares (-19,1%), Serviços prestados às famílias (-2,1%) e Serviços de informação e comunicação (-4,8%). Apenas o segmento Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (5,1%) registrou taxa positiva.

No Comércio, as vendas do varejo ampliado no país cresceram 4,0% no acumulado de 2017. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2017), divulgada pelo IBGE, na Bahia esse crescimento foi de 1,2%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de tímido, o acréscimo no varejo baiano foi resultado do comportamento das atividades Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, que registraram, no acumulado, aumento de 3,6% e 5,6%, respectivamente. Esse quadro revela que os segmentos atrelados à confiança e ao crédito têm tido desempenho mais robusto do que aqueles dependentes da renda. Essa constatação fica clara quando se analisam de forma mais detalhada as razões para o comportamento do Comércio varejista restrito nos últimos meses na Bahia.

As vendas do Comércio varejista restrito baiano apresentaram queda de 0,3% na mesma base de comparação. Dos oito segmentos que compõem o setor, três tiveram desempenho negativo (Tabela 1).

Gráfico 8
Volume de serviços – Bahia – Jan.-dez. 2017



Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Serviços (2017).
Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – Jan.-dez. 2017 (1)

Atividade	%
Comércio Varejista	-0,3
1 - Combustíveis e lubrificantes	-3,9
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-11,8
2.1 - Hipermercados e supermercados	-11,8
3 - Tecidos, vestuário e calçados	4,8
4 - Móveis e eletrodomésticos	28,0
4.1 - Móveis	7,2
4.2 - Eletrodomésticos	32,9
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-4,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	6,7
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	23,9
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,6
Comércio Varejista Ampliado (2)	1,2
9 - Veículos, motos, partes e peças	3,6
10 - Material de construção	5,6

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Comércio (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise por atividade indica que, em 2017, os segmentos mais comprometidos no âmbito do Comércio varejista foram Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,8%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-4,2%) e Combustíveis e lubrificantes (-3,9%).

O comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo chamou a atenção ao longo do ano. Com maior peso no indicador de volume de vendas, essa atividade registrou quedas consecutivas desde maio de 2015. Muito provavelmente, essa trajetória se deveu à mudança de comportamento do consumidor, que está preferindo comprar em estabelecimentos de atacado, que não fazem parte da amostra da pesquisa. Em função da contração do nível de atividade econômica, o consumidor talvez tenha também se tornado mais seletivo nos seus gastos, cortando os chamados bens supérfluos da sua lista de consumo. Pode ter havido ainda uma mudança de hábito dos consumidores, que optaram por realizar suas compras nos mercadinhos de bairro.

O segmento Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, juntamente com Combustíveis e lubrificantes, também comprometeu as vendas do setor. A queda, no primeiro caso, pode estar associada à moderação nos gastos com supérfluos, restringindo o consumo aos produtos necessários, como remédios, por exemplo. No segundo caso, a redução no consumo se deveu às oscilações nos preços dos combustíveis ao longo do ano.

O comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo chamou a atenção ao longo do ano. Com maior peso no indicador de volume de vendas, essa atividade registrou quedas consecutivas desde maio de 2015

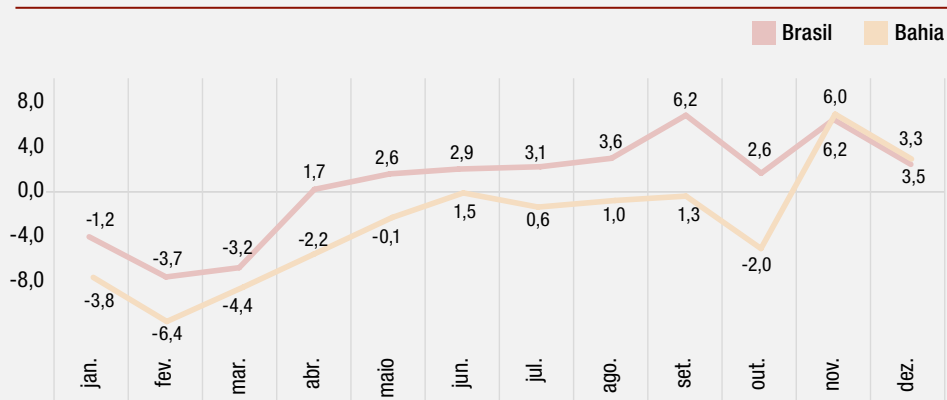
Contrapondo o desempenho registrado por esses segmentos, a atividade Móveis e eletrodomésticos expandiu-se 28,0% no acumulado do ano. Esse resultado foi determinante para trazer novas perspectivas para o setor. No subgrupo, destaca-se o desempenho de Eletrodomésticos, que acumulou crescimento de 32,9%, comparado ao de Móveis, que teve expansão de 7,2% nas vendas.

Diante do exposto, verifica-se que o Comércio varejista dá indícios de recuperação nas vendas, saindo da zona de variação negativa ao longo de 2017. Com exceção do mês de outubro, quando a taxa foi negativa em 2,0%, desde junho o setor registra crescimento nas vendas. O desempenho positivo da maioria dos segmentos foi seguido pelo aumento da ocupação e pela queda da inflação, proporcionando ganhos reais de massa salarial e beneficiando o consumo. Os saques das contas inativas do FGTS também foram positivos para o varejo.

Quando se observa o comportamento dos segmentos Móveis e eletrodomésticos, Veículos, motos, partes e peças, e Material de construção, percebe-se uma nova perspectiva para o setor em 2018, indo de encontro ao verificado em 2016. Esses segmentos dependem da taxa de juros praticada para as pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato de as compras serem normalmente realizadas a prazo, visto que são comercializados bens de maior valor agregado.

Essa perspectiva é ratificada quando se observa o comportamento do setor no trimestre. Verifica-se que, a partir do terceiro trimestre, o setor

Gráfico 9
Volume de vendas do Comércio varejista (1) – Brasil e Bahia – 2017



Fonte: IBGE—Pesquisa Mensal de Comércio (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação mensal, em relação ao mesmo mês anterior.

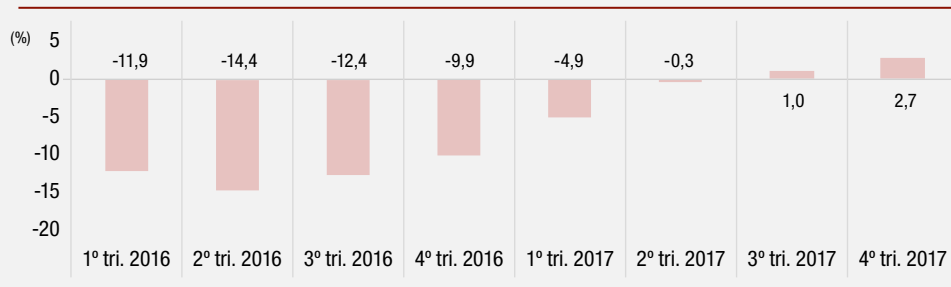
mudou a trajetória de queda, registrando, no quarto trimestre do ano, crescimento de 2,7%.

MERCADO DE TRABALHO

Em 2017, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo. Esses indicadores podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2017).

A taxa de desocupação apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017) do IBGE para a Bahia passou de 16,6%, no quarto trimestre de 2016, para 15,0%, no quarto trimestre de 2017, registrando queda de 1,6 p.p. ao longo do período. No quarto trimestre de 2017 ocorreu queda da taxa de desocupação de 1,7 p.p., em comparação com

Gráfico 10
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 1º tri. 2016- 4º tri. 2017

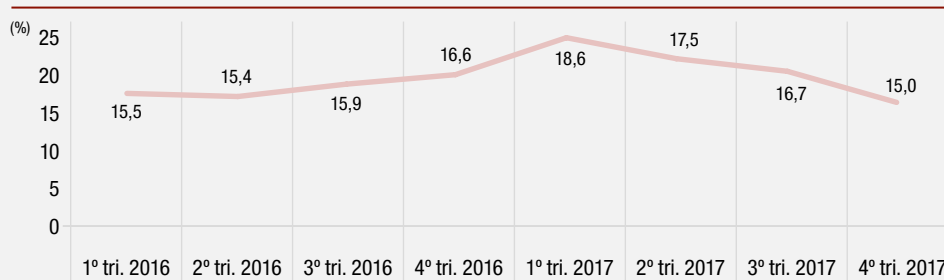


Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Comércio (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 11
Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º tri. 2016-4º tri. 2017



Fonte: IBGE–Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

o terceiro trimestre de 2017. A trajetória da taxa de desocupação a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 11.

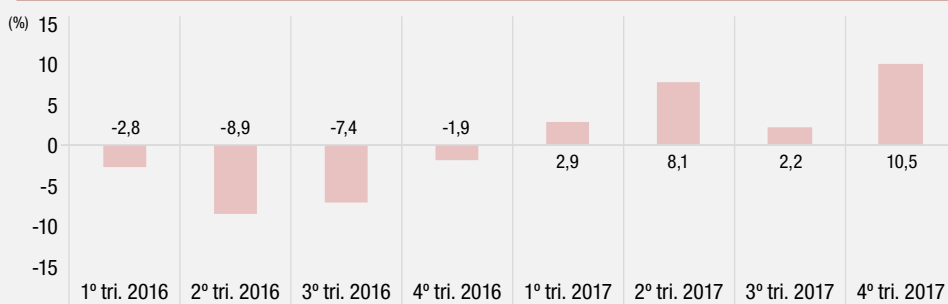
Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, houve decréscimo na comparação anual, passando de 59,7% para 58,8%, enquanto que, no quarto trimestre de 2017, se comparado ao período exatamente anterior, a taxa aumentou de 58,1% para 58,8%.

A população ocupada na Bahia cresceu 1,0% no quarto trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, houve aumento de 2,0% na mesma comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados apontam desempenho positivo no confronto entre taxas do quarto trimestre de 2017 e de 2016, com destaque para os segmentos de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (14,6%), Indústria (5,7%), Alojamento e alimentação (9,0%) e Serviços domésticos (3,5%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados no estado sem carteira assinada registraram expansão de 8,0% no quarto trimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados com carteira assinada, por sua vez, foram reduzidos em 2,4%.

Na Bahia, o rendimento médio real (em todos os trabalhos) aumentou para os ocupados (10,5%), na comparação entre o quarto trimestre de 2017 e o mesmo trimestre de 2016 (Gráfico 12). Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) cresceu 13,9% na comparação entre o quarto trimestre de 2017 e o quarto de 2016 (Gráfico 13).

Gráfico 12
Rendimento médio de todos os trabalhos dos ocupados – Bahia – 1º tri. 2016-4º tri. 2017



Fonte: IBGE—Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017).

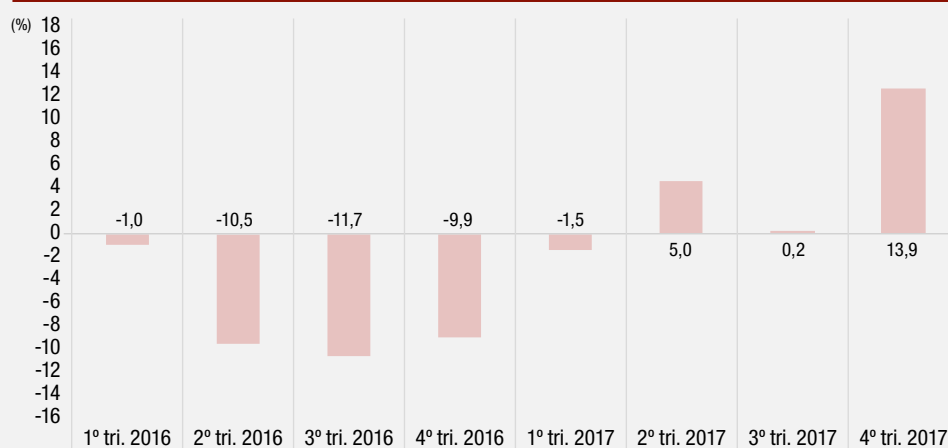
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Usa o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

(2) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 13

Massa de rendimentos real dos ocupados – Bahia – 1º tri. 2016–4º tri. 2017



Fonte: IBGE–Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Usa o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

(2) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O aumento da massa salarial em 2017 refletiu principalmente a dinâmica favorável da taxa de inflação. Em 2017, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2017) do IBGE ficou em 2,95%. Já em 2016, essa taxa atingiu 6,29%.

Quanto ao emprego formal, em 2017, a Bahia gerou 839 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2017) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 0,05%, acima da média nacional (-0,05%) e nordestina (-0,23%). No país, houve uma perda de 20.832 postos, e no Nordeste, de 14.424 postos.

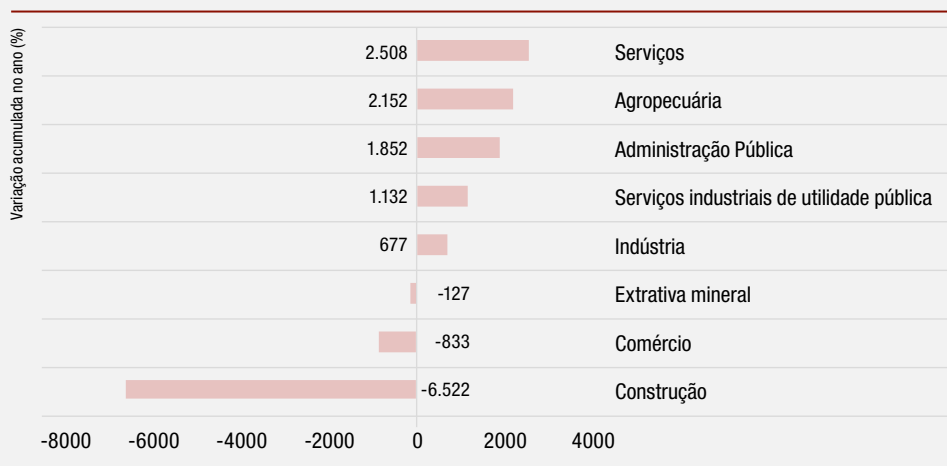
Setorialmente, Serviços, com 2.508 vagas, respondeu pelo maior saldo de empregos. Agropecuária apurou um saldo positivo de 2.152 postos de trabalho. A Administração Pública contabilizou aumento de 1.852 postos de trabalho. E a Indústria obteve ganho de 677 vagas. Outro setor que apresentou saldo positivo foi Serviços industriais de utilidade pública, com 1.132 postos de trabalho. Em sentido contrário, a Construção perdeu 6.522 postos de trabalho. O Comércio, por sua vez, registrou -833 vagas. E Extrativa mineral apurou um resultado de -127 vagas de emprego (BRASIL, 2017)². O Gráfico 14 ilustra esses dados.

¹ Dados divulgados em janeiro de 2018.

² Dados divulgados em janeiro de 2018.

Gráfico 14

Saldo (1) de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-dez. 2017



Fonte: MTE–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Dados ajustados até janeiro de 2018.

Os indicadores analisados apontam leve recuperação do mercado de trabalho baiano em 2017, mais especificamente com relação ao rendimento e à massa de rendimentos, apesar de esses indicadores refletirem ganhos com a queda da inflação. Ressalta-se que, mesmo com o aumento no nível da ocupação, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica evidenciou um cenário um pouco mais favorável no que se refere às questões econômicas e seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2017, quando comparado a 2016. O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,0% em 2017, e as expectativas apontam para taxas de 2,9% e 3,0%, em 2018 e 2019, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Outras projeções, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI), estipulam que o Brasil deverá crescer 1,9% em 2018 e 2,1% em 2019 – as estimativas anteriores, divulgadas em outubro do ano passado, eram de 1,5% e 2,0%, respectivamente.

O cenário que se descortina para 2018 tende a ser um pouco melhor do que o verificado em 2017, haja vista os recentes indicadores econômicos. Há expectativa de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, frente à elevada capacidade ociosa na indústria e à retomada ainda que lenta do poder de compra das famílias, a partir do controle da inflação – que, segundo expectativas do mercado financeiro, se manterá no nível de 3,67% e 4,20%, em 2018 e 2019, respectivamente. Ao mesmo

tempo, estima-se manutenção da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018 e 8,0% em 2019, o que propiciará condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento.

Os efeitos da crise política e fiscal ainda não se dissiparam, e o entusiasmo com relação a 2018 ainda é limitado e depende do ajuste fiscal e da reforma da previdência. Como agravante, tem-se trabalhado com a hipótese de um câmbio sujeito a fortes oscilações, semelhante ao observado anteriormente em anos eleitorais.

As perspectivas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) indicam, para a economia da Bahia, a partir de 2018, ritmo mais intenso na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias, com crescimento mais robusto do que o observado em 2017. Todos os setores de atividade deverão contribuir para o aumento do PIB em 2018.

Tendo em vista o forte crescimento da Agropecuária em 2017, a contribuição do setor para 2018 deverá manter-se positiva, mas com taxa menos expressiva. O sexto levantamento de safras da Companhia Nacional de Abastecimento (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2018) aponta para uma taxa positiva da produção agrícola baiana, podendo chegar a 1,3% em relação à safra de 2017, algo em torno de 8,2 milhões de toneladas de grãos. Pelas características da própria atividade, o comportamento do clima, no tocante às temperaturas e à regularidade na distribuição das chuvas, será determinante para o desempenho do setor.

A Indústria deverá apresentar resultados positivos, condicionada à elevada capacidade ociosa, aos baixos estoques, à demanda interna e externa aquecida e aos juros mais baixos. Mas o crescimento do setor ainda deverá ser suave, apesar da baixa base de comparação, em razão da especificidade da atividade industrial no estado e das dificuldades que muitas empresas atravessam nesse período. O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana, a exemplo de energia, alimentos, petroquímica, construção civil, entre outros.

As perspectivas para Serviços e Comércio estão pautadas pela retomada da produção industrial e pela manutenção das taxas de inflação e de juros mais baixas, e pelo aumento do crédito e do poder aquisitivo. A expansão da ocupação deverá proporcionar ganhos reais de massa salarial, impulsionando o consumo. Há expectativas de que a retração da taxa de juros favoreça o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

O cenário internacional tem se mostrado benéfico, na medida em que a atividade econômica global vem sendo retomada sem pressionar em demasia as condições financeiras nas economias avançadas. Neste sentido, tanto os EUA quanto outras economias avançadas, principalmente as europeias, vêm se recuperando. As previsões são de crescimento do PIB mundial em 2018, com taxa de 3,9%, segundo projeção do último relatório do FMI, em janeiro de 2018 (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018).

Porém, a perspectiva global ainda está sujeita a riscos, incluindo a possibilidade de estresse financeiro, aumento do protecionismo e as crescentes tensões geopolíticas. Segundo o World Economic Outlook (2018), “[...] incertezas políticas aumentam riscos em reformas ou a possibilidade de mudanças em agendas políticas, inclusive no contexto das próximas eleições em vários países (como Brasil, Colômbia, Itália e México)”.

Diante do exposto, a taxa de crescimento da economia baiana tende a se aproximar da média nacional em 2018. Espera-se que um ambiente político menos conturbado e a maior confiança dos agentes econômicos estimulem os investimentos do setor privado, sobretudo em infraestrutura (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias), com intuito de alavancar o crescimento da economia baiana nos próximos anos, assegurando, assim, ganhos sociais fundamentais para mitigar os efeitos da crise sobre a população baiana.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, dez. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_jan_2018.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2018.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS. Brasília: Conab, v. 5, n. 6, mar. 2018. Sexto levantamento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/18_03_13_14_15_33_grao_marco_2018.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Dados estatísticos mensais. Processamento de petróleo e Produção de derivados. dez. 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. mar. 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180309.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas da 211ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil*. Brasília: Bacen, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2017.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez17.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2017. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2017. 4º trimestre. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201704caderno.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 8, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2017_4.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 10, dez. 2017. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201712.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201712.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARTELLO, Alexandro. *Contas do setor público apresentam rombo de R\$ 110 bilhões em 2017*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/contas-do-setor-publico-apresentam-rombo-de-r-110-bilhoes-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Relatórios econômicos OCDE: Brasil*. Paris: OCDE, fev. 2018. Resumo executivo. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eo/surveys/economic-survey-brazil.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpr/regional/default.shtm>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/bahia>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/bahia>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 4º trimestre. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 1 mar. 2018.

RFI. *Economia da China volta a crescer e registra 6,9% em 2017*. 18 jan. 2018. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/mundo/20180118-economia-da-china-volta-crescer-e-registra-69-em-2017>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

VIGNÉ, Júlia. São cada vez menos barris. *Correio da Bahia*, Salvador, 23 fev. 2018. p. 16.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK: *Brighter prospects, optimistic markets, challenges ahead*. Washington: IMF, Jan. 2018. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/01/11/world-economic-outlook-update-january-2018>>. Acesso em: 28 fev. 2018.



Jaques Wagner
Secretário de Desenvolvimento Econômico

INTERIORIZAÇÃO, INVESTIMENTOS E NOVAS CADEIAS PRODUTIVAS: PRIORIDADES DA SDE

Jaques Wagner é o atual secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia. No plano federal, liderou a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e foi ministro da Defesa, da Casa Civil, das Relações Institucionais e do Trabalho. Governou a Bahia em dois mandatos e foi deputado federal durante 12 anos.

O ex-governador da Bahia e atual secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jaques Wagner, é o entrevistado desta edição da revista Conjuntura & Planejamento. Na conversa, Wagner analisa a sua gestão à frente da secretaria e fala dos desafios que o estado precisa enfrentar nos próximos anos. O secretário também trata do plano de desenvolvimento integrado (PDI), enfatizando a sua importância, além de ressaltar os investimentos que serão realizados ao longo deste ano. Por fim, Wagner traça um panorama do momento atual e analisa as perspectivas em termos de desenvolvimento socioeconômico para a Bahia e o Brasil.



SEI – QUAL A PRINCIPAL MELHORIA IMPLEMENTADA
NA SUA GESTÃO NO ÂMBITO DA SDE?

Jaques Wagner – Na minha chegada à SDE, procurei entender a estrutura organizacional existente para, em seguida, buscar torná-la mais ágil e focada na atração de investimentos para nosso Estado, bem como na manutenção dos investimentos existentes, no estudo das cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico da Bahia e na criação de uma diretoria específica para cuidar do setor de Comércio e Serviços.

Com essa visão da economia baiana, fomos direcionados a conceber uma gestão com três frentes/eixos distintos e ao mesmo tempo interligados: as micro e pequenas empresas, que atuam fortemente no setor de serviços; os grandes players de cadeias relevantes como energia eólica e solar, petróleo e gás, mineração e outros setores industriais; e o ambiente de negócios, buscando tornar a Bahia cada vez mais atrativa para novos empreendimentos.

SEI – COMO A SDE VEM ATUANDO NA DESCONCENTRAÇÃO
SETORIAL E EMPRESARIAL DA ESTRUTURA PRODUTIVA DA BAHIA?

JW – A interiorização da economia, o estímulo ao desenvolvimento e a consolidação de novas cadeias produtivas são estratégias prioritárias da SDE. Neste sentido, temos atuado muito, sempre em parceria com outras secretarias e o setor privado nos segmentos de energias renováveis, em particular eólica e solar, cujo grande potencial se concentra na região do semiárido; petróleo e gás, buscando revitalizar sua exploração e produção em campos terrestres; calçados, que tem gerado muitos empregos em diversas regiões do Estado; fruticultura, cacau e chocolate, dentre outras.

Além disso, temos atuado junto a outros órgãos estaduais e federais buscando a melhoria da infraestrutura rodoviária e portuária do nosso Estado, bem como, da redução da nossa carência de linhas de transmissão de energia, que atualmente limita o crescimento dos nossos parques de energias eólica e solar.

SEI – EM QUE MEDIDA SEU TRÂNSITO JUNTO AOS EMPRESÁRIOS E POLÍTICOS
PODE CANALIZAR MAIS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO?

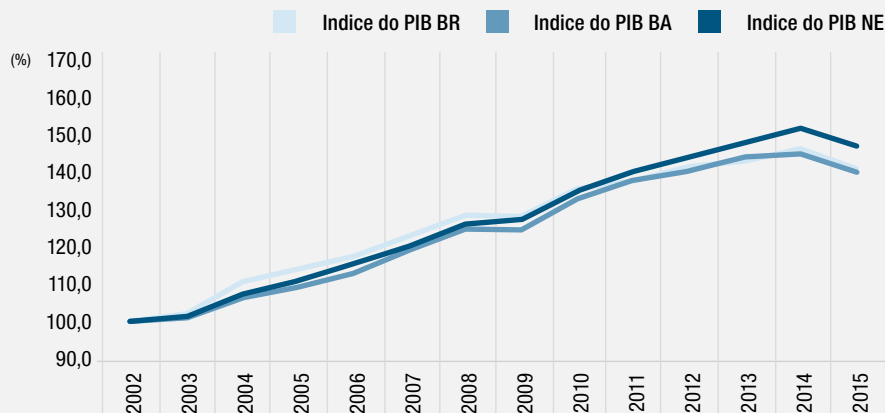
JW – A SDE já vem, há bastante tempo, mantendo um relacionamento bem saudável e profissional com o empresariado. Isso tem sido importante para a atração de novos investimentos, uma vez que garante um ambiente de negócios seguro, o que é fundamental para qualquer decisão empresarial. Aqui buscamos ser diretos e objetivos com as

empresas, prometendo apenas aquilo que o Estado tem condições de cumprir, seja no que se refere aos incentivos fiscais previstos em Lei, à concessão de áreas públicas para a implantação de empreendimentos e ao apoio institucional, tendo sempre como foco a geração de emprego, a interiorização do desenvolvimento e a consolidação de cadeias produtivas.

SEI – PASSADAS VÁRIAS DÉCADAS, A BAHIA NÃO CONSEGUIU PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL IDEALIZADO POR SEUS ÓRGÃOS DE PLANEJAMENTO. NA BUSCA POR ALTERNATIVAS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA NOS ESPAÇOS REGIONAIS, COM VISTAS AO ENFRENTAMENTO, EM NOVAS BASES, DOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, QUAL O MAIOR DESAFIO PARA O GOVERNO DO ESTADO NOS PRÓXIMOS ANOS?

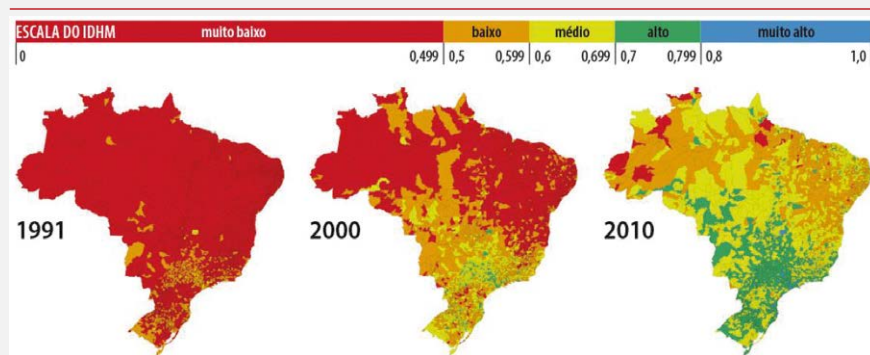
JW – O desenvolvimento é um processo de longo prazo e hoje se compreende que ele deve acontecer de forma integrada, harmônica e simultânea em pelo menos três esferas: econômica, social e ambiental. Isso significa alcançar três metas, expressas no crescimento do PIB, na melhoria do IDH e na utilização sustentável dos nossos recursos naturais e da sociobiodiversidade. Avalio que a Bahia conseguiu, nos últimos dez anos, ótimos resultados em crescimento da riqueza produzida (PIB), na melhoria do IDH e avançamos na sustentabilidade. A grande conquista no campo ambiental é a nova matriz energética de fonte limpa - energia eólica e solar, que representaram investimentos de R\$ 23,6 bilhões entre 2007 e 2017 - além dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. O PIB baiano acompanhou o ritmo da economia brasileira, tendo sofrido, é claro, o impacto da crise a partir de 2015, mas cresceu ao longo da década entre 2002 e 2014.

Gráfico 1
A grande conquista no campo ambiental



Fonte: SEI.

Figura 1
Mapas mostram maior evolução do IDHM no Sul-Sudeste



Nota: Há contrastes como municípios onde a renda per capita mensal é de R\$ 1,7 mil e outros em que é de apenas R\$ 210.
Fonte: Pnud.

Finalmente, o IDH subiu entre 2000 e 2010 da faixa de muito baixo para as faixas de índice baixo e médio na maioria dos municípios baianos, numa vitória social sem precedentes.

Considero que o maior desafio para o governo da Bahia, nos próximos anos, diante da extrema concentração da renda que a política macroeconômica nacional está promovendo, e do avanço rápido das tecnologias de inteligência artificial e robótica, seja garantir um ambiente de negócios favorável aos investimentos, gerando empregos de qualidade e melhor renda para uma juventude mais preparada profissionalmente. Somente esse caminho trará a justiça social e a inclusão que tanto precisamos consolidar.

SEI – NA SUA GESTÃO, A SDE EM CONJUNTO COM A SEPLAN ESTÁ ELABORANDO UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDI) COM O OBJETIVO DE GUIAR A AÇÃO DO ESTADO APONTANDO POTENCIAIS VETORES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS. QUAL A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DESSE PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA?

JW – As incertezas no cenário mundial e nacional são muitas e em diferentes aspectos da vida social e econômica. Das mudanças climáticas à indústria 4.0, da inteligência artificial aos robôs integrados a humanos em todos os campos, das criptomoedas às guerras de informação nas redes, riscos de conflitos e migração em massa, tudo faz com que o gestor público e o político precisem refletir profundamente sobre a sobrevivência do seu país e da sua nação.

Nesses momentos de riscos e oportunidades, é quando mais necessário se faz o planejamento, preparando a sociedade e os atores

econômicos para tomar decisões que afetam muitas gerações, da forma mais transparente e participativa possível.

São escolhas a serem feitas e validadas num diálogo intergeracional, dando origem a políticas públicas desenvolvimentistas, com metas para o curto, médio e longo prazos - estamos trabalhando com o horizonte de 2035 para a Bahia. As decisões são tomadas agora para garantir um futuro melhor para a geração atual e principalmente para as próximas. Investimentos continuados, sejam públicos ou privados, permitirão a geração de emprego, a formação de empreendedores e a geração de renda. Um ótimo exemplo de política pública já existente, que atua para benefício de várias gerações, é o Programa Primeiro Emprego, que contrata jovens egressos das escolas técnicas estaduais de nível médio para trabalhar no serviço público em sua área de formação, contribuindo com novas ideias e tecnologias.

As decisões a serem tomadas definirão prioridades ou “pilares” para sustentar o desenvolvimento. Certamente são capítulos importantes do plano o uso da tecnologia, os avanços na educação profissionalizante, a infraestrutura de transporte, mobilidade urbana, comunicações e modernização do estado e das leis. Tudo isso a partir da análise de cenários regionais e mundiais, para identificarmos nossas maiores oportunidades rumo ao desenvolvimento.

SEI – QUAL A IMPORTÂNCIA DE UM PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO DE PRIORIDADES DITADAS PELAS LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO E COMO ELE PODE SE SOBREPOR ÀS FRAGILIDADES DAS BASES DE SUSTENTAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA BAIANA?

JW – A Bahia, diferente de muitos outros estados no país, tem mostrado um equilíbrio fiscal que abre espaço para investimentos. Além de garantir o pagamento aos mais de 274 mil servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas, equivalente a R\$1,6 bilhão mês, o Governo do Estado tem realizado importantes investimentos. Em 2017, apesar da crise política e a severa recessão econômica, fomos o segundo estado que mais investiu em todo o país - aproximadamente R\$ 2,6 bilhões - mesmo com todas as restrições no orçamento provocadas pela queda de receitas e repasses federais. Assim, o estado tem conseguido atuar de maneira anticíclica, gerando emprego, renda e melhorando a vida da população.

Além disso, graças à segurança jurídica, a austeridade nos gastos públicos, a continuidade administrativa e o diálogo permanente com o setor produtivo, a Bahia segue no radar dos grandes investidores

locais e internacionais. Prova disso é que até 2020 estão previstas a implantação de 429 novos projetos, em diversos territórios do Estado, totalizando investimentos de R\$ 29,9 bilhões e a geração de 28.411 empregos diretos.

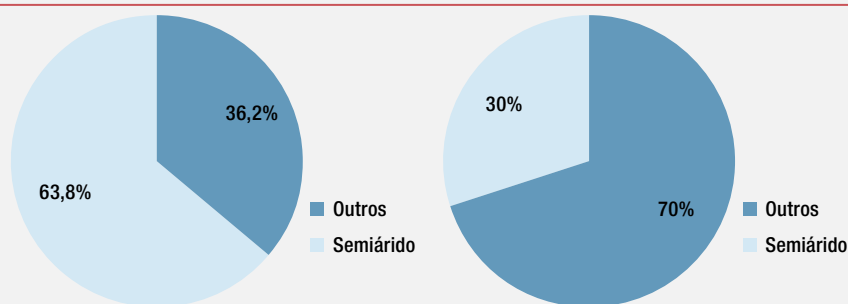
É importante também destacar que a Bahia apresenta enorme potencial de desenvolvimento: é detentora de diversos recursos naturais, mercado consumidor amplo e localização estratégica, ao integrar as regiões Sul e Sudeste com o Nordeste. Ademais, possui também condições climáticas favoráveis para a geração de energias renováveis e muitos produtos com potencial para o selo de denominação de origem, como o cacau, café, charuto, sisal, fruticultura e produtos da sociobiodiversidade, dentre tantas outras. Quanto à nossa base industrial, fortemente ancorada na indústria de petróleo e gás e bens intermediários da cadeia petroquímica, é um ponto de apoio para alavancarmos outras cadeias de bens finais; assim, é exatamente para planejar essa diversificação da base produtiva que o Plano de Desenvolvimento está sendo preparado.

Para aproveitar essas oportunidades é necessário orientar investimentos prioritários que auxiliem no maior encadeamento da base produtiva do estado (na agropecuária, mineração, produtos químicos) e na maior diversificação setorial dada as potencialidades produtivas e regionais do estado.

SEI – A BAHIA É UM ESTADO MUITO PECULIAR, É O QUINTO EM EXTENSÃO TERRITORIAL, O QUARTO EM POPULAÇÃO, SÉTIMO NO PIB, COM MAIS 60% DO TERRITÓRIO NO SEMIÁRIDO, GERANDO GRANDES CONTRASTES NOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS, QUANDO COMPARADOS COM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. NESSE CONTEXTO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO, PRETENDE ATACAR ESSE PROBLEMA ESTRUTURAL?

JW – Dos 417 municípios baianos, 265 estão no semiárido (63,5%), quase 7,2 milhões de pessoas vivem nessa região e, no entanto, menos de 1/3 da riqueza (30%) é produzida no semiárido (ver gráfico abaixo), quadro este que ajuda a explicar porque o estado baiano é o primeiro em repasses tanto do FPE e como do PBF (que atende 1,8 milhão de famílias baianas). Nos últimos dez anos muitos investimentos prioritários foram destinados ao semiárido, da assistência social (PBF) à abertura de instituições de ensino de nível superior e médio, rodovias, abastecimento de água e energia (Luz para Todos), alterando completamente a situação de convivência com a seca. A agricultura familiar tem recebido atenção especial através de diversos programas e dotação de recursos como o Bahia Produtiva.

Gráfico 2 e 3
Municípios baianos e PIB 2015



Fonte: SDE, com dados da SEI, 2017.

Fonte: SDE, com dados do IBGE, 2017.

Assim, levar desenvolvimento ao semiárido é prioritário. O PDI tem no desenvolvimento do semiárido um dos seus principais objetivos. Apesar das dificuldades, a região possui muitas vocações produtivas, seja na agropecuária e na agricultura familiar, seja na exploração de minérios ou em energias renováveis. Então não falta potencial. O plano prevê o estímulo ao desenvolvimento de algumas cidades médias nessa região (rede de cidades), como farol para irradiar serviços e dinamizar o seu entorno. Isso deverá auxiliar no desenvolvimento econômico da região, abrindo oportunidade de negócios e possibilitando o surgimento de empreendimentos locais, fazendo circular renda e fixando a população. Além disso, as obras de infraestrutura energética (solar, eólica, recursos hídricos) vão favorecer a atração de novos negócios, diversificando a matriz produtiva da semiárido. Ademais, a agricultura familiar receberá atenção especial, por garantir a subsistência dos pequenos produtores rurais ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento sustentável.

SEI – QUAL A POLÍTICA/GOVERNANÇA A SER DESENVOLVIDA EM RELAÇÃO AOS CENTROS INDUSTRIAIS DO INTERIOR?

JW – O Governo da Bahia criou o Fundo Estadual de Manutenção - FUNEDIC das áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e do Centro Industrial do Subaé - CIS, regido pelas leis nº 11.631/2009, 13.462/2015 e 13.571/2016, que tem por finalidade prover recursos financeiros, em caráter complementar, para aplicação nas suas áreas industriais com objetivo de manter, conservar e gerir a infraestrutura local.

O FUNEDIC é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. O seu Conselho é composto por Secretarias de Estado, FIEB, Fecomércio, as Autarquias aqui citadas, Desenbahia e representantes de entidades das pessoas jurídicas localizadas nas áreas dos distritos industriais.

Ainda como parte desta política, as Autarquias ficam também autorizadas a transferir aos municípios, às entidades associativas ou similares e às organizações sociais, mediante acordo de cooperação, a gestão dos distritos, sempre com a finalidade de executar, manter, conservar e gerir a infraestrutura e o funcionamento das respectivas áreas. Além disso, podem celebrar contrato de parceria público-privada para o mesmo fim.

Alguns Distritos já foram transferidos para as prefeituras, a exemplo de Vitória da Conquista, Santo Antonio de Jesus e Luís Eduardo Magalhães, no que diz respeito à manutenção e conservação das áreas, permitindo com isto maior agilidade e eficiência na hora de uma intervenção de infraestrutura.

SEI – A BAHIA CONTA COM TRÊS IMPORTANTES INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, FERROVIA OESTE-LESTE, PORTO SUL E A PONTE SALVADOR. NA SUA AVALIAÇÃO, O QUE FALTA PARA A CONCLUSÃO DO PRIMEIRO, E O INÍCIO DAS OBRAS DOS OUTROS DOIS?

JW – A FIOLE foi inserida no Programa de Parceria e Investimentos – PPI, do Governo Federal, em setembro de 2016. Desde então, através dos Ministérios dos Transportes, Porto e Aviação Civil (MTPA) vem sendo discutida a futura concessão desta ferrovia em reuniões com o Estado da Bahia, através da Casa Civil. Ao Estado da Bahia coube a responsabilidade por elaborar os “Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE”. Os estudos foram contratados em setembro de 2017 e entregues ao Ministério dos Transportes em dezembro de 2017 para fins de análise. Ainda assim, o Ministério solicitou a inclusão nos estudos da FIOLE do respectivo trecho da FICO do município de Água Boa, Estado do Mato Grosso. O Estado da Bahia já está trabalhando nestes estudos e teremos uma reunião com Ministério dos Transportes para tratar dos estudos FIOLE e trecho da FICO (Água Boa) nas próximas semanas, em Brasília. Respondendo ao questionamento sobre o que falta para a conclusão da FIOLE, no momento cabe ao Ministério dos Transportes finalizar as análises e estudos recebidos da Ferrovia. Os estudos do trecho de Água Boa (MT) serão entregues até o final de fevereiro. Após conclusões dos estudos de viabilidade da FIOLE, o Ministério dos Transportes dará as devidas tratativas, através da ANTT para o futuro processo de concessão da Ferrovia – FIOLE, através de licitação para um futuro concessionário que assumirá a finalização das obras, principalmente entre o trecho de Ilhéus a Caetité e, posteriormente, o trecho até Correntina (BA).

Atualmente as obras da Ferrovia na Bahia estão em ritmo lento e, outros trechos paralisados. Na tabela abaixo, segue a composição física da obra por trechos (atualizada):

Tabela 1
Obras da ferrovia, trechos paralisados na composição física – Bahia

Lote	Composição física da obra	Trechos
Lote 01	40,54%	Ilhéus
Lote 02	81%	Jequié
Lote 02A	100%	Concluído Túnel em Jequié
Lote 03	91,7%	Tanhaçu
Lote 04	76,63%	Contrato rescindido (Brumado)
Lote 05	25,78%	Guanambi
Lote 05A	82,41%	Ponte sobre Rio São Francisco
Lote 06	5,3%	Santa Maria da Vitória
Lote 07	15,7%	São Desidério

Fonte: SDE.

Sobre o Porto Sul, projeto a ser instalado no Litoral Norte de Ilhéus, no distrito de Aritaguá é constituído pelo Terminal Privado do Estado da Bahia e do Terminal Privado da Bahia Mineração. Atualmente, a unificação dos terminais privados encontra-se em processo de entendimentos junto ao Governo Federal visando a maximização do projeto. O Porto Sul possui todas as licenças ambientais (Licença Prévia e Licença de Instalação) e autorizações dos órgãos públicos competentes, incluindo SPU (Secretaria de Patrimônio da União), Marinha do Brasil, INEMA e outros, além da supressão vegetal, que recebeu recentemente do IBAMA.

Em dezembro de 2017 foi assinado um memorando de entendimento (MOU) entre Estado da Bahia e Bamin para tratarem da unificação dos terminais do Porto Sul e ainda, do início das atividades para a implantação do projeto do Porto Sul, com obras para o segundo semestre de 2018. Desde então, várias ações estão sendo realizadas no âmbito ambiental visando atender a licença de instalação nº 1.024/2014 do Porto Sul, no qual os programas ambientais estarão sendo realizados nos próximos 03 ou 04 meses, antes do período de fase de obras.

Assim, a previsão das obras do Porto Sul para 2018 que contemplam: construção da Ponte sobre Rio Almada; construção dos acessos da BA 262 com Itariri e acessos com desvio da BA 001 ao empreendimento estão previstos para serem realizados a partir de julho de 2018.

Além disto, o Governo da Bahia tem buscado entendimentos e tratativas com grupos estrangeiros (consórcio chinês liderado pela CREC2) e a

ERG/Bamin com objetivo de construção e aporte de capital/financiamento externo para o projeto.

O Sistema Viário Oeste, que é o nome oficial da conhecida Ponte Salvador-Itaparica, é uma obra de infraestrutura de transporte com um impacto socioeconômico de longo prazo, capaz de reconfigurar a rede urbana dos territórios entre o Recôncavo e o Litoral Sul da Bahia e alavancar o desenvolvimento destas regiões.

O Governo do Estado, através da Seplan, lançou uma manifestação de interesse (MI) público com objetivo de prospecção de mercado de contribuições técnicas aos estudos realizados pelo Estado para a concorrência da construção e operação do Sistema Viário Oeste. Três empresas manifestaram interesse através de assinatura de memorando de entendimento (MOU), sendo as chinesas CREC4, CR20G e a brasileira, OAS. Deste modo aguarda-se para breve que as contribuições das empresas sejam entregues ao Estado da Bahia, além da modelagem de financiamento do projeto. Pretende-se lançar a consulta pública ainda no primeiro semestre deste ano e o lançamento do edital a partir de abril/2018. Com isso, espera-se que os inícios destas obras sejam a partir do 2º semestre de 2018 e a previsão da obra é de 04 anos.

SEI – ESSES TRÊS INVESTIMENTOS TERÃO PAPEL DECISIVO EM DOIS SETORES COM GRANDE POTENCIAL NO ESTADO: A MINERAÇÃO E A AGRICULTURA. QUAIS SÃO AS POTENCIALIDADES DE CRESCIMENTO DESSES SETORES?

JW – A agricultura é dos carros-chefes da economia do nosso Estado e tem grande potencial de crescimento, tanto no agronegócio de grande porte quanto na agricultura familiar. Assim, a existência de novos meios de transporte de produtos agrícolas é essencial para melhorar a competitividade do setor.

Na mineração, a Bahia tem o maior potencial mineral ainda inexplorado do Brasil, conforme deixa claro o nosso Atlas Mineral, a ser lançado ainda no primeiro trimestre de 2018. A competitividade de empreendimentos de mineração, em particular os de grande porte, tais como a exploração de minério de ferro e de bauxita depende essencialmente de infraestrutura de transporte, em particular ferrovias e portos.

Os dois primeiros empreendimentos - FIOL e Porto Sul - permitirão o escoamento pela Bahia de toda a produção agrícola e da extração de minérios que hoje acabam destinadas a outros estados para exportação. A existência dessas infraestruturas reduzirá os custos de transporte e

será um elemento diferencial para o investidor do agronegócio e para as indústrias extrativas minerais.

A ponte Salvador-Itaparica tem uma outra conotação e relevância, pois permitirá a integração de territórios litorâneos de forma mais rápida e eficiente, abrindo novas rotas de comércio, escoamento da produção industrial e novos espaços para o crescimento urbano.

SEI – A BAHIA TAMBÉM TEM VANTAGENS NATURAIS EM OUTRO SETOR BÁSICO MUITO IMPORTANTE: ENERGIA EÓLICA. QUAIS AS PERSPECTIVAS DESTE SETOR PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

JW – A Bahia tem as melhores expectativas para o setor eólico nos próximos anos. O estado tem um dos melhores potenciais já mapeados do país, com ventos constantes, unidirecionais e sem rajadas que proporcionam fatores de capacidade acima de 50%. O estado é líder no volume de projetos comercializados em leilões de energia e possui uma cadeia produtiva consolidada, gerando mais de 3.000 empregos nas unidades industriais dos principais fabricantes de equipamentos do setor. A projeção para o final de 2019 é de que a Bahia dobre o número de parques eólicos em funcionamento e seja também líder na geração de energia, ultrapassando o Rio Grande do Norte. Serão mais de 200 parques espalhados pelo interior do estado, onde o potencial de geração pela força dos ventos é maior. A construção desses novos parques trará desenvolvimento ao Estado principalmente nas regiões do semiárido onde a maior parte dos projetos foi comercializada nos leilões.

SEI – SABEMOS QUE A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) É CONCENTRADA EM TERMOS POPULACIONAIS E ECONÔMICOS, E QUE DETÉM QUASE 25% DO PIB DE TODO O ESTADO. EXISTEM MEDIDAS NO ÂMBITO DO GOVERNO PARA ATENUAR ESSA SITUAÇÃO?

JW – Um dos principais objetivos do PDI é desconcentrar espacialmente a economia do estado. A Bahia tem 417 municípios, mas apenas 17 possuem mais de 100 mil habitantes e concentram 41% da população do estado, 58% do PIB e 66% do emprego formal. As demais cidades, no geral, têm suas economias fortemente baseadas no setor terciário (comércio e serviços), com especial destaque à administração pública, que responde por mais de 30% do PIB em 313 municípios. Assim, o desenvolvimento, em termos espaciais, precisa acontecer na Bahia em duas vertentes: novos setores industriais para a base metropolitana e novos distritos industriais, em sistemas produtivos portadores de futuro nos demais territórios.

A concentração regional da economia do estado é histórica e a RMS é seu exemplo mais eloqüente. A importância de Salvador para o estado é

evidente, e por isso tem recebido importantes investimentos do Governo do estado em mobilidade nos últimos anos, com as obras do Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas, o Complexo Viário Imbuí-Narandiba, a Via Expressa Baía de Todos-os-Santos, corredores transversais, dentre outras. Muitos outros investimentos em saúde, educação e cultura vêm melhorando a vida dos soteropolitanos.

Um dos principais objetivos do nosso Governo é reduzir as desigualdades sociais e regionais, levando oportunidades de trabalho e negócios para o interior, bem como serviços de saúde e educação, diminuindo a migração para a RMS. Assim, é importante fortalecer a rede de cidades médias, que sejam agentes do desenvolvimento ao dinamizar seu entorno e se desenvolverem como importantes polos de serviços.

SEI – A SDE TEM MUITOS PROTOCOLOS DE INTENÇÕES EM INVESTIMENTOS. ATUALMENTE, QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DESSAS INTENÇÕES SE TORNAREM INVESTIMENTOS EFETIVOS?

JW – Atualmente, a Bahia possui 461 empreendimentos em implantação, dentre os quais 344 empresas assinaram Protocolos de Intenções com o Estado. Esses empreendimentos prevêem o investimento total de R\$ 38,4 bilhões nos próximos anos. Entretanto, diversos fatores dificultam a implantação da totalidade desses valores. A crise econômica, os baixos preços das *commodities*, as dificuldades cíclicas em determinados segmentos e os novos rumos de mercado são alguns elementos impactantes na materialização dos investimentos.

A fim de estabelecer uma visão mais realista na implantação dos empreendimentos privados, adequada às dificuldades mencionadas, a SDE adotou um critério de análise de efetividade nas implantações dos projetos.

A partir da adoção de critérios objetivos e subjetivos de avaliação, concluiu-se que com investimentos estimados em R\$ 21,3 bilhões, no mínimo 202 empreendimentos possuem alta taxa de efetividade na implementação, o que geraria um investimento de R\$ 14,2 bilhões e criação de 15.600 postos de trabalho.

SEI – A BAHIA É UM DOS POUCOS ESTADOS DO BRASIL QUE ESTIMA UM RESULTADO NEGATIVO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 2017. QUAIS OS MOTIVOS QUE FIZERAM COM QUE O ESTADO NÃO ACOMPANHASSE A RECUPERAÇÃO VERIFICADA NO PAÍS?

JW – Em primeiro lugar, nossa base industrial está voltada principalmente para bens intermediários da cadeia química e de petroquímica. Os efeitos da recuperação do consumo, naturalmente, chegam depois a esses setores. Por exemplo, a metalurgia teve desempenho abaixo do esperado por conta

de uma importante empresa com atuação na fundição e refino de cobre eletrolítico. Para se ter uma ideia, até o segundo trimestre de 2017 a capacidade utilizada da empresa foi de 48% contra 95% do mesmo período do ano anterior. O motivo foi a queda na construção civil, principal compradora do cobre processado. Além disso, houve uma questão específica no refino de petróleo. O setor de refino e derivados de petróleo e coque vem sendo reformulado na Bahia. A Petrobrás vendeu 70% da Refinaria Landulfo Alves para a multinacional Total, o que engendrou um processo de reestruturação produtiva. A queda na produção industrial do setor pode estar relacionada a decisões sobre o mix de produção dos derivados de petróleo e com os projetos de desinvestimentos da Petrobrás levado a cabo pelo governo federal em 2017.

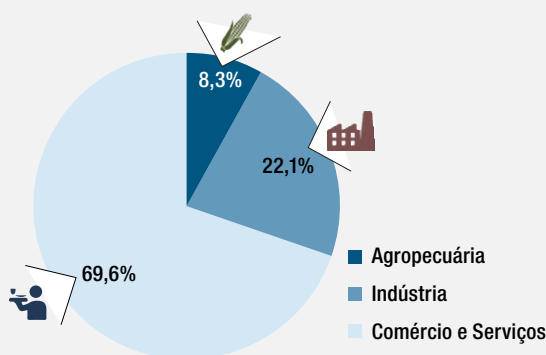
Outros elementos, no entanto, vieram atenuar esse prejuízo, como o avanço das exportações. As exportações baianas atingiram US\$ 8,1 bilhões em 2017, com crescimento de 19% em relação ao ano anterior, resultado bem melhor do que o observado em 2015 e 2016, embora não alcance o desempenho registrado antes da crise, quando as vendas externas baianas alcançaram recorde histórico (US\$ 11,3 bilhões em 2012). Em dezembro, as exportações alcançaram US\$ 653,4 milhões, superando em 30,9% o resultado obtido em dezembro do ano passado, com destaque para as vendas de soja, algodão, derivados de petróleo, automóveis e petroquímicos.

As vendas do agronegócio baiano subiram 28%, para US\$ 3,83 bilhões, com destaque para soja, celulose e algodão. O setor fechou o ano representando 47,5% do total das vendas externas do estado, próximo ao recorde alcançado em 2015 quando a participação alcançou 50,3%. No setor de manufaturados, cresceram principalmente as exportações de produtos químicos/petroquímicos, que somaram US\$ 1,54 bilhão e crescimento de 33,6% e de automóveis - alta de 34% para US\$ 620 milhões.

A China continuou sendo o maior comprador de produtos baianos no ano passado. Em 2017, o país asiático comprou US\$ 2,13 bilhões da Bahia (26,4% do total), seguida pelos Estados Unidos com US\$ 1,08 bilhão (13,4%), pela Argentina com US\$ 986,8 milhões (12,2%) e pelos Países Baixos com US\$ 564,7 milhões ou o equivalente a 7% das exportações estaduais.

Então, com esse posicionamento de maior exportador do Nordeste, a Bahia quer consolidar sua posição na competição global, porém sem esquecer de promover outras atividades produtivas que tenham impacto direto na vida da população, como os bens de consumo das famílias: alimentos, mobiliário, vestuário, calçados e serviços.

Gráfico 4
Estrutura da economia em percentual do PIB – Bahia



Fonte: SEI.

SEI – COM A MELHORA DAS PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA DO PAÍS, QUAIS INVESTIMENTOS A BAHIA PODERÁ RECEBER EM 2018?

JW – Com a melhora no panorama econômico do país, a Bahia trabalha com a perspectiva de receber investimentos de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões. Com um montante dessa grandeza investido em nosso estado, haverá a possibilidade de gerarmos 14 mil novos postos de trabalho e consequentemente movimentar a economia local. Vale ressaltar que dos R\$ 9,5 bilhões estimados, 60% provém do setor de Eletricidade e Gás, dentre as empresas estão a Odebrecht Transmissora de Energia S/A e a Transmissora José Maria de Macedo Eletricidade S/A, que irão aplicar R\$ 1,8 bilhões no Estado em linhas de transmissão e os 40% restantes estão distribuídos em outros setores.

Exemplo disso é o setor calçadista como a empresa BSC que deve gerar 2 mil empregos já em março deste ano no município de Camacã e o de papel e celulose localizados nos municípios de Mucuri com a Suzano e a Veracel, localizada em Eunápolis.

SEI – QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA DO ESTADO EM 2018?

JW – Para 2018, a recuperação da atividade econômica baiana estará relacionada às estimativas positivas para o setor industrial, de serviços, e, principalmente, do setor agropecuário, que sustenta a expectativa de um bom desempenho para as próximas safras, beneficiado pela demanda crescente por alimentos e pela expectativa de preços mais competitivos no mercado externo. Além disso, a continuidade das obras públicas de infraestrutura, principalmente em mobilidade urbana, rodovias, ferrovias e ponte, permite prever um bom resultado para a construção civil especializada.

Por tudo isso, o Governo do Estado da Bahia estima para 2018 crescimento no PIB na ordem de 2,5%. Para o Brasil, o BACEN estima crescimento de 2,6% em 2018.

SEI – O SENHOR ACREDITA NO FUTURO MELHOR PARA O BRASIL E A BAHIA, SEM TANTAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS?

JW – Sem dúvida. A Bahia vem trilhando, há mais de uma década, o caminho do desenvolvimento econômico com redução da desigualdade com resultados muito importantes.

A atração de grandes investimentos, muitos dos quais no interior do Estado, em particular no semiárido, demonstram que é possível crescer economicamente, reduzindo as desigualdades. Ações estruturantes implantadas e em implantação em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, policlínicas, mobilidade urbana e educação são exemplos de grande sucesso. Na área de educação, por exemplo, destacam-se os programas de expansão do ensino técnico e universitário e o programa primeiro estágio e primeiro emprego.

Além disso, o PDI trará novas ideias e planos que alavancarão ainda mais o binômio desenvolvimento/redução de desigualdades.



ANÁLISE TEMPORAL DAS SUBTRAÇÕES DE VEÍCULOS EM SALVADOR (BA)¹

Aloísio Machado
da Silva Filho

Doutor e mestre em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial, pelo
Senai/Cimatec; especialista
em Estatística Aplicada, pela
Universidade Jorge Amado
(Unijorge). Professor adjunto
do Departamento de Ciências
Exatas e professor permanente
do Programa de Pós-graduação
em Modelagem em Ciências
da Terra e do Ambiente da
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
aloisioestatistico@yahoo.com.br

Gilney Figueira Zebende

Pós-doutor, pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ); pós-doutor e doutor em
Física, pela Universidade Federal
Fluminense (UFF). Professor
titular do Departamento de
Física e professor permanente
do Programa de Pós-graduação
em Modelagem em Ciências
da Terra e do Ambiente da
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
gfzebende@hotmail.com

Everaldo Freitas Guedes

Mestre e doutorando em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial,
pelo Senai/Cimatec.
everaldoguedes@oi.com.br

MÉTODOS RELATIVOS à análise de séries temporais
têm sido utilizados em diversas áreas do
conhecimento, principalmente com o advento do
recurso computacional, otimizando a compreensão e
solução de problemas distintos da sociedade.

O furto e o roubo de veículo por variados
fatores de ordem social e econômica têm
ocupado espaço relevante nas discussões de
governantes e da comunidade científica. Neste
contexto, é possível citar a pesquisa de Silva
Júnior (1996), McCormick, Plecas e Cohen
(2007), Fracco e Soares (2011), Soares e outros
(2008), Silva (2015), Machado (2009).

¹ O presente trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida pelo autor na
Especialização em Estatística Aplicada pela Unijorge e no Programa de
Pós-graduação em Modelagem de Ciências da Terra e do Ambiente.



De acordo com Fracco e Soares (2011), os roubos de veículos na sociedade carioca, seja para venda de peças, seja para a prática de outros delitos, caracterizam-se como crimes frequentes. No município de Salvador-BA, essa realidade não difere. Atualmente, o furto e o roubo de veículo (Figura 1) fazem parte do rol dos principais delitos monitorados e registrados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Segundo Machado (2009), o furto e o roubo de veículo são os delitos com menores taxas de subnotificação porque o proprietário, para acionar a seguradora ou recuperar o bem subtraído (furtado ou roubado), tem que registrar o evento junto a uma autoridade policial a partir de um boletim de ocorrência (BO). A Secretaria de Segurança Pública (SÃO PAULO, 2005) menciona em seu trabalho, alicerçado em pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, que uma proporção de dois terços dos crimes ocorridos são registrados. Os demais passam a fazer parte do fenômeno denominado sub-registro ou subnotificação². A Tabela 1 descreve o conceito dos delitos modelados nesta pesquisa.

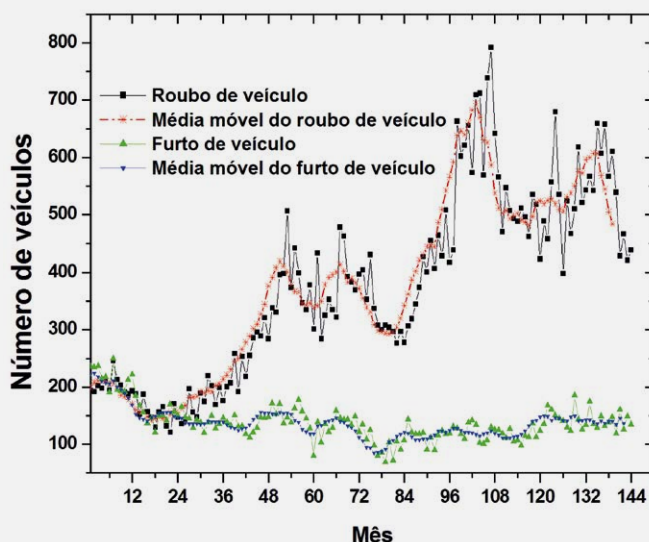
Tabela 1
Indicadores criminais sistematizados pela Senasp contemplados nesta pesquisa

Indicador	Conceito	Norma origem
Roubo de veículo	Soma de todas as ocorrências de roubo ("subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência") nas quais foi subtraído veículo automotor terrestre sem carga transportada: automóvel de passeio, caminhonete, caminhão sem carga, veículo de transporte coletivo, motocicleta, motoneta etc.	Código Penal, Art. 157
Furto de veículo	Soma de todas as ocorrências de furto (subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel) nas quais foi subtraído veículo automotor terrestre: automóvel de passeio, táxi, caminhonete ou caminhão sem carga, veículo de transporte coletivo, motocicleta, motoneta etc.	Código Penal, Art. 155

Fonte: Senasp – Brasil (2016).

2 Para uma melhor compreensão sobre subnotificação e pesquisas de vitimização é possível consultar Kahn (2000) e Kahn (2002).

Figura 1
Furto e roubo de veículos registrados mensalmente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – Bahia (2016).

Nota: A média móvel foi definida com um $n=6$ meses (média móvel semestral).

Motivado com o que foi discutido até aqui, o presente artigo tem como objetivo analisar as flutuações das séries temporais do número de veículos furtados e veículos roubados diariamente no município de Salvador-BA no período de 2004 a 2015, tendo como método de análise, principalmente, o coeficiente de correlação cruzada sem tendência, idealizado por Zebende (2011).

Com o intuito de atender ao objetivo supracitado, este artigo está estruturado em cinco seções: Introdução; Materiais e métodos; Dados, resultados e discussão; Considerações finais; e Referências.

MATERIAIS E MÉTODOS

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO CRUZADA SEM TENDÊNCIA ρ_{DCCA}

De acordo com Machado (2014), diferentemente de outros coeficientes de correlação cruzada, o ρ_{DCCA} idealizado por Zebende (2011), em sua modelagem, leva em consideração a ordem dos pares de valores das séries temporais modeladas, o que não contraria o princípio básico da análise de séries temporais, que é dependência temporal entre os valores da série.

Segundo Zebende (2011) e Fernandes, Castro e Machado (2014), são necessários os seguintes passos para modelar o ρ_{DCCA} :

Passo 1 – Considere duas séries temporais em regime não estacionário $\{x_t, t = 1, 2, \dots, N\}$ e $\{y_t, t = 1, 2, \dots, N\}$, em que N é o número total de pontos iguais para as duas séries. Em seguida, obtêm-se as séries temporais integradas de x_t e y_t , conseguindo duas novas séries

$$xx_k = \sum_{t=1}^k (x_t - \bar{x}) \text{ e } yy_k = \sum_{t=1}^k (y_t - \bar{y}); k = 1, 2, \dots, N \quad (1)$$

Em que $\bar{x}$ e $\bar{y}$ são as respectivas médias de todos os dados das séries x_t e y_t

Passo 2 – Dividem-se as duas séries integradas $\{xx_k\}$ e $\{yy_k\}$ em $N_n = \text{int}(N/n)$ segmentos sobrepostos de igual comprimento n . Assim, $2N_n$ segmentos são obtidos conjuntamente. Consideramos $4 \leq n \leq N/4$.

Passo 3 – Calcula-se a tendência local de cada um dos segmentos por um ajuste dos mínimos quadrados de cada série. A partir desse passo, determina-se a covariância sem tendência

$$F_{xy}(n, \lambda) = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n (xx_{(\lambda-1)n+j} - xP_{\lambda}(j))(yy_{(\lambda-1)n+j} - yP_{\lambda}(j)) \quad (2)$$

Para $\lambda = 1, 2, \dots, N_n$ e

$$F_{xy}(n, \lambda) = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n (xx_{Nn-(\lambda-Nn)n+j} - xP_{\lambda}(j))(yy_{Nn-(\lambda-Nn)n+j} - yP_{\lambda}(j)) \quad (3)$$

Para $\lambda = N_n + 1, N_n + 2, \dots, 2N_n$. Aqui, $xP_{\lambda}(j)$ e $yP_{\lambda}(j)$ são os ajustes polinomiais com ordem $m = 1$ no segmento λ de $\{xx_k\}$, e $\{yy_k\}$, respectivamente.

Passo 4 – Define-se a média sobre todos os segmentos para se obter a função covariância sem tendência

$$F_{xy}(n) = \left[\frac{1}{2N_n} \sum_{\lambda=1}^{2N_n} F_{xy}(n, \lambda) \right]^{1/2}. \quad (4)$$

Passo 5 – Calcula-se o coeficiente de correlação cruzada $\rho_{DCCA}(n)$ usando-se a razão entre função covariância sem tendência do método *detrended cross-correlation analysis* (DCCA) (PODOBNIK; STANLEY, 2008) e as funções de variância sem tendência do método *detrended fluctuation analysis* (DFA) (PENG et al., 1994), isto é:

$$\rho_{DCCA}(n) = \frac{F^2_{xy}(n)}{F_{xx}(n)F_{yy}(n)}$$

Com a execução dos passos precedentes, é possível obter um coeficiente com campo de variação de -1 a 1 inclusive. De modo que -1 denota anti-correlação perfeita, e 1, correlação perfeita. E o $\rho_{DCCA}=0$ significa que não existe correlação cruzada. A variação do ρ_{DCCA} foi provada teoricamente por Podobnik e outros (2011), tendo como alicerce o método desigualdade de Cauchy. O ρ_{DCCA} tem sido aplicado em diversas áreas do conhecimento devido a algumas peculiaridades. Entre elas:

- i) É possível mensurar a correlação cruzada entre duas séries temporais em diferentes escalas temporais de tamanho n (WANG; XIE, 2013).
- ii) A análise da correlação entre os sinais é realizada sem a componente tendência, que tende a mascarar as verdadeiras correlações (MACHADO; FERNANDES; ZEBENDE, 2014).
- iii) Capacidade de analisar séries não lineares (MACHADO; FERNANDES; ZEBENDE, 2014).

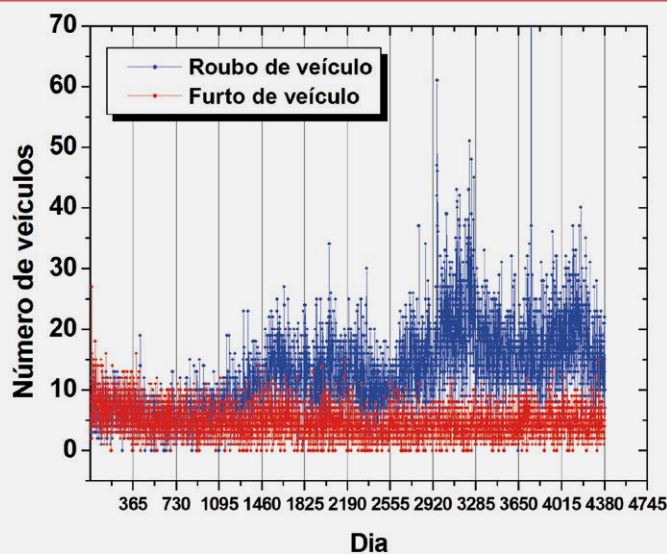
Existem na literatura alguns trabalhos comparando o coeficiente de correlação de Pearson com o ρ_{DCCA} , como a pesquisa de Wang e Xie. Segundo Wang e Xie (2013), o ρ_{DCCA} apresentou resultados interessantes em diferentes escalas de tempo no mercado de ações dos Estados Unidos que são úteis para o gerenciamento de riscos e seleção ótima de portfólio, especificamente de ativos.

DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escolheu-se como objeto de estudo os furtos e os roubos veículos registrados diariamente na capital baiana no período de 2004 a 2015 (Figura 2 e Figura 3). Salvador tem uma população estimada de 2.938.092 habitantes, com uma densidade demográfica de 3.859,44 habitantes por km^2 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017) e uma frota de 920.454 veículos. Deste universo, 68,03% são automóveis, os quais, no ano de 2015, representaram 76,09% dos veículos subtraídos (furtados+roubados) (Tabela 2).

Figura 2

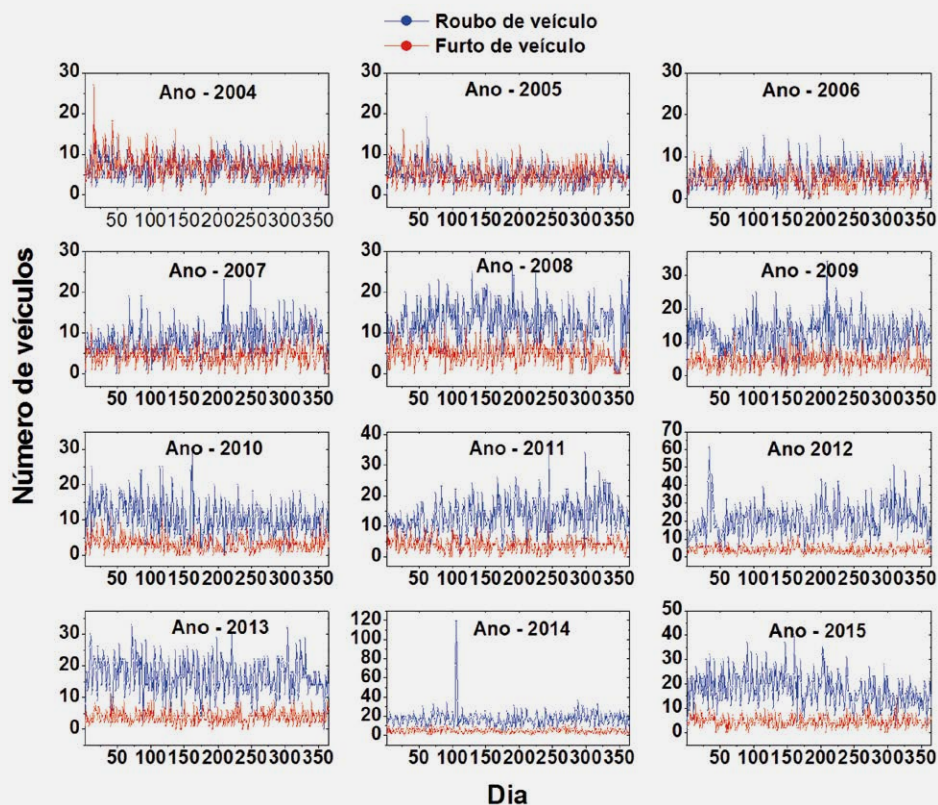
Furto e roubo de veículos registrados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – Bahia (2016).

Figura 3

Furto e roubo de veículos registrados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – Bahia (2016).

Tabela 2
Veículos cadastrados por tipo – Salvador (BA) – 2015

Tipo de veículo	Quantidade	%	% (1)
Automóvel	626.165	68,03	76,09
Caminhão	22.766	2,47	0,62
Camioneta	102.000	11,08	0,02
Micro-ônibus	4.502	0,49	0,02
Moto	122.895	13,35	22,88
Ônibus	10.678	1,16	0,003
Outros	31.448	3,42	0,36
Total	920.454	100	100

Fonte: SET/Detran/CP/SSP.

(1) Percentual de veículos subtraídos (furtados + roubados) no mesmo período.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Será apresentada nesta seção a análise exploratória dos dados, que contempla apresentação gráfica, cálculo e análise de medidas descritivas (tabelas 3, 4 e 5).

Tabela 3
Número de veículos furtados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015

Ano	Média	DP	CV(%)	Ass	Curt	Min	Q1	Q2	Q3	Max
2004	7,10	3,20	45,10	1,07	3,79	0	5	7	9	27
2005	5,02	2,57	51,09	0,66	0,66	0	3	5	7	16
2006	4,62	2,33	50,42	0,48	-0,08	0	3	4	6	11
2007	4,40	2,33	52,84	0,55	0,69	0	3	4	6	14
2008	4,84	2,57	53,09	0,30	0,06	0	3	5	6	13
2009	4,46	2,55	57,20	0,60	0,93	0	3	4	6	15
2010	3,24	2,13	65,84	0,85	0,95	0	2	3	5	11
2011	3,81	2,19	57,50	0,51	0,25	0	2	4	5	11
2012	4,01	2,20	54,75	0,47	0,24	0	2	4	5	12
2013	3,82	2,08	54,48	0,65	0,05	0	2	3	5	11
2014	4,78	2,30	48,01	0,31	-0,07	0	3	5	6	13
2015	4,65	2,35	50,56	0,54	0,61	0	3	4	6	15

Fonte: Secretaria de Segurança Pública-BA.

Notas: 1 – As medidas descritivas foram obtidas com uso do pacote estatístico livre *R Commander*, idealizado por Fox (2005). 2 – DP denota o desvio padrão, ASS assimetria, Curt curtose, Min mínimo, Max máximo, Q₁ o primeiro quartil, Q₂ o segundo quartil e Q₃ o terceiro quartil.

Tabela 4
Número de veículos roubados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015

Ano	Média	DP	CV(%)	Ass	Curt	Min	Q ₁	Q ₂	Q ₃	Max
2004	6,63	2,72	41,09	0,29	-0,30	0	5	6	8	14
2005	5,08	2,60	51,25	0,77	1,95	0	3	5	7	19
2006	5,78	2,82	48,77	0,38	0,12	0	4	6	8	15
2007	8,38	3,79	45,19	0,59	0,86	0	6	8	10	23
2008	12,42	4,87	39,25	0,02	0,00	0	9	12	16	27
2009	12,42	5,14	41,33	0,10	0,62	0	9	12	16	34
2010	10,67	4,86	45,57	0,55	0,50	0	7	11	14	30
2011	13,29	5,35	40,25	0,54	0,97	1	9	13	16	37
2012	21,08	8,92	42,31	0,69	1,14	2	15	20	26	61
2013	16,48	5,66	34,35	-0,05	0,00	0	12	17	21	33
2014	17,26	8,43	48,86	5,77	62,62	3	13	17	21	119
2015	17,81	6,44	36,13	0,34	0,14	1	13	17	22	40

Fonte: Secretaria de Segurança Pública-BA.

Notas: 1 – As medidas descritivas foram obtidas com uso do pacote estatístico livre *R Commander*, idealizado por Fox (2005). 2 – DP denota o desvio padrão, ASS assimetria, Curt curtose, Min mínimo, Max máximo, Q₁ o primeiro quartil, Q₂ o segundo quartil e Q₃ o terceiro quartil.

A análise das tabelas 3, 4 e 5 pode caracterizar a série temporal diária do furto de veículo e do roubo de veículo registrados no município de Salvador, no período de 2004 a 2015, em relação à sua posição central, dispersão, assimetria e curtose. Com exceção do furto de veículo em 2013 (Tabela 4), os demais períodos apresentaram comportamento assimétrico positivo (tabelas 3 e 4), o que denota concentração de dados abaixo da média. O furto de veículo apresentou valor atípico no ano de 2014 (119 veículos furtados) e uma curtose elevada em relação aos demais anos da série (Tabela 4). A análise conjunta, considerando todo o período, identificou, para ambos os delitos, um comportamento assimétrico positivo (Tabela 5 e figuras 4 e 5) e uma variação relativa acima de 50% para ambos os delitos, o que indica não estacionaridade nas séries temporais objetos de estudo (Tabela 5), e, além disso, vários valores atípicos (*outliers*) identificados nos diagramas de caixa (figuras 6 e 7).

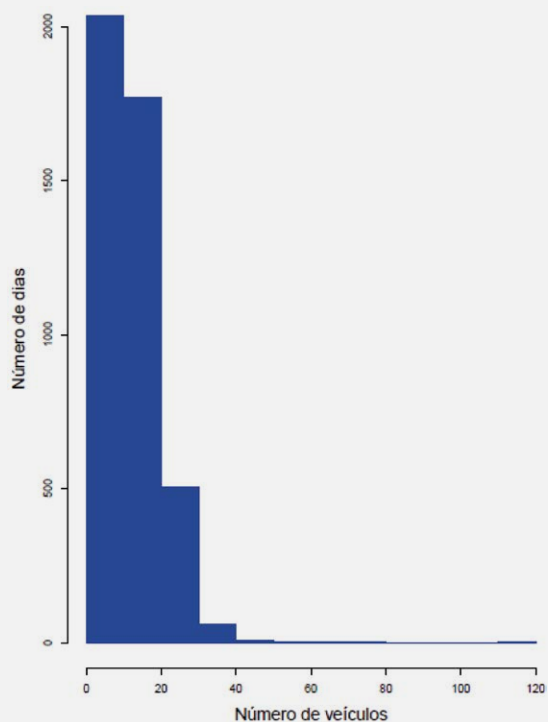
Tabela 5
Número de veículos subtraídos diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015

Delito	Média	DP	Min	Max	CV (%)	Ass	Curt
Roubo de veículo	12,28	7,40	0,00	119,00	60,30	1,65	11,88
Furto de veículo	4,56	2,58	0,00	27,00	56,55	0,82	2,00

Fonte: Secretaria de Segurança Pública-BA.

Notas: 1 – As medidas descritivas foram obtidas com uso do pacote estatístico livre *R Commander*, idealizado por Fox (2005). 2 – DP denota o desvio padrão, ASS assimetria, Curt curtose, Min mínimo, Max máximo e CV coeficiente de variação.

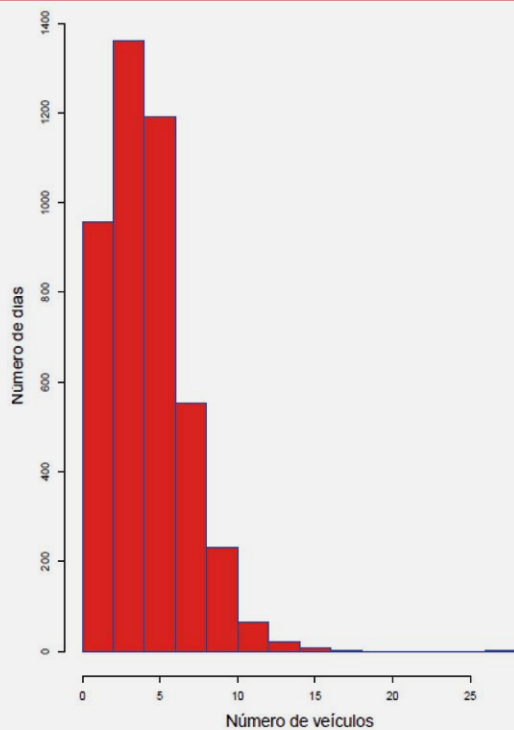
Figura 4
Histograma do número de veículos roubados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

Nota: O histograma foi gerado com o programa estatístico R, versão 3.2.3.

Figura 5
Histograma do número de veículos furtados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



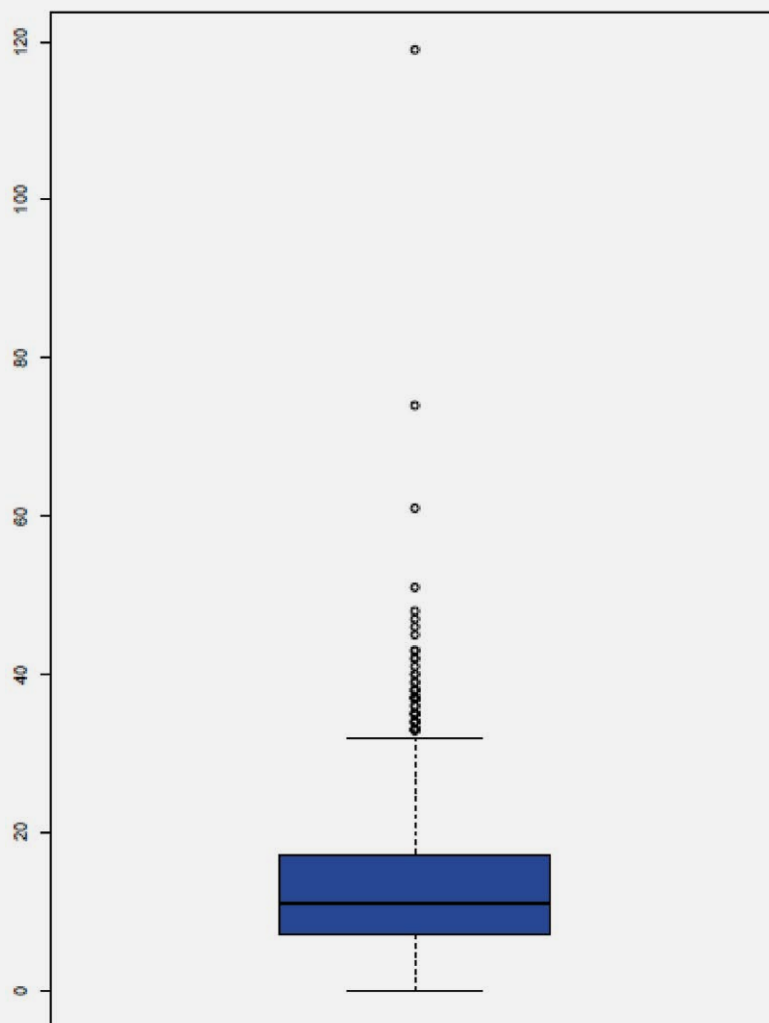
Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

Nota: O histograma foi gerado com o programa estatístico R, versão 3.2.3.

A análise da série temporal do furto de veículo e do roubo de veículo (figuras 2 e 3) e dos valores das medidas descritivas (tabelas 3 e 4) revelou maior concentração de ocorrência no roubo de veículo a partir de 2007. Esse comportamento pode estar associado à dificuldade encontrada devido às novas tecnologias desenvolvidas para impedir a ocorrência do furto de veículo. Tal realidade é mais preocupante, do ponto de vista da segurança pública, já que o roubo de veículo tem como característica a ameaça ao portador e/ou dono do veículo.

Figura 6

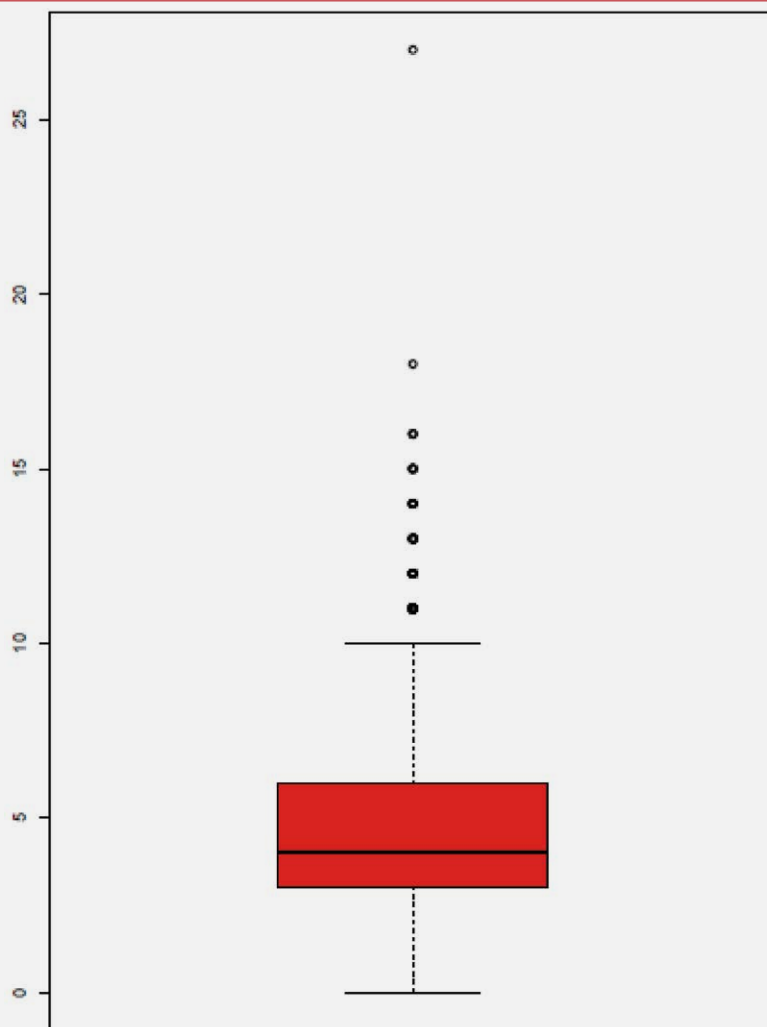
Diagrama de caixa (*boxplot*) do número de veículos roubados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

Nota: O *boxplot* foi gerado com o programa estatístico R, versão 3.2.3.

Figura 7

Diagrama de caixa (*boxplot*) do número de veículos furtados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015

Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

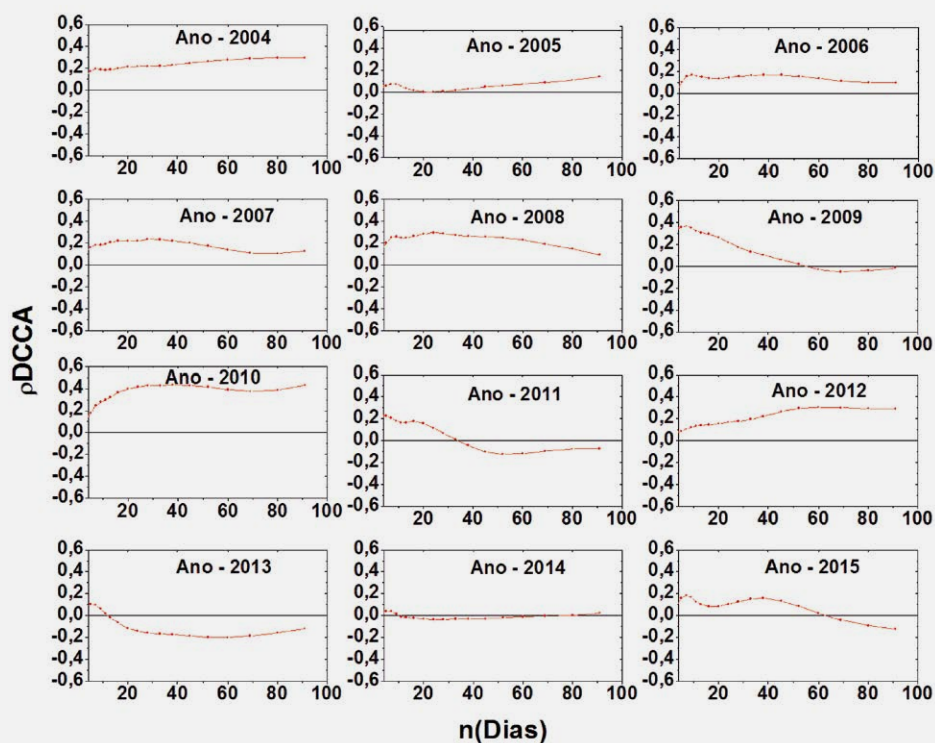
Nota: O *boxplot* foi gerado com o programa estatístico R, versão 3.2.3.

CORRELAÇÃO CRUZADA SEM TENDÊNCIA

Para mensurar a relação temporal entre o número de veículos furtados e o número de veículos roubados diariamente (figuras 2 e 3), utilizou-se o ρ_{DCCA} (Figura 8). Com o resultado da Figura 8, considerando a série diária ano a ano, foi possível identificar correlação cruzada positiva, negativa e nula, dependendo do ano e da escala temporal. Os anos de 2004, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2012 apresentaram correlação cruzada sem tendência positiva para todas as escalas temporais (Figura 8). Já em 2009, 2011, 2013 e 2015, a correlação cruzada oscilou entre nula, positiva e negativa, a depender da escala considerada. Apenas o ano de 2014 apresentou correlação cruzada próxima de zero em todo o período (Figura 8).

Figura 8

Correlação cruzada sem tendência entre as séries do número de veículos furtados e o número de veículos roubados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015

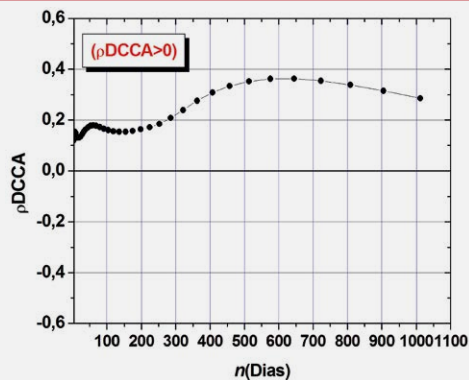


Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

Com o objetivo de obter uma análise conjunta das flutuações das séries temporais dos delitos, definiu-se sua correlação cruzada sem tendência em sua série diária nos anos de 2004 a 2015 (Figura 9).

Figura 9

Correlação cruzada sem tendência entre as séries do número de veículos furtados e o número de veículos roubados diariamente – Salvador (BA) – 2004-2015



Fonte: Elaboração própria com os dados da SSP-BA.

Na análise das séries diárias de 2004 a 2015, como esperado, foi constatada correlação cruzada sem tendência positiva para todas as escalas (Figura 9). O resultado denota que, existindo aumento ou redução nas flutuações no roubo de veículos, esse comportamento tende a ocorrer no furto de veículos e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, em algumas capitais do Brasil, o furto e o roubo de veículos, por diversos fatores de ordem econômica, social e política, têm ocorrido com grande frequência, sendo monitorados no espaço e no tempo. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica temporal das séries diárias dos veículos furtados e roubados na capital baiana no período de 2004 a 2015 utilizando como método de análise, principalmente, o coeficiente de correlação cruzada sem tendência ρ_{DCCA} modelado por Zebende (2011).

A fim de compreender o comportamento dos supracitados delitos em termos de posição central, dispersão, assimetria e curtose, foram calculadas algumas medidas descritivas e confeccionados alguns gráficos descritivos. Após a análise exploratória, foi possível identificar um comportamento assimétrico positivo, considerando todo o período analisado. Tal resultado indica concentração de dados abaixo da média. Por meio da análise ano a ano da série diária, foi possível identificar um aumento significativo no número de veículos roubados em relação aos veículos furtados em Salvador a partir de 2007. Este comportamento, no aspecto da segurança pública, é mais preocupante porque o roubo é caracterizado pela ameaça. Tal realidade pode estar associada ao avanço de tecnologias voltadas para a proteção do furto de veículo.

A análise da correlação cruzada sem tendência com o ρ_{DCCA} nas séries dessa pesquisa apresentou correlação cruzada sem tendência positiva, negativa e nula, a depender da escala temporal e do ano considerado. Já na análise de todo o período, foi identificada correlação positiva para todas as escalas avaliadas. Este resultado indica que, se houver aumento ou redução nas ocorrências de furto de veículos no município de Salvador, o mesmo tende a ocorrer no roubo de veículos em longo prazo. Por fim, acredita-se que a metodologia adotada neste artigo pode servir como mais uma forma de análise desse tipo de delito para instituições privadas e governamentais e para pesquisadores interessados no tema. Como trabalho futuro, pretende-se desenvolver um estudo que tenha como propósito a identificação de fatores associados à incidência do furto e roubo de veículos na

capital baiana, como a marca e a cor do veículo, sexo do portador e/ou dono veículo, local do furto ou roubo, valor estimado do veículo subtraído e demais variáveis.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. *Principais estatísticas policiais*. Disponível em: <<http://www.ssp.ba.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Indicadores criminais*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/subpaginas_auditoria/secretaria-nacional-de-seguranca-publica-senasp>. Acesso em: 2 set. 2009.

FERNANDES, M.; CASTRO, A.; MACHADO, A. Quantificando a influência do mercado de câmbio nos preços do milho e da soja no município de barreiras. *Conjuntura & Planejamento*, v. 182, p. 42-49, 2014.

FOX, J. The R commander: a basic-statistics graphical user interface to R. *Journal of Statistical Software*, [S.l.], v. 14, 2005.

FRACCO, A. G; SOARES, R. S. Variação temporal e espacial dos casos de roubo de veículos nos bairros do Maracanã, Tijuca e Vila Isabel, no município do Rio de Janeiro-RJ. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba. [Anais...] Curitiba: INPE, 2011.

_____. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: FORUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 2000, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. *Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação do PIAPS*. São Paulo: ILANUD, FIA – USP, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MACHADO, A. *Autocorrelação e correlação cruzada: teorias e aplicações*. 2014. 127 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Salvador, 2014.

_____. *Correlação de longo alcance em indicadores de criminalidade de Salvador-BA: DFA e DCCA*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Programa de Pós-graduação em Modelagem, Salvador, 2009.

MACHADO, A.; FERNANDES, M. da; ZEBENDE, G. F. Autocorrelation and crosscorrelation in time series of homicide and attempted homicide. *Physica A*, [S.l.], v. 400, p. 12-19, 2014.

McCormick, A.V.; Plecas, D.; Cohen, I. M. *Motor vehicle theft: an analysis of recovered vehicles in the Fraser Valley*. Abbotsford, BC: University College of the Fraser Valley, 2007.

PENG, C. K. et al. On the mosaic organization of dna sequences. *Physical Review E*, [S.l.], v. 49, p. 1685-1689, 1994.

PODOBNIK, B. et al. Statistical tests for power-law cross-correlated processes. *Physical Review E*, [S.l.], v. 84, p. 066118, 2011.

PODOBNIK, B.; STANLEY, H. E. Detrended cross-correlation analysis: a new method for analyzing two nonstationary time series. *Physical Review Letters*, [S.l.], v. 100, p. 084102, 2008.

R CORE TEAM. *A language and environment for statistical computing*. Vienna, Austria: Foundation for Statistical Computing, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 6 dez. 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. *Estatística de criminalidade*: manual de interpretação. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 2005. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/media/documents/manual_interpretacao.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016.

SILVA, W. C. P. Análise espaço-temporal dos roubos de veículos ocorridos durante o ano de 2013 nas regiões das áreas de Segurança Pública Integrada 4 e 6 no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 87-115, 2015.

SILVA JÚNIOR, W. N. Responsabilidade civil do estado por furto de veículo. *Revista de Direito e Administração*, Rio de Janeiro, n. 203, p. 59-69, 1996.

SOARES, J. S. J. et al. Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 161, p. 40-49, 2008.

WANG, G.-J.; XIE, C. Cross-correlations between renminbi and four major currencies in the renminbi currency basket. *Physica A*, [S.l.], v. 392, p.1418-1428, 2013.

ZEBENDE, G. F. Dcca cross-correlation coefficient: quantifying level of cross-correlation. *Physica A*, [S.l.], v. 390, n. 2, p. 614-618, 2011.



INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA: POTENCIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA NO RECONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ARTESANAL DE LICORES DE FRUTAS

Fernanda Moraes
Mestre em Propriedade
Intelectual e Transferência de
Tecnologia para a Inovação,
pela Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada em
Economia, pela Universidade
Estadual de Santa Cruz (UESC).
Coordenadora Científica
do Instituto Ilheense de
Biologia (IniBio) e empresária.
fernanda@lemavos.com.br

Diego Ferreira
Mestre em Gestão e Tecnologia
Industrial e doutorando em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial, pelo
Senai/Cimatec e graduado
em Administração, pela
Universidade Estadual de
Santa Cruz (UESC). Professor
na área de Inovação,
Administração Financeira
e Estatística da Área 1.
diegolemosferreira@gmail.com

Hugo Saba
Pós-doutor pelo Senai/
Cimatec; doutor em Difusão
do Conhecimento, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e mestre em
Modelagem Computacional,
pela Fundação
Visconde de Cairu (FVC).
hugosaba@gmail.com

A **INDICAÇÃO** geográfica (IG) é uma classificação da propriedade industrial, promulgada no Brasil através da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. A legislação é recente, mas este tema é de amplo conhecimento no exterior. Países europeus como Espanha, França, Itália e Portugal têm grande número de indicações geográficas reconhecidas. Isso significa a existência de muitas empresas, normalmente de pequeno porte e de perfil agrícola, envolvidas na promoção do território para fortalecimento de seus produtos.



A LPI 9.279/96 define o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como a autarquia federal regulamentadora e competente para a concessão dos registros de propriedade industrial no Brasil, incluindo o reconhecimento das indicações geográficas. Essa lei define indicação geográfica – indicações de procedência e denominações de origem –, restringindo o uso do nome geográfico “[...] aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local” (BRASIL, 1996).

A indicação geográfica pode se tornar um diferencial competitivo para os produtores associados a ela e uma ferramenta de desenvolvimento regional. Tomando-se, por exemplo, as indústrias agroalimentares de pequeno porte, a organização de determinado setor e a profissionalização da produção podem provocar aumento de oferta de emprego, de renda e fortalecimento econômico local.

Outros desdobramentos são passíveis de ocorrer, como a redução de custos na produção, devido às compras em grupo; o fortalecimento da rede de suprimentos; o desenvolvimento de novas tecnologias; a abertura de novos mercados consumidores; e até mesmo o desenvolvimento do turismo.

Visto que a origem desses produtos nem sempre é bem conhecida, justifica-se o despertar para a proteção da reputação de fabricantes regionais de licores. A elaboração de licores à base de frutas na região do Recôncavo da Bahia é artesanal e envolve vários pequenos produtores. Esses produtos são encontrados em diversos estabelecimentos comerciais e em locais especializados (BASTOS, 2016), e, diante de seu volume nas prateleiras e da tradição na produção artesanal, deve-se considerar a relevância deste segmento para a região.

Ainda, leva-se em consideração a ausência de políticas para o desenvolvimento econômico da região do Recôncavo, o que reforça a necessidade de abordagem do tema. Atualmente, o segmento de licores é uma atividade predominantemente informal e se desconhece seu potencial mercadológico. Diante do exposto, surge o questionamento sobre a identificação de variáveis que apontem a possibilidade da estruturação de uma indicação de procedência do Recôncavo da Bahia para a produção de licores de frutas.

O objetivo deste trabalho é avaliar o potencial para o reconhecimento de uma indicação de procedência do Recôncavo da Bahia para a produção de licores de frutas. Deste modo, buscou-se determinar variáveis histórico-culturais referentes à notoriedade da produção de licores à base de frutas na região do Recôncavo, identificar fabricantes e mapear o método de elaboração para identificação do *know how* do processo produtivo local.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo analisados os referenciais teóricos relacionados à indicação geográfica no Brasil e no mundo. Foi também realizada uma pesquisa documental, tendo como objeto as notícias publicadas em jornais e revistas locais sobre a produção de licores no Recôncavo da Bahia.

Para identificação dos produtores, foram tiradas fotos dos rótulos dos licores comercializados na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo. Identificaram-se 40 rótulos, dos quais 15 estavam ilegíveis e dez não traziam contato telefônico. Oito fabricantes não quiseram participar de entrevista ou não a completaram, e sete responderam a todas as perguntas. As entrevistas foram feitas *in loco* ou por meio de contato telefônico.

O questionário foi aplicado a sete produtores das cidades de Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Nazaré das Farinhas e Cruz das Almas, sendo que as perguntas foram categorizadas da seguinte forma: equipamentos utilizados na fabricação de licores, história da produção de licores, mão de obra da produção e outras informações relevantes.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Antes de ser abordada a questão da indicação geográfica é importante fazer referência aos sinais distintivos que tinham como objetivo apontar a origem regional ou pessoal de um produto (PIMENTEL, 2014). Há séculos os sinais distintivos estão dispostos na história como referências de qualidade e procedência, como, por exemplo, o cedro do Líbano e o mármore de Carrara.

Os sinais distintivos foram utilizados para identificar produtores ainda na época do império romano e no decorrer da Idade Média. Eles eram usados como marcas corporativas, diferenciando os grupos produtores/artesão de cada cidade (PIMENTEL, 2014). Neste contexto, os sinais também eram fonte de informação quanto à origem territorial.

Com a frequente falsificação desses sinais, alguns países criaram leis para assegurar a origem do produto, mas, em relação ao mercado internacional, esses instrumentos tinham pouco efeito. Alguns acordos bilaterais foram firmados, porém ainda insuficientes para a proteção dos produtos.

No intuito de defender a reputação dos vinhos produzidos em Porto, o governo português, em 1756, promoveu a primeira intervenção de Estado.

Os sinais distintivos foram utilizados para identificar produtores ainda na época do império romano e no decorrer da Idade Média. Eles eram usados como marcas corporativas, diferenciando os grupos produtores/artesão de cada cidade

Em 1994, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), entidade que, além de promover tratados relacionados a tarifas e comércio, negociou e aprovou o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (PI)

Com o registro legal da utilização do termo “Porto” apenas para os vinhos produzidos naquela região, tem-se a primeira IG protegida (PIMENTEL, 2014).

A metodologia utilizada pelo governo português naquela época era quase a mesma adotada atualmente, como a agrupação dos produtores, delimitação da área de produção e definição das características do produto e suas regras de fabricação. Nesse aspecto, não era apenas a IG, mas também outros direitos de propriedade industrial que necessitavam dessa proteção em nível internacional.

No âmbito jurídico-legal internacional, vários tratados foram firmados ao longo dos anos para regulamentação das IG's. Dentre estes estão a Convenção da União de Paris, o Acordo de Madri e o Acordo de Lisboa. Os tratados citados apresentavam falhas na sua elaboração ou não abrangiam os interesses coletivos em geral.

Em 1994, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), entidade que, além de promover tratados relacionados a tarifas e comércio, negociou e aprovou o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (PI) Relacionados ao Comércio (TRIPs ou ADIPC).

Com 153 estados membros, o TRIPs passou a vigorar em 1995, sendo o pilar multilateral sobre os direitos de PI, dentre eles a indicação geográfica. A partir desse acordo, os países modificaram ou instituíram novas leis com os padrões mínimos exigidos pelo acordo no que se refere aos direitos de propriedade intelectual (SOUZA, 2011). O TRIPs foi incorporado pelo Brasil através do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

A instituição responsável por conceder o reconhecimento de indicação geográfica no Brasil é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Nesse contexto, a legislação pertinente é a Lei 9.279/96, juntamente com suas resoluções.

Há poucos reconhecimentos deferidos pelo governo e um número pequeno de pedidos junto ao INPI. Do ano de 2002 até 2017, foram registradas 45 indicações de procedência e 18 denominações de origem reconhecidas. O primeiro registro de IG nacional ocorreu em 2002, para a indicação de procedência (IP) do Vale dos Vinhedos (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2017b). Dentre esses reconhecimentos, 16 são para bebidas alcoólicas.

Gollo e Castro justificaram o baixo número de IG reconhecidas e pedidos de registro:

[...] atribuído, em parte à cultura do país, que ainda não valoriza essas práticas, mas, principalmente, ao desconhecimento sobre sua própria existência e mecanismos a serem utilizados para o pedido formal, que deve ser realizado junto ao INPI. (GOLLO; CASTRO, 2008, p. 4).

Até o ano de 2008, apenas sete indicações geográficas tinham sido reconhecidas no Brasil. Desde então, este número saltou para 63 reconhecimentos. Ainda assim, analisando-se o potencial agrícola e a riqueza cultural do país, as IG são poucas, e podendo avançar substancialmente.

Segundo Fagundes e Lobo (2013), a Lei brasileira de Propriedade Industrial nº 9.279/96 estabelece critérios para as indicações geográficas. O documento legal identifica a IG como gênero, dividindo-a em duas espécies:

Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. (BRASIL, 1996, Arts. 177-178).

Segundo a visão de Caldas, Cerqueira e Perin (2005), as indicações de procedência dão apoio à organização local da produção, e as denominações de origem funcionam como organizadoras da qualidade do processo produtivo. Essa afirmativa é baseada no fato de a IG permitir a rastreabilidade dos produtos e das matérias-primas, garantindo a confiabilidade para consumo e a competitividade.

Além da Lei 9.279/96, consideram-se também normativas e resoluções do INPI, como as relacionadas a seguir.

- Resolução INPI nº 55/2013: dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de desenho industrial e dos pedidos de registro de indicação geográfica e dos procedimentos relativos a numeração destes pedidos (INPI, 2013b).
- Instrução Normativa INPI nº 25/2013: estabelece as condições para o registro das indicações geográficas (INPI, 2013a).

No que se refere à geografia local, parte do Recôncavo está na área de semiárido e parte dentro do polígono das secas. Sua vegetação é formada por remanescentes da floresta estacional e da floresta ombrófila e possui vegetação arbórea, arbustiva e mangue

A Resolução INPI nº 75/2000 estabelece os procedimentos para registro das indicações geográficas no Brasil, podendo requerer as associações, institutos, pessoas jurídicas que representam a coletividade e titular do direito da IG estrangeira reconhecida.

DADOS E ANÁLISES

O universo pesquisado neste trabalho é o Recôncavo baiano, região que contorna a Baía de Todos-os-Santos. Composto por 19 municípios, o Recôncavo foi povoado depois da metade do século XVI, conforme modelo colonizador na época do Império, tendo como atividade econômica principal as lavouras de cana-de-açúcar (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016), a região do Recôncavo corresponde a 0,8% do território do estado da Bahia, contemplando os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

No que se refere à geografia local, parte do Recôncavo está na área de semiárido e parte dentro do polígono das secas. Sua vegetação é formada por remanescentes da floresta estacional e da floresta ombrófila e possui vegetação arbórea, arbustiva e mangue (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

De acordo com o Censo de 2010, a população da região era de 514.792 habitantes na época do levantamento, e a estimativa para o ano de 2017 era de 562.890 habitantes. Na composição do seu PIB, o setor de serviços e comércio corresponde a 70%, e a indústria, a 20,9% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016), sendo que os municípios de Cachoeira e Santo Antônio de Jesus têm maior representatividade na produção industrial.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES

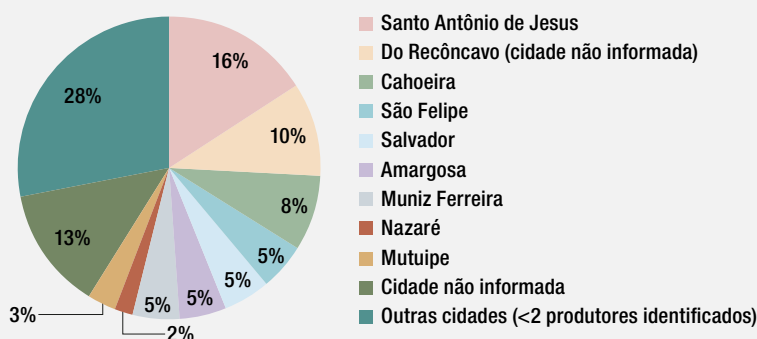
A identificação dos produtores do campo estudado deu-se a partir da observação sistemática e se fez o registro de imagens dos rótulos de licores de frutas produzidos na região do Recôncavo da Bahia comercializados

na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo, entre os meses de março de 2015 e junho 2016.

Segundo os dados coletados, 105 rótulos foram identificados, sendo 63 de produtores baianos, dos quais 44 de origem no Recôncavo da Bahia. A partir da observação dos rótulos, verificou-se que 66% dos licores produzidos no estado da Bahia não trazem a informação sobre o volume contido na garrafa. No caso dos licores do Recôncavo, 42% estão nessa situação.

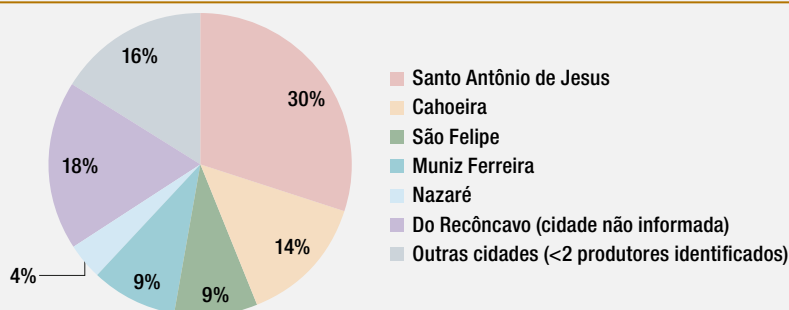
Na amostra coletada, em 85% dos produtos constam informações sobre suas origens, sendo 54% fabricados na região do Recôncavo. Os licores feitos no estado da Bahia têm origem em Alagoinhas, Amargosa, Amélia Rodrigues, Cachoeira, Chapada Diamantina, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Crisópolis, Cruz das Almas, Esplanada, Içapé, Itaberaba, Itororó, Jequié, Maragogipe, Morro do Chapéu, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Simões Filho, Santo Antônio de Jesus, Terra Nova e Varzedo.

Gráfico 1
Origem dos licores de frutas comercializados – Recôncavo da Bahia e Região Metropolitana de Salvador – 2015/2016



Fonte: Elaboração própria (2016).

Gráfico 2
Origem dos licores – Recôncavo da Bahia – 2015/2016



Fonte: Elaboração própria (2016).

Somente em 8% dos produtos consta no rótulo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo que, destes, a metade pertence ao Recôncavo. Analisando-se os CNPJ encontrados, verificou-se que apenas uma empresa (no Recôncavo) possui o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) de produção de licores. As demais utilizam códigos não relacionados a este tipo de atividade industrial, estão em situação de cadastro irregular ou não declararam o código.

Da amostra analisada, apenas duas empresas possuem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ambas com CNAE diferente do relativo à produção de licores. Já na análise dos produtos, nenhum possui registro no MAPA, verificando-se, assim, alta informalidade do setor.

Foram identificados apenas 16 contatos entre os 44 produtores do Recôncavo. Deste universo, sete produtores aceitaram ser entrevistados (quatro por telefone e três pessoalmente), cinco não aceitaram participar da pesquisa e em quatro casos o telefone estava errado ou não atenderam. Para a coleta de dados primários, foi elaborado questionário no intuito de mapear o perfil das unidades de produção; identificar o tipo de mão de obra alocada; e registrar a origem/história da produção e os equipamentos utilizados na fabricação de licores.

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

O questionário foi aplicado em sete produtores das cidades de Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Nazaré das Farinhas e Cruz das Almas, sendo que as perguntas foram categorizadas conforme pontuado a seguir, juntamente com os respectivos resultados.

PARTE A – EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO DE LICORES

No que diz respeito aos equipamentos utilizados na fabricação de licores, há semelhanças notórias, com algumas particularidades. Os tanques para processamento são, em sua maioria, de polímero, com variação para madeira ou aço inox. A prensa para tirar líquido da fruta é de madeira e manual, poucos produtores utilizam ferramentas para prensagem de aço inox ou plástico. A filtragem do licor, em sua maioria, é feita com algodão ou panos de algodão, e não são utilizados conservantes nem aromatizantes nos produtos. Ressalva-se que, sobre o licor de groselha, um dos produtores afirmou utilizar aromatizante. Quanto a instrumentos de medição para analisar a bebida, apenas dois produtores medem teor de açúcar e de álcool.

O engarrafamento, a colocação da tampa na garrafa e a rotulagem são feitos manualmente. Quanto a melhorias implantadas no processo de fabricação, um dos produtores aprimorou a prensa, o processo de filtragem e passou a utilizar embalagens com plástico esterilizado. Outro produtor mudou parte da prensa de madeira para aço inox.

PARTE B – HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE LICORES

Entre os entrevistados, a produção de licor se iniciou, em média, há 19 anos, com máximo de 40 anos e mínimo de dois anos. O envolvimento se deu por meio dos pais e irmãos, para consumo ou como aposta para o comércio de bebidas. A formulação foi passada por geração anterior, por receita familiar, informações da internet/cursos ou por meio de testes. Grande parte dos entrevistados acredita que as novas gerações das suas famílias não darão continuidade à atividade.

A forma de obtenção da bebida a partir da fruta é generalizada, usando maceração e álcool/cachaça para tal. Um dos produtores mantém o licor em conserva durante um ano. Outro utiliza também a infusão, deixando por três meses em conserva.

Os entrevistados se sentem felizes e realizados exercendo a atividade de fabricação de licores, e alguns citam que gostariam de estar trabalhando somente nessa atividade. Quanto à relevância cultural da produção/venda da bebida, eles percebem que é importante para as festas juninas e contribui para o desenvolvimento da região.

O licor também colabora para o turismo da cidade, por conta das festas juninas, e para o comércio. Em relação à notoriedade, os licores de Cachoeira têm mais tradição, mas os entrevistados afirmam que os seus produtos possuem melhor qualidade e também são muito conhecidos.

A produção de licores não é a única atividade exercida pelos entrevistados, nem sua principal fonte de renda. Eles possuem empregos como os de funcionário público, comerciante, nutricionista, empregado de fábrica, produtor de mandioca e produtor de rapadura, açúcar mascavo e melaço.

PARTE C – MÃO DE OBRA DA PRODUÇÃO

Em média, três pessoas trabalham na produção de licor com os entrevistados, e a escolaridade dessas pessoas varia do ensino fundamental

Entre os entrevistados, a produção de licor se iniciou, em média, há 19 anos, com máximo de 40 anos e mínimo de dois anos. O envolvimento se deu por meio dos pais e irmãos, para consumo ou como aposta para o comércio de bebidas

De acordo com os entrevistados, o período de fabricação de licores difere, variando de março a julho, setembro a dezembro e janeiro a julho. Dos sete entrevistados, apenas três informaram a quantidade produzida anualmente (4 mil litros, 3 mil litros e 1 mil litros)

à pós-graduação. No entanto, apenas um dos fabricantes apresentou responsável técnico para a produção. A família tem maior representatividade na produção dos licores, o meio de contratação é informal, com tempo de dedicação temporária, e a forma de pagamento é a remuneração do serviço.

PARTE D - OUTROS

Os entrevistados ainda não tiveram apoio de instituições, universidades ou prefeituras, e não participam de cooperativas ou sindicatos. As frutas utilizadas na fabricação dos licores são terceirizadas e de produtores do próprio Recôncavo, sendo as principais maracujá, jenipapo, jabuticaba, tamarindo, cacau, cajá, banana, graviola, amendoim e gengibre (raiz).

De acordo com os entrevistados, o período de fabricação de licores difere, variando de março a julho, setembro a dezembro e janeiro a julho. Dos sete entrevistados, apenas três informaram a quantidade produzida anualmente (4 mil litros, 3 mil litros e 1 mil litros). Isso representa uma média de aproximadamente 2,7 mil litros/ano. É importante sublinhar a fragilidade desta informação considerando a quantidade de respostas. O licor produzido é vendido diretamente para o consumidor final, para mercados e restaurantes. Os sabores mais produzidos são maracujá, jenipapo, jabuticaba, tamarindo e cacau, sendo o de jenipapo o mais vendido.

Nenhum dos entrevistados participa de sindicatos ou associações relacionados à fabricação de licores.

CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS LICORES DO RECÔNCAVO

Neste tópico foram analisadas a divulgação e a circulação de informações sobre a produção informal de licores no Recôncavo da Bahia. Essas informações foram obtidas em jornais e revistas através de meio eletrônico.

Para a realização desta investigação foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Bebidas da Bahia. Licores baianos. Licores do Recôncavo. Produtores de licor. Licor de Cachoeira. Licor de São Félix. Licor de Santo Antônio de Jesus. Licores tradicionais. Economia do Recôncavo baiano. Renda com venda de licores no Recôncavo baiano; e Tradição de licor no Recôncavo.

Segundo o portal *A Ponte* (2014), nada mais tradicional para celebrar a festa de São João do que um bom e saboroso licor artesanal. A bebida,

existente desde o século XIII, é muito apreciada pelos baianos e uma das fontes de renda de moradores de municípios do Recôncavo baiano, os quais preservam essa tradição.

Conforme citado pelo *Caminho da Reportagem* (2017), o Recôncavo está diretamente ligado à história do Brasil, pois abriga tradições e monumentos com origem na época da colonização portuguesa no país. Algumas cidades da região, como Cachoeira, São Félix, Jaguaripe, Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu e Santo Amaro, preservam a cultura, a culinária, a arte e as histórias da região.

O Recôncavo está diretamente ligado à história do Brasil, pois abriga tradições e monumentos com origem na época da colonização portuguesa no país

Lyrio, Pacheco e Borges (2015), em sua reportagem para o jornal *Correio*, abordam as razões, no contexto histórico-social, da produção do licor. O professor de geografia cultural da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) Jânio Roque de Castro questiona que tipo de bebida poderia ser feito na sua própria casa a partir das frutas do quintal. No Sul do Brasil, por exemplo, há a festa da uva porque a fruta é um produto tradicional daquela região. No entanto, no Recôncavo, a bebida é o licor de alguns produtos e frutas tipicamente do Nordeste.

Ainda sobre a concepção dos autores citados acima, o antropólogo Raul Lody afirma que o licor tem relação com as bebidas e doces historicamente produzidos por religiosos. Resume Lody:

Esses licores vieram também dos mosteiros, então tem essa tradição, como de doces, desde a Idade Média, toda essa variedade enorme de doces a base de ovos, açúcar, canela, cravo. Isso é desenvolvido até hoje, muitos mosteiros fazem seus pastéis, bolos e licores. As bebidas alcoólicas são celebrativas dos grandes feitos (LYRIO, 2015).

Como dito inicialmente, o licor é mais consumido na época das festas juninas e está relacionado a algumas cidades que se destacam na realização desse tipo de festejo. Cachoeira, a 110 km de Salvador, é um exemplo.

Em uma reportagem de Silva (2015) para o *G1*, foram destacados os licores provenientes de Cachoeira, cidade da região do Recôncavo. A matéria ressaltou a fama nacional dos licores, a técnica artesanal e a tradição. Dentre as bebidas da região, ressaltou-se o licor de Roque Pinto.

De acordo com a reportagem, esse licor começou a ser produzido há mais de 100 anos, com uma receita passada de pai para filho, sendo que a família já está na terceira geração de produtores. A elaboração, totalmente artesanal,

Com a modernização, a produção cresceu mais de 200%.

Ainda assim, há preocupação em manter a qualidade e o sabor. As bebidas fabricadas são mantidas em 30 barris de carvalho, com capacidade para 100 litros cada um

ocorre em um pequeno espaço, e a família participa diretamente da fabricação, desde a seleção das frutas, a mistura dos ingredientes, o envaseamento e, por fim, a embalagem. Todo processo é realizado manualmente.

Ao longo dos anos, houve um crescimento da procura pelo produto da família, sendo necessária a aquisição de três liquidificadores industriais para agilizar o processo de trituração dos frutos. Com a modernização, a produção cresceu mais de 200%. Ainda assim, há preocupação em manter a qualidade e o sabor. As bebidas fabricadas são mantidas em 30 barris de carvalho, com capacidade para 100 litros cada um.

Quanto à comercialização, os produtos são vendidos tanto no varejo quanto no atacado. No período de maio a julho, o estabelecimento vende mais de 40 mil litros da bebida. Nos demais meses, as vendas caem para apenas 200 litros mensais.

Na época de baixa produção, o local funciona praticamente como um ponto turístico, um dos principais de Cachoeira. Além de comercializar para turistas e clientes de outras cidades, pessoas de todos os estados brasileiros e de países como França, Estados Unidos e Itália são consumidoras cativas dos licores. Os sabores mais procurados são os tradicionais: jenipapo, passas e maracujá.

O número de funcionários também é reduzido no período de baixa demanda quando comparado com o de alta. Nos três meses de maior procura, o estabelecimento chega a ter quase 30 pessoas trabalhando. Nos demais períodos, são menos de dez. Entretanto, quase todos os funcionários são membros da família.

No ano de 2011, o G1 já havia destacado, em Cachoeira, as quase 20 fábricas de licor da cidade, o que a torna conhecida como a capital baiana da bebida. Só em uma fábrica eram produzidos 20 tipos de licor. Nessa matéria do G1, o seu Antônio, um dos mais antigos fabricantes da cidade, teve destaque. Ele afirmou trabalhar normalmente com quatro pessoas, mas quando chega a época de maior venda são mais de 20 trabalhadores. Outra fabricante citada, dona Angelina Cordeiro, é apontada por moradores da região como uma das maiores fabricantes de licor da localidade. Ela afirma vender por volta de dez mil litros por ano.

Dona Angelina conta que tem dezenas de tanques para armazenar frutas como o jenipapo. Depois de ficar durante meses em uma infusão com álcool, as frutas são esmagadas em uma prensa centenária. O líquido é coado e depois passa por uma segunda coagem, até ser engarrafado.

Além de Cachoeira, outras cidades também merecem ênfase. O jornal eletrônico *Rede Criativa de Comunicação* (2012) destacou os licores de Amargosa, também pertencente à região do Recôncavo. Na reportagem, um consumidor entrevistado enfatizou as informações que recebeu de seus colegas que consumiram o licor da região.

As cidades de Cachoeira e Amargosa também foram ressaltadas no jornal *Tribuna da Bahia* (2012) devido à movimentação da economia pela venda dos licores. Cachoeira fica no Recôncavo da Bahia, e Amargosa, no Vale do Jiquiriçá (segundo a classificação por territórios de identidade, da SEI). A primeira é conhecida como a capital dos licores, e a outra é citada pela tradição nos festejos juninos, mas também é responsável por abastecer o mercado de licor em toda a região.

A reportagem contou um pouco da história de dona Lúcia. Há 40 anos, ela e o marido, Tom Brasil, se dedicam à fabricação de licor. São 2 mil garrafas e 15 sabores diferentes, entre eles limão, ameixa, banana e canela, e jenipapo, o mais tradicional de todos. Cada garrafa fica em infusão entre um e três anos, uma técnica que acentua o cheiro e o sabor da bebida. Hoje, o licor do casal é vendido para cinco grandes redes de supermercado de Salvador, além de outros estados. E a receita desse sucesso, explicada por seu Tom, é o amor pela arte, pela união da família e pela tradição que vem de seus avós e seu pai.

CONCLUSÃO

Dentro do universo pesquisado, conclui-se que há indicativos de tradição na produção licores de frutas no Recôncavo, visto que foi relatada a transferência de *know how* através de gerações anteriores. Segundo os dados coletados, foram identificados fabricantes que iniciaram a produção recentemente (dois anos), e outros cuja produção encontra-se na família há 40 e até há 100 anos.

Os métodos de produção são muito similares, com a utilização da técnica de maceração. Poucos produtores avançaram em termos tecnológicos no que tange ao atendimento às normativas da Vigilância Sanitária. Sendo assim, a grande maioria continua utilizando tonéis de polímero ou madeira e prensas também de madeira adaptadas para realizar a extração de líquidos.

Para alcançar o reconhecimento oficial do INPI por meio da indicação de procedência, a tradição tem grande importância, mas há também a necessidade da adoção de um conjunto de boas práticas de produção. Faz-se

assim necessário que os atuais produtores criem um grupo representativo em torno de uma associação e qualifiquem suas atividades para avançar no caminho da indicação geográfica.

A formação de uma associação possibilita iniciar a articulação entre agentes públicos e privados para angariar apoio na profissionalização da atividade, como capacitação em gestão e atendimento às recomendações do MAPA e da Vigilância Sanitária. Dessa forma, poderia emergir um novo setor econômico, capaz de gerar riquezas locais e divisas para o estado da Bahia.

Visto que, atualmente, não há políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico dessa região, recomenda-se a continuidade de coleta de dados primários para ampliar o conhecimento sobre essa atividade majoritariamente informal. O dossiê sobre este tema pode ser utilizado como ferramenta para estruturação do setor. Destaca-se que o grande desafio deste trabalho é a falta de dados secundários.

REFERÊNCIAS

A PONTE. Produtores de licor de Cachoeira se aquecem próximo ao período junino. 2014. Disponível em: <<http://portalaponte.com/licor-cachoeira-ondeencontrar-roquepinto/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BASTOS, Gabriela Jabar. *O sistema local de produção informal de licores de frutas do Recôncavo da Bahia*. 2016. 20 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção)-Área 1 – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Salvador, 2016.

BRASIL. Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 1 nov. 2016.

CALDAS, Alcides dos Santos; CEQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 7, n. 11, p. 5-16, jan. 2005.

CAMINHOS DA REPORTAGEM. Brasília: Contos e Recôncavo, 2017. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VChgJWoRRvc>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FAGUNDES, Murillo Reis Martins; LÔBO, Marina Rubia Mendonça. Indicações geográficas e a proteção jurídica brasileira. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, 8., 2013, Goiânia. *Trabalhos apresentados...* Goiânia: PUC Goiás, 2013. Disponível em: <<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/8mostra/Artigos/SOCIAIS APLICADAS/Indicações Geográficas e a Proteção Jurídica.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

G1: Com quase 20 fábricas de licor, Cachoeira é a capital baiana da bebida. Salvador, 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/06/com-quase-20-fabricas-de-licor-cachoeira-e-capital-baiana-da-bebida.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

GOLLO, S. S.; CASTRO, A. W. V. de. Indicações geográficas no Brasil: as indicações de procedências já outorgadas e as áreas e produtos com potencial de certificação. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Brasília, DF: SOBER, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). RESOLUÇÃO 75/2000: Condições para o registro das indicações geográficas. Rio de Janeiro: INPI, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. INSTRUÇÃO NORMATIVA 25/2013: Condições para o Registro das Indicações Geográficas. Rio de Janeiro: INPI, 2013a.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). RESOLUÇÃO 55/2013: Depósito dos pedidos de registro de desenho industrial e dos pedidos de registro de indicação geográfica e dos procedimentos relativos a numeração destes pedidos. Rio de Janeiro: INPI, 2013b.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). *Denominações de origem reconhecidas*. Rio de Janeiro: INPI, 2017a. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 8 jan, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). *Indicações de procedência reconhecidas*. Rio de Janeiro: INPI, 2017b. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 8 jan, 2018.

LYRIO, Alexandre; PACHECO, Clarissa; BORGES, Thais. Os porquês do São João: Tudo o que você queria saber, mas bebia licor demais para se preocupar. 2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/single-bazar/noticia/os-porques-do-sao-joao-tudo-o-que-voce-queria-saber-mas-bebia-licor-demais-para-se-preocupar/?cHash=a6de7f02db86b7cad6b7ca1966b84090>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

PIMENTEL, Luiz Otávio. *Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio*: Módulo II: indicação geográfica. 4. ed. Brasília: MAPA, 2014.

REDE CRIATIVA DE COMUNICAÇÃO: O licor é a bebida típica do São João e em Amargosa os sabores exóticos fazem sucesso. Salvador, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.criativaonline.com.br/index/noticias/id-10219/o-licor-e-a-bebida-tipica-do-sao-joao-e-em-amargosa-os-sabores-exoticos-fazem-sucesso>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SILVA, Valma. Com receita centenária, fábrica de licor é atração turística na Bahia. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/sao-joao/2015/noticia/2015/06/com-receita-centenaria-fabrica-de-licor-e-atracao-turistica-na-bahia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

SOUZA, André de Mello. *O acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs): implicações e possibilidades para a saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 37 p. (Texto para discussão, 1615).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia*. Salvador: SEI, 2016. v. 1.

TRIBUNA DA BAHIA: Economia é aquecida pela produção de licor. Salvador, 16 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.trbn.com.br/2012/06/16/economia-e-aquecida-pela-producao-de-licor>>. Acesso em: 9 jan. 2017.



Figura da pobreza

Por um lado, porém,

A pobreza é um fenômeno que pode ser visto sob diferentes aspectos. Por um lado, ela é um fenômeno social, que envolve a distribuição desigual da renda e dos recursos.

Por outro lado, a pobreza é um fenômeno cultural, que envolve a falta de acesso à educação e à saúde, e a perpetuação da pobreza por meio da transmissão de valores e atitudes.

Assim, a pobreza é um fenômeno complexo, que envolve aspectos sociais, culturais e econômicos. Para entender a pobreza, é necessário analisar esses aspectos de forma integrada.

REVISITANDO OS ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO FENÔMENO DA POBREZA

Amanda Rodrigues Liguori da Luz
Graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade Salvador (Unifacs).
amandarliguori@gmail.com

Fernanda Calasans C. L. Pessoti
Mestre em Economia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); doutoranda em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Economia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
Professora-assistente da UESB.
fecalasans@gmail.com

Gustavo Casseb Pessoti
Mestre em Análise Regional e especialista em Planejamento e Gestão Governamental, pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Planejamento Regional e Orçamento Público e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do curso de Ciências Econômicas da Unifacs; especialista em Gestão Governamental e Políticas Públicas do Estado da Bahia (EPPGG) e presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA).
cassebpeessoti@gmail.com

A POBREZA é um fenômeno presente, desde a antiguidade, nas diversas formas de organização social no mundo e ainda aflige a humanidade de forma significativa. Dentro do campo científico, vem sendo interpretada como um problema cada vez mais complexo. Na ciência econômica, esse tema foi preliminarmente analisado nos trabalhos de alguns economistas clássicos, como Adam Smith e Thomas Malthus, e, a partir de então, tem sido levantado, de modo indireto ou detalhado, por diversas correntes do pensamento econômico.



A pobreza seria sanada quando os consumidores atingissem um nível de bem-estar considerado mínimo, [...]. Esse nível mínimo normalmente é representado por uma linha de pobreza, a qual distingue os pobres dos não pobres

Mesmo que esse fenômeno e algumas formas de combatê-lo já pudessem ser constatados há muito tempo, foi a partir do século XX que a pobreza ganhou protagonismo “[...] nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais” (CODES, 2008, p. 7). Nesse sentido, a partir dos anos 1960, com a ampliação das discussões acerca de crescimento e desenvolvimento econômico nos diversos países, a necessidade de um maior entendimento da questão motivou a busca por convergências, novos conceitos e formas de mensuração da pobreza. Assim, esse fenômeno tornou-se uma área importante da pesquisa científica.

O conceito inicialmente mais disseminado foi o da pobreza como insuficiência de renda, fundamentando uma das principais abordagens no estudo científico do problema, a monetária. Essa definição associa o bem-estar dos indivíduos ao seu nível de renda. Sendo assim, a pobreza seria sanada quando os consumidores atingissem um nível de bem-estar considerado mínimo, no momento em que a renda fosse suficiente para tal. Esse nível mínimo normalmente é representado por uma linha de pobreza, a qual distingue os pobres dos não pobres.

No entanto, no início dos anos 1970, o crescimento econômico registrado em muitos países, sobretudo nos do chamado Terceiro Mundo, não reverberou na atenuação da pobreza, levantando questionamentos acerca da efetividade do desenvolvimento econômico – ou aumento da renda – para a eliminação do problema. De um modo geral, o fato de a incidência da pobreza não ser controlada até mesmo nos países desenvolvidos representou uma falência das estratégias de combate ao problema implementadas no período pós-guerra. Nos países em desenvolvimento, a questão era ainda mais grave devido às centenas de milhões de pessoas em situação de miséria. Em virtude, principalmente, da percepção de que a pobreza não estava sendo eliminada através do crescimento econômico, novas abordagens de estudo foram surgindo, considerando o fenômeno além da dimensão monetária.

Assim, dentro do campo científico, avançou-se para um entendimento do problema de uma forma mais complexa, e a pobreza passou a ser investigada, em uma série de estudos, em sua abrangência multidimensional. Apesar disso, a literatura nesse campo ainda é relativamente recente, e as suas implicações ainda são pouco conhecidas, tanto internacional, quanto nacionalmente. A maior parte dos estudos ainda se concentra na abordagem unidimensional e monetária, que se sustenta na ideia de que a renda e o consumo são a melhor representação do bem-estar.

Nas teorias multidimensionais da pobreza, o bem-estar dos indivíduos, bem como a ideia de desenvolvimento, é abordado de outra maneira. De um

modo geral, a maior parte das teorias multidimensionais enxerga o desenvolvimento como algo além do crescimento da renda e assume que o bem-estar e a felicidade das pessoas não podem estar vinculados apenas às preferências ou escolhas de consumo.

Nesse contexto, pretende-se aqui tratar da trajetória evolutiva do pensamento científico da pobreza, ressaltando os avanços auferidos mais recentemente com as teorias multidimensionais. Além disso, por entender que a concepção influencia fortemente as formas de combate à pobreza, ressalta-se a necessidade de se expandir o cerne das pesquisas para além da renda, assim como de se acatar a multidimensionalidade na formulação das políticas que visam combater o problema.

Para isso, o trabalho está dividido em três seções, além desta introdução. A seguir, apresentam-se os argumentos que compõem a visão unidimensional da pobreza e também as suas limitações. Na terceira seção serão enfocadas duas das principais teorias dentro da visão multidimensional da pobreza: a abordagem das necessidades básicas e a das capacitações. Por fim, apresentam-se as considerações finais, enfatizando-se os avanços auferidos com os estudos multidimensionais, bem como a necessidade de que eles balizem as políticas públicas de combate à pobreza.

A VISÃO UNIDIMENSIONAL DA POBREZA E SUAS LIMITAÇÕES

Os primeiros estudos científicos acerca da pobreza foram desenvolvidos no final do século XIX. Na época, como não existia um parâmetro definindo o nível de ajuda a ser fornecido aos pobres, começou a ser explorada a definição das necessidades mínimas que garantissem a sobrevivência desses indivíduos. Com trabalhos que visavam determinar as demandas nutricionais mínimas requeridas para a sobrevivência física dos pobres, a ideia de subsistência começou a ser formulada (LACERDA, 2009). Eram considerados pobres aqueles cuja renda familiar não fosse suficiente para sua manutenção física (TOWNSEND, 1993).

Um dos estudos pioneiros nesse período que levava em consideração a ideia de subsistência a partir das necessidades nutricionais foi o de Rowntree, que, analisando a pobreza na cidade de York, na Inglaterra, estabeleceu uma das primeiras formas de se mensurar o fenômeno. O estudo de Rowntree “[...] definia patamares diferenciados de renda necessária (linhas de pobreza) conforme o tamanho e a estrutura da unidade familiar” (ROCHA, 2003, p.13). A ideia de subsistência teve bastante respaldo durante a primeira metade

A ideia de subsistência teve bastante respaldo durante a primeira metade do século XX e acabou também influenciando uma série de políticas sociais e econômicas nesse período, até mesmo após a Segunda Guerra

São considerados pobres aqueles que possuem renda abaixo do valor determinado como linha de pobreza – montante necessário para atender às necessidades consideradas mínimas para aquela sociedade

do século XX e acabou também influenciando uma série de políticas sociais e econômicas nesse período, até mesmo após a Segunda Guerra. Com o tempo, a noção de subsistência findou por incorporar outras necessidades além das nutricionais.

O estudo das necessidades nutricionais mínimas balizou o desenvolvimento de um dos principais conceitos acerca da pobreza no século XX: a abordagem monetária. A intensificação das atividades capitalistas, assim como a possibilidade de se analisar a pobreza de maneira quantitativa, impulsionou tanto a conversão dessas demandas em unidades monetárias quanto a utilização de critérios de distinção entre pobres e não pobres através da renda dos indivíduos ou famílias (LACERDA, 2009).

A abordagem monetária da pobreza trata de estabelecer um valor monetário associado ao custo das necessidades básicas de um indivíduo de uma determinada população (ROCHA, 2003). Ao estabelecer esse valor mínimo, essa visão irá classificar como pobres aqueles que possuem um déficit ou alguma insuficiência no consumo ou na renda, referente a alguma linha de pobreza – que traduz essa cotação monetária das necessidades fundamentais. Nesse sentido, a renda representaria uma *proxy* das necessidades básicas, o que permitiria a quantificação do número de pobres e também a comparação intertemporal (MACHADO, 2006).

A mensuração da pobreza através da renda utiliza como critério principalmente as chamadas linhas de pobreza monetária. Quando se referem essencialmente ao caráter fundamental das necessidades nutricionais dos indivíduos, são nomeadas linhas de indigência ou de pobreza extrema. Já quando englobam um conjunto mais amplo de necessidades são denominadas linhas de pobreza (ROCHA, 2003; LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

A determinação das linhas de pobreza separa a população total em dois subgrupos, de acordo com a renda, sendo que objetiva “[...] ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontram abaixo do seu valor” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 22). Nesse sentido, são considerados pobres aqueles que possuem renda abaixo do valor determinado como linha de pobreza – montante necessário para atender às necessidades consideradas mínimas para aquela sociedade. E indigentes correspondem a um subgrupo dos pobres que não possuem renda suficiente para atender às necessidades nutricionais básicas, ou seja, os que estão abaixo do valor determinado nas linhas de indigência (ROCHA, 2003, p.12-13).

Todavia, essa forma de mensuração apresenta uma série de limitações. Determinar um parâmetro monetário para diferenciar os pobres dos não pobres, ou seja, identificar um valor concreto para as linhas de pobreza apresenta diversas dificuldades empíricas. Para Laderchi, Saith e Stewart (2003), a dificuldade que envolve a mensuração da pobreza está relacionada com a própria complexidade do fenômeno, o qual não consegue ser definido precisa e inquestionavelmente por nenhuma teoria.

Em relação à definição de uma cesta alimentar básica, apesar de se dispor, atualmente, de critérios universais acerca das necessidades nutricionais essenciais, não existe uma única solução possível para a composição da cesta e também dos preços adequados para os seus produtos (ROCHA, 2003). As diferentes taxas metabólicas, tipos de atividades, tamanho, gênero e idade entre os indivíduos, por exemplo, tornam problemática a base prática para a definição da linha de pobreza na abordagem monetária. Além disso, diferentes gostos, a disponibilidade de alimentos e preços também afetam o quanto de renda é preciso para os indivíduos manterem um determinado nível de nutrição (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Para Rocha (2003), estabelecer um valor para as outras necessidades básicas – como habitação, vestuário etc. – é também inevitavelmente problemático, visto que não se dispõe de parâmetros de consumo essenciais acerca dessas demandas. Nesse sentido, apesar de as linhas de pobreza e de indigência partirem das noções de subsistência (consumo mínimo e pobreza absoluta), elas “[...] podem ser definidas de forma tão próxima à noção de pobreza relativa quanto se queira” (ROCHA, 2003, p.14). Assim, tanto linhas relativas quanto linhas absolutas de pobreza são utilizadas para mensurar a pobreza através da renda.

A definição de linhas de pobreza relativa consiste no estabelecimento de um valor que tenha como referência o padrão de vida predominante na sociedade em questão. Normalmente, essa medida é estipulada a partir dos valores da renda média ou mediana de um conjunto da população. Atualmente, na União Europeia, por exemplo, as linhas de pobreza relativas utilizam como parâmetro conjuntos que correspondem, em média, a 50% do rendimento mediano em cada país-membro, o que implica, consequentemente, linhas de pobreza divergentes entre os países (ROCHA, 2003).

A utilização de linhas relativas está muito mais ligada à questão da distribuição de renda e à mensuração das desigualdades como indicador de bem-estar social – aspectos não necessariamente intrínsecos somente à pobreza – do que à mensuração da pobreza em si. Por essas questões, o uso das linhas

As diferentes taxas metabólicas, tipos de atividades, tamanho, gênero e idade entre os indivíduos, por exemplo, tornam problemática a base prática para a definição da linha de pobreza na abordagem monetária

Econômico e socialmente, os indivíduos são considerados consumidores que visam à maximização dessa utilidade – “os seus gastos em consumo refletem a utilidade que as mercadorias consumidas geram para eles”

de pobreza relativas se disseminou, sobretudo, nos países desenvolvidos, “[...] onde a ênfase se coloca naturalmente sobre os aspectos de desigualdade de renda e exclusão social” (ROCHA, 2003, p.16). O emprego de linhas de pobreza relativa, entretanto, apresenta problemas de comparabilidade e também pode repercutir em uma análise enviesada quanto à incidência de pobreza entre países. Rocha (2003, p. 16) exemplifica assim essa questão:

[...] a linha de pobreza portuguesa tem valor de cerca da metade do da França, o que significa que um indivíduo não pobre em Portugal poderia ser classificado como pobre na França. Linhas de pobreza assim definidas geram necessariamente índices de pobreza não diretamente comparáveis, já que a proporção de pobres em Portugal é inferior à obtida para a França ou para a Inglaterra.

A quantidade de metodologias e teorias que tratam da mensuração da pobreza através da renda é extensa. É importante destacar, porém, que todos esses aspectos acerca dessa visão de pobreza dispõem de uma característica em comum: a unidimensionalidade. Essa característica se faz presente pelo fato de que os adeptos dessa abordagem percebem a pobreza por apenas uma dimensão: a monetária. Essa característica da abordagem monetária da pobreza julga a renda como *proxy* do bem-estar dos indivíduos e se fundamenta, principalmente, na teoria econômica clássica do bem-estar e no pensamento utilitarista.

Para esse campo da economia tradicional, o crescimento econômico deveria ser auferido incessantemente pelos países em desenvolvimento, pois seria capaz de proferir aumento na renda doméstica e, conseqüentemente, eliminar a pobreza interna. Entretanto, essa visão de que o crescimento econômico seria suficiente para suprimir a pobreza se mostrou ineficiente, uma vez que tal fato não se confirmou nos países subdesenvolvidos. Isso contribuiu para que o crescimento econômico e/ou PIB *per capita* significativos não fossem vistos como meios satisfatórios para o aumento da qualidade de vida das pessoas (SEN, 2003).

Já o pensamento utilitarista tem a noção de valor como algo vinculado à utilidade individual. Ademais, profere que a “utilidade” de um indivíduo é configurada por uma medida do seu prazer ou felicidade (SEN, 2000). Assim, econômico e socialmente, os indivíduos são considerados consumidores que visam à maximização dessa utilidade – “os seus gastos em consumo refletem a utilidade que as mercadorias consumidas geram para eles” (LACERDA, 2009, p. 39). Uma vez que o bem-estar dos indivíduos passa a ser ordenado pela sua função consumo, o bem-estar social corresponderia à

maximização da soma dessas utilidades, ou a função consumo total. Nesse sentido, a renda, ou o consumo – que é ordenado pela renda –, aparece como o único indicador de bem-estar (LACERDA, 2009).

Essa questão da admissão da renda como a mais conveniente *proxy* de bem-estar, entretanto, é extremamente problemática, visto que não considera outros diversos aspectos que podem intervir no bem-estar dos indivíduos – também das famílias e comunidades (LACERDA, 2009). A exclusividade da renda como parâmetro de bem-estar não consegue captar o impacto da falta de acesso a bens e serviços que não passam pelo mercado privado¹ – a exemplo de bens de autoconsumo, bens públicos, doações etc. –, e também não leva em conta a heterogeneidade dos indivíduos² no ato da conversão das suas rendas em bem-estar. Por fim, também não estima o valor intrínseco presente nas escolhas dos indivíduos (KUKLYS, 2005; LACERDA 2009; SEN, 2000). Hoffmann (1998, p. 217) afirma o seguinte:

[...] a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa (ou família), embora seja, nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições. Dado um certo nível de renda para uma família, as condições de saúde de seus membros, por exemplo, podem fazer com que ela esteja ou não em condições de pobreza. [...] Outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados sobre renda é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário.

É reconhecida a importância dessa abordagem de estudo da pobreza, principalmente em relação aos avanços metodológicos e abrangência. A pobreza é, de fato, um fenômeno extremamente complexo de se interpretar e mensurar, e qualquer simplificação – mesmo sob a óptica da renda – tende a ser problemática. No entanto, essas dificuldades empíricas tendem a influenciar negativamente a elaboração e implantação de políticas públicas adequadas de combate à pobreza. O enfoque exclusivista da renda acaba por também limitar as medidas de combate ao fenômeno.

Diante da percepção de que a pobreza era um fenômeno complexo e de que o crescimento econômico não foi capaz de extingui-la na maioria dos

A pobreza é, [...],
um fenômeno
extremamente
complexo de
se interpretar e
mensurar, e qualquer
simplificação –
mesmo sob a óptica
da renda – tende a
ser problemática

1 De acordo com Salama e Destremau (1999, apud LACERDA, 2009, p. 43), “[...] se não levarmos em consideração essas exceções, uma definição da pobreza limitada a um patamar de rendimento monetário será restritiva e, por conseguinte, insuficiente”.

2 As diferenças consideradas são apenas em termos de suas restrições orçamentárias. De acordo com Sen (2000, apud LACERDA, 2009, p. 43), “[...] no nível prático, talvez a maior dificuldade na abordagem do bem-estar medido pela renda real resida na diversidade dos seres humanos”.

A abordagem das necessidades básicas pode ser considerada como o princípio da perspectiva multidimensional da pobreza. [...], essa abordagem ganhou mais evidência a partir dos anos 1970, mesmo que já existisse desde a década de 1950

países, surgiu uma série de questionamentos acerca da perspectiva unidimensional. Nesse contexto, emergiram novas visões do fenômeno, que irão inaugurar o que será denominado de abordagem multidimensional da pobreza. Buscando formas alternativas de entender o problema além da visão monetária, as novas concepções multidimensionais vão incluir no estudo da pobreza outras dimensões, a exemplo das sociais e políticas.

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Dentro do estudo multidimensional da pobreza, há uma série de teorias. Como foco deste trabalho, foram escolhidas duas grandes abordagens: a das necessidades humanas e a das capacitações. Ambas possuem relevância indiscutível nos debates acerca do problema, sobretudo por rejeitarem o enfoque utilitarista e apresentarem outras interpretações e alternativas de combate à pobreza. Elas serão apresentadas nas subseções seguintes.

A ABORDAGEM DAS NECESSIDADES BÁSICAS (BASIC NEEDS)

A abordagem das necessidades básicas pode ser considerada como o princípio da perspectiva multidimensional da pobreza. De acordo com Codes (2008), essa abordagem ganhou mais evidência a partir dos anos 1970, mesmo que já existisse desde a década de 1950 – quando emergia a ideia de que o progresso social estava vinculado à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e não ao crescimento econômico. Essa abordagem surge como um dos primeiros questionamentos acerca da eficiência do crescimento econômico como parâmetro de desenvolvimento social e redução da pobreza (LACERDA, 2009).

No período em que ganhou mais visibilidade, no imediato pós-Segunda Guerra, houve uma expansão significativa do número absoluto de pessoas pobres e dos níveis de concentração de renda, sobretudo nos países subdesenvolvidos (LACERDA, 2009). Nesse contexto, as discussões acerca das necessidades básicas se intensificaram. Segundo Codes (2008, p.13), essas discussões podem ser observadas em quatro contextos distintos:

Na seara da economia clássica, o debate voltou-se para a questão da definição de um salário para os operários, de modo que os trabalhadores da indústria pudessem obter o mínimo vital. Na esfera da filantropia, a preocupação consistia na contagem dos pobres e no estabelecimento de critérios de satisfação das necessidades, assim como na determinação

de um nível de auxílio que pudesse beneficiar algumas categorias. Mais recentemente, a economia do desenvolvimento dos países pobres pautou-se na noção das necessidades básicas: além do próprio interesse na satisfação daquelas necessidades, o debate na área desenrolou-se concomitantemente às discussões sobre o capital humano, que enalteciam o aspecto produtivo gerado pelo suprimento dessas mesmas necessidades [...]. Contemporaneamente, a noção das necessidades básicas aparece associada ao debate sobre subdesenvolvimento, sendo aplicada a países inteiros, sem que as três preocupações supracitadas sejam negadas.

Nos dias atuais, a ideia das necessidades básicas está mais relacionada com o panorama geral de desenvolvimento econômico e social de uma nação, isto é, as necessidades básicas não são mais aquelas fundamentadas somente na subsistência, mas estão inseridas num contexto de independência nacional, de dignidade dos indivíduos e dos povos, e das suas liberdades para controlarem os seus próprios destinos (TOWNSEND, 1993). Essa visão, portanto, tenta ir além das necessidades alimentares, não as desconsiderando, mas incorporando uma série mais ampla de necessidades humanas, como educação, saneamento, habitação etc (ROCHA, 2003).

Tal conceito de pobreza pode até ser considerado como uma extensão da abordagem monetária ou de subsistência, uma vez que utiliza como parâmetro os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em suas totalidades, e não somente as necessidades de sobrevivência e eficiência dos indivíduos e famílias (CODES, 2008). Similarmente, de acordo com Stewart (1989), a abordagem das necessidades básicas não tem o propósito de excluir a ideia de que o crescimento econômico é benéfico para a redução da pobreza, mas sim complementá-la, visto que considera o crescimento elemento substancial para a geração de renda para os pobres e também para expandir as receitas públicas que proporcionam a oferta de bens e serviços públicos.

Apesar da complementaridade de conceitos, Townsend (1993) reconhece o escopo limitado da abordagem da subsistência e enfatiza que visões mais abrangentes favorecem análises mais completas acerca das estruturas sociais. Do mesmo modo, Rocha (2003) enumera três aspectos pelos quais a abordagem das necessidades básicas opõe-se à abordagem monetária (e das linhas de pobreza):

As necessidades básicas não são mais aquelas fundamentadas somente na subsistência, mas estão inseridas num contexto de independência nacional, de dignidade dos indivíduos e dos povos, e das suas liberdades para controlarem os seus próprios destinos

[...] abandona a renda como indicador-chave, tanto devido às desvantagens da renda [...], como pelo interesse em adotar

parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida e não em termos de insumos ou instrumentos. [...] Em segundo lugar, a abordagem das *basic needs* se diferencia daquela da linha de pobreza por estabelecer objetivos e medir resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre preferencialmente. [...] Em terceiro lugar, contrariamente à abordagem da renda, a ótica da *basic needs* dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências (ROCHA, 2003, p. 20).

Conceitualmente, a abordagem mais moderna das *basic needs* enfatiza que as necessidades básicas incluem aspectos tanto materiais quanto não materiais, que podem proporcionar a realização de uma vida plena e também o atendimento de tais demandas como direitos humanos. Portanto, para se identificar essas necessidades seria preciso o estabelecimento de um padrão de vida – de qualidade de vida – e, sucessivamente, dos bens e serviços indispensáveis para assegurar uma vida plena (LACERDA, 2009).

A definição dessas necessidades é bastante controversa e também diversificada, o que ocasionou um conjunto de indicadores sociais bastante numeroso. Operacionalmente, a formulação de indicadores sociais suficientemente amplos e também eficientes em considerar os diferentes aspectos das necessidades básicas – nutrição, saúde, educação, moradia, saneamento etc. – apresenta algumas dificuldades metodológicas, de interpretação dos resultados e também do estabelecimento de comparações.

De acordo com Rocha (2003), durante as décadas de 1970 e 1980, as tentativas de estabelecimento de um indicador social sintético – físico e de resultado, como preconizava a abordagem das *basic needs* – não foram bem sucedidas, e, assim, não se chegou a um resultado conceitual e operacionalmente satisfatório. Não obstante, no início dos anos 1990, a pobreza efervescia como temática central dentro das organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento. A necessidade dessas organizações de encontrar um indicador sintético e que traduzisse as condições de vida nos diferentes países resultou no chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³.

3 O IDH foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e divulgado pela primeira vez no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1990. O Índice de Desenvolvimento Humano, um sucessor do PQLI, agrega também as dimensões da longevidade e da educação, as quais são combinadas mediante um procedimento aritmético simples. Os três indicadores relativos selecionados são: esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*. Cada indicador passa a ser expresso em um valor que varia entre 0 e 1. Entretanto, para isso, é necessário adequá-los baseando-se nos seus valores máximos e mínimos, os quais são estabelecidos como limites extremos. A adequação da dimensão da renda (o PIB *per capita*) exige que os rendimentos, por país, sejam corrigidos para refletir a suas reais capacidades de compra, isto é, deve-se retificá-los com base na paridade do poder de compra (PPC). Além disso, para que o indicador reflita a existência de retornos decrescentes em relação ao processo de transformação da renda em capacidades humanas, é utilizado um logaritmo do rendimento (GUIMARAES; JANNUZZI, 2005; ROCHA, 2003).

A abordagem das necessidades básicas, como já foi dito, vai além das anteriores e também se relaciona com a noção do desenvolvimento humano nas suas discussões. Nesse sentido, a instituição do IDH por um órgão de peso internacional contribuiu para que essa relação e a ideia mais complexa e multifacetada da pobreza se disseminassem. O PNUD

[...] sustenta que o conceito de “desenvolvimento humano” se diferencia de outros enfoques previamente existentes. Primeiramente, ele não compartilha com as teorias do capital humano nas quais se considera que as pessoas sejam meio de produção e não objetivos finais. Em segundo lugar, também se diferencia dos enfoques de bem-estar que consideram as pessoas como beneficiárias do desenvolvimento e não como participantes. Adicionalmente, o conceito de desenvolvimento humano vai além do enfoque de necessidades básicas, já que esse se centra mais na provisão de bens básicos do que no tema das possibilidades de escolha (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005, p. 75).

Apesar das contradições e divergências quando se trata do estabelecimento das necessidades básicas e também em relação ao caráter universal e/ou relativo dessas necessidades, essa abordagem conquistou espaço dentro das instituições internacionais e se difundiu em estudos comparativos também internacionais, como argumenta Rocha (1996, p. 10):

[...] ao evitar problemas de estabelecimento de equivalência de poder de compra e de diferenças nas preferências dos indivíduos devido a especificidades culturais, a abordagem dos *basic needs* era mais adequada quando se tratava de realizar comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo num contexto internacional. No entanto, tratava-se mais de exprimir objetivos e medir resultados no que concerne às condições de vida para a sociedade como um todo do que de delimitar uma subpopulação pobre preferencialmente.

Nesse sentido, é possível inferir também que o intuito dessa abordagem está voltado muito mais para a qualificação da pobreza do que para a sua quantificação. Apesar das restrições em se mensurar e identificar as necessidades básicas, algumas das agregações e dos índices formulados pelos adeptos dessa abordagem são de contribuição inegável e muito acrescentaram ao avanço da noção multidimensional da pobreza.

A liberdade dos indivíduos para agir dentro do seu contexto social constitui um dos principais fatores para o alcance do bem-estar social

A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

O fim da década de 1970 e o início dos anos 1980 marcaram as discussões em torno das *capabilities* (capacitações), instigadas pelos trabalhos do economista indiano Amartya Sen (KUKLYS, 2005). O enfoque dos trabalhos de Sen, entretanto, não se limitava à questão da pobreza. Essa nova abordagem, ao tentar analisar o desenvolvimento a partir dos princípios da igualdade e das liberdades substantivas, trouxe importantes contribuições para a teoria do bem-estar social e para a teoria do desenvolvimento socioeconômico (LACERDA, 2009). Nesse sentido, na

[...] perspectiva de análise da justiça social, as vantagens individuais são aferidas em termos de capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades substantivas de que ela usufrui para levar um tipo de vida que valoriza. Disso decorre a noção de que a pobreza não deve ser identificada com o critério padrão da escassez de renda, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas “capacidades básicas”. (CODES, 2008, p.19).

Para Sen, o alcance do bem-estar possibilita que os indivíduos realizem ações dentro do seu contexto social ou alcancem adequados estados de existência (SEN, 1993). A pobreza, porém, extingue as oportunidades mais básicas e, ao privar os indivíduos de um padrão de vida decente, afeta as suas “capacitações” e impede o seu desenvolvimento como cidadãos e que atinjam seus estados de existência, de liberdade e de bem-estar (SEN, 1997). Nesse sentido, a liberdade dos indivíduos para agir dentro do seu contexto social constitui um dos principais fatores para o alcance do bem-estar social. Portanto, na abordagem das capacitações, o bem-estar é avaliado de acordo com as liberdades desfrutadas pelos membros de uma sociedade, isto é, pelas liberdades dos indivíduos de viverem as vidas que valorizam – o que compreenderia a realização do seu potencial humano.

A ‘abordagem da capacidade’ tem algo a oferecer tanto à avaliação do bem-estar como à apreciação da liberdade. [...] O ‘conjunto capacitário’ pode ser visto como a liberdade abrangente que uma pessoa desfruta para buscar seu bem-estar. Se o potencial para escolher entre alternativas substancialmente importantes é visto como parte valiosa de uma vida digna, então o conjunto capacitário tem um papel adicional: pode influenciar diretamente a determinação do bem-estar de uma pessoa (SEN, 2001, p. 225-226).

É importante examinar a noção de bem-estar defendida por Sen. Nessa abordagem, há uma rejeição do utilitarismo como medida de bem-estar, assim como da maximização da utilidade como um pressuposto comportamental dos indivíduos (SEN, 1993). Acerca dos preceitos éticos do utilitarismo, Sen assente com a noção de utilidade como uma “satisfação dos desejos”. Entretanto, a maximização da utilidade dos indivíduos baseada no seu comportamento de consumo é, para o economista, uma concepção muito falha, uma vez que as escolhas dependeriam do seu contexto social e seriam enviesadas. Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 253) elucidam essa questão ao afirmarem:

It is rooted in a critique of the ethical foundations of utilitarianism. It is argued that the only defensible basis for a utilitarian approach is to ground it in a concept of utility interpreted as “desire fulfilment”. This implies letting individuals’ mental disposition play a critical role in social evaluation while neglecting aspects such as their physical condition which influence their quality of life. As a result, people can be “satisfied” with what is a very deprived state (e.g. ill-health, termed “physical condition neglect”), while their desires are constrained by what seems possible (described as “valuation neglect”). Furthermore, choices are influenced by the social context not only in terms of its influence on expectations, but also through strategic interactions, making observed behavior in the market of dubious value for social valuation.

Para Sen, portanto, o “padrão de vida” estipulado deve se pautar na vida e não na posse de *commodities* (RAVALLION, 1994). Para construir esse raciocínio, essa abordagem se fundamenta em dois principais termos: funcionamentos (*functionings*) e capacidades. Os funcionamentos representam atividades ou estados de existência de um indivíduo. Assim, a vida das pessoas é composta por um conjunto de funcionamentos.

Como o bem-estar de um indivíduo é medido pela qualidade do seu estado (de vida), para se avaliar o bem-estar de alguém, é necessária, sobretudo, a apreciação desses funcionamentos (SEN, 2001). Os funcionamentos considerados na análise da pobreza por essa abordagem são diversos e podem variar desde os físicos fundamentais até as satisfações sociais mais complexas demandadas pelos indivíduos para viver dentro de uma sociedade (SEN, 2001, p.173). Assim, como a noção das capacidades está ligada à capacidade de um indivíduo para funcionar em uma determinada sociedade, pode-se inferir que elas refletem uma combinação de funcionamentos.

Como o bem-estar de um indivíduo é medido pela qualidade do seu estado (de vida), para se avaliar o bem-estar de alguém, é necessária, sobretudo, a apreciação desses funcionamentos

O bem-estar de uma pessoa pode ser considerado em relação à qualidade [...] de sua existência. Viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” ligados entre si, consistindo em ser e ter. [...] Os funcionamentos pertinentes podem variar em coisas tão elementares quanto: ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos inevitáveis de morbidade e mortalidade prematura [...], até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária, etc. [...] Intimamente ligada à noção de funcionamentos encontra-se a noção da capacidade de funcionar. Ela representa diversas combinações de funcionamentos (seres e teres) que a pessoa pode realizar. A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de funcionamentos, que reflete a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Da mesma maneira que uma suposta “combinação orçamentária” representa, no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a “combinação de capacidades” reflete, no campo dos funcionamentos, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas (SALAMA; DESTREMAU, 2001 apud CODES, 2008, p. 20).

Nesse sentido, a pobreza é vista como a deficiência de capacitações, isto é, os indivíduos são pobres pela ausência de certos funcionamentos de base que comprometem a aquisição de capacitações. Assim, as pessoas são pobres porque carecem de recursos – não necessariamente monetários – para atingir níveis aceitáveis desses funcionamentos e não por conta da carência de suprimentos e das necessidades básicas diretamente. Portanto, é possível destacar que a pobreza pela abordagem das capacitações está mais vinculada à adequação dos recursos – monetários ou não – para a prática das capacidades do que à insuficiência desses recursos (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Sen (2000, p.24) entende o seguinte:

[...] a disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos de indivíduos tenham capacidade de adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos, sistemas de preços e a constituição de reservas públicas. A partir daí, ele afirma que não é a escassez de bens que gera a miséria e a fome, mas a incapacidade de obtê-los.

Assim, o entendimento da pobreza se alicerça “[...] na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular” (SALAMA; DESTREMAU, 2001 apud CODES, 2008). A ênfase nos resultados (*outcomes*) para caracterizar a qualidade de vida dos indivíduos implica uma mudança de perspectiva em relação aos indicadores monetários. Assim, o foco recai sobre indicadores não monetários para avaliar os níveis de bem-estar ou de privação. Os recursos monetários são considerados apenas como um meio de melhorar o bem-estar, ou seja, representam apenas medidas indiretas para alcançar esses resultados (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Reconhece-se que os indivíduos, através da renda, podem adquirir *commodities*, e a utilização das características dessas *commodities* – e dos bens e serviços públicos disponíveis – permite que eles atinjam determinados funcionamentos

Reconhece-se que os indivíduos, através da renda, podem adquirir *commodities*, e a utilização das características dessas *commodities* – e dos bens e serviços públicos disponíveis – permite que eles atinjam determinados funcionamentos. Mas, além da renda, as características individuais das pessoas (como idade, gênero, capacidades físicas etc.) e os contextos ambientais e sociais nos quais estão inseridas devem determinar o conjunto de capacitações (*capability set*) dos indivíduos, e o uso desse conjunto, os funcionamentos (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Em síntese, os recursos monetários permanecem instrumentalmente relacionados com o bem-estar. Entretanto, a sua ausência não é reconhecida como a causa direta da pobreza, assim como a sua utilização para identificar a pobreza não esgota a ampla sequência de causas. Além de não se centralizar em recursos monetários para mensurar a pobreza, para Kuklys (2005, p. 5, tradução nossa), essa visão de pobreza difere da abordagem monetária porque

[...] leva em consideração a presença de bens e serviços que não passam pelo mercado privado em uma economia, a produção nacional, e ajusta-se para as restrições das decisões não-monetárias, porque os funcionamentos baseados em resultados (em oposição aos recursos) para representar a medida de bem-estar.

Operacionalmente, entretanto, há uma série de dificuldades em se mensurar pobreza como insuficiência de capacitações. Os problemas de identificação das capacitações são muito similares ao da identificação das necessidades básicas (*basic needs*). Fundamentalmente, as maiores dificuldades estão relacionadas com a definição das capacitações básicas e dos níveis adequados e essenciais de sua satisfação. Embora apresente algumas orientações para a definição de uma lista universal e sugira que as preocupações básicas – como boa nutrição para evitar morbidade – devem ser parte dela, em seu trabalho, Sen não

apresenta uma relação específica de capacitações essenciais. Alguns autores, como Laderchi, Saith e Stewart (2003), argumentam que a falta de especificação abre espaço para escolhas variadas a depender da sociedade e assegura a relevância da abordagem para diferentes indivíduos e culturas.

Nesse contexto, uma série de tentativas vem sendo feita para definir especificamente as capacitações básicas. Segundo Laderchi, Saith e Stewart (2003), uma das formulações mais influentes é a de Nussbaum, a qual argumenta que existem alguns conceitos coincidentes, em diferentes sociedades, sobre a concepção do ser humano e também sobre o que é necessário para exercer uma vida plena. Essa autora, visando a uma sintetização universal, espera chegar a uma teoria que não seria só “[...] *the mere projection of local preferences but is fully international and a basis for cross-cultural attunement*” (NUSSBAUM, 2000, apud LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Usualmente, as capacitações são interpretadas como sendo constituídas por saúde, nutrição e educação – similarmente à abordagem das necessidades básicas. A tradução do conceito das capacitações – isto é, todas as possíveis realizações de um indivíduo – em algo mensurável, entretanto, é uma tarefa difícil empiricamente. Na prática, segundo Laderchi, Saith e Stewart (2003), há uma forte tendência em se medir os funcionamentos em vez das capacitações. Essa escolha prática, entretanto, torna essa abordagem muito próxima do enfoque das necessidades básicas (*basic needs*).

A abordagem das capacitações representa uma grande contribuição para a análise da pobreza, sobretudo por embasar a questão da multidimensionalidade. O conceito forneceu uma estrutura teórica coerente para a definição da pobreza dentro do real contexto da vida dos indivíduos e das suas liberdades. Essa visão engloba um leque muito mais amplo de causas da pobreza e de opções para políticas públicas do que o enfoque monetário, que apresenta uma série de opções metodológicas, mesmo que um tanto arbitrárias. Entretanto, as escolhas nessa abordagem são mais flexíveis e visíveis, e, portanto, mais facilmente sujeitas às análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo científico da pobreza é marcado pela evolução dos conceitos e métodos de mensuração desse fenômeno que partem da abordagem unidimensional para a multidimensional. Apesar do advento do enfoque

multidimensional, a perspectiva unidimensional ainda se mantém predominante nas análises e, conseqüentemente, nas políticas e ações de combate e atenuação da pobreza. Através deste estudo evolutivo da trajetória do pensamento científico da pobreza, foi possível perceber que as formulações mais recentes foram influenciadas pelas novas ideias acerca do desenvolvimento econômico. A ampliação do conceito de desenvolvimento para além da ideia de crescimento econômico, ressaltando outros aspectos – sociais, humanos e políticos –, proferiu mudanças nos fundamentos de investigação do nível de desenvolvimento e da pobreza.

Por conseguinte, a pobreza passou a ser definida de forma mais ampla, indo além da questão da insuficiência de recursos monetários. As teorias multidimensionais basearam-se, sobretudo, na ideia de que o desenvolvimento não se restringia ao mero aumento da renda – ou crescimento econômico e do PIB. Nesse sentido, a noção de bem-estar dos indivíduos foi desvinculada das suas preferências ou escolhas de consumo. Segundo as duas visões multidimensionais apresentadas neste artigo, a pobreza se constitui na insatisfação das necessidades humanas básicas ou na insuficiência de capacitações, que acabam por restringir as liberdades individuais e, conseqüentemente, o modo de vida das pessoas.

Assim, por interpretar a pobreza como um fenômeno amplo e complexo, a visão multidimensional acaba por ressaltar a necessidade de políticas sociais mais abrangentes e diversificadas, atuando em conjunto, já que a superação desse problema não está vinculado somente à ultrapassagem de uma linha de renda. Ao considerar que os indivíduos possuem outras necessidades e que a pobreza pode ser percebida em outros aspectos, essa abordagem propõe soluções que se concentram na ampliação das capacitações das pessoas e no atendimento das suas necessidades básicas, para que os indivíduos possam levar a vida que desejam, num patamar de bem-estar satisfatório.

Já a visão unidimensional e monetária acaba por apresentar um enfoque excludente, que tende a restringir as ações voltadas à redução da pobreza a políticas de transferência de renda ou que visam a elevação do PIB *per capita*. Os adeptos dessa visão costumam propor políticas centradas em indivíduos classificados como pobres devido à renda e, por vezes, criticam o fornecimento de bens e serviços pelo Estado, sob a justificativa de que tal ação influenciaria o livre funcionamento dos mercados e a eficiência dos indivíduos. Essa visão acaba minimizando o caráter universalista das políticas sociais.

Defende-se a necessidade de mais estudos e de políticas sociais que assumam a pobreza como um fenômeno multidimensional, ainda que essa visão apresente dificuldades de adequação dos indicadores e também divergências conceituais. A utilização de um conceito por conveniência metodológica não só interfere significativamente na amplitude e eficiência das políticas públicas, como também acaba representando um retrocesso no que tange aos progressos obtidos nos últimos anos no que se refere à compreensão do fenômeno da pobreza.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001. 24 p. (Textos para discussão, 800).
- CODES, A. L. M. de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão. 1332). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador*, v. 7, n.1, p. 73-90, 2005.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. 275 p.
- KUKLYS, W. *Amartya Sen's capability approach: theoretical insights and empirical applications*. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2005.
- LACERDA, F. C. C. *A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, MG, 2009.
- LADERCHI, C.; SAITH, R; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *Oxford Development Studies*, Oxford, v. 31, n. 3, p. 243-274, Sep. 2003. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ssRuggeri-Laderchi-Saith-Stewart-2003.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- MACHADO, K. *Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia*. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- RAVALLION, M. *Poverty comparisons*. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.
- ROCHA, S. *Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para discussão, 439).
- _____. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SEN, A. Capability and well-being. In: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (Eds.). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993. p. 30-53.

SEN, A. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human development report 1997*. New York: Oxford University Press, 1997. p. 15-23.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Development as capability expansion. In: SAKIKO, F.; KUMAR, A. K. S. *Readings in human development: concepts, measures and policies for development paradigm*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 3-16.

STEWART, F. Basic needs strategies, human rights and the right to development. *Human Rights Quartely*, [S.1.], v. 11, n. 3, p. 347-374, ago. 1989.

TOWNSEND, P. *The international analysis of poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.



Ronaldo Ferreira Dias
Diretor-presidente da Bahiafarma e
presidente da Associação dos Laboratórios
Farmacêuticos Oficiais do Brasil (ALFOB).

Roberto Lucas Spínola Souto
Coordenador de Planejamento
da Bahiafarma.

FABRICAÇÃO DE INSULINA COLOCA A BAHIA ENTRE OS PROTAGONISTAS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E BIOTECNOLÓGICA NACIONAL

A produção de insulina pela Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos (Bahiafarma) representará um marco para a indústria fármaco-biotecnológica e para o complexo industrial de saúde brasileiro, com potencial de inserir a Bahia no grupo de protagonistas do mercado nacional do setor.

Desde sua reativação, por meio da Lei Estadual nº 11.371/2009, a fundação tem perseguido a ampliação da produção de medicamentos e insumos para a saúde no estado da Bahia, estimulando a regionalização fabril e a inovação no setor. Sua atuação foi fortalecida pelo processo de reestruturação decorrente da Lei Estadual nº 13.453/2015, que ampliou o escopo produtivo do laboratório público, permitindo a atuação também nas áreas de cosméticos, alimentos e produtos para saúde.

Nos últimos anos, por meio das parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDPs), a Bahiafarma incorporou ao seu portfólio dois medicamentos – o cloridrato de sevelâmer e a cabergolina – e os dispositivos de diagnóstico rápido de zika, dengue, febre chikungunya, HIV, sífilis, leishmaniose, hepatites B e C e febre amarela.

As inovações garantiram um crescimento de aproximadamente 365% no faturamento da fundação desde o seu processo de reestruturação, superando a casa dos R\$ 250 milhões em 2017, com a perspectiva de que este montante mais do que duplique em 2018. Com as parcerias acordadas e a incorporação de novos produtos ao seu portfólio, a Bahiafarma pode se colocar entre as 20 maiores empresas de seu segmento no Brasil ainda este ano.

É importante ressaltar que as PDPs, em essência, têm como objetivo financiar o desenvolvimento nacional, visando à redução dos custos na

aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos. O processo de internalização da produção e o desenvolvimento de novas tecnologias decorrem de parcerias de cooperação entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia em produtos estratégicos para atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS).

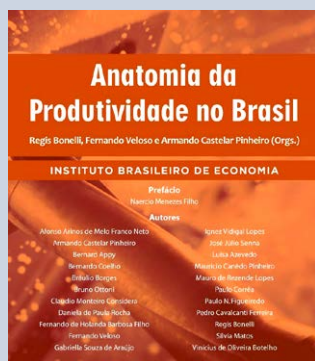
A Bahiafarma tem atuado para inserir a Bahia como protagonista no cenário farmacêutico brasileiro, não apenas como desenvolvedor e fornecedor de insumos para a saúde, mas também como polo indutor da atração de outras indústrias do setor para o estado.

O passo considerado definitivo para esse cenário é a nacionalização da produção de insulina, por meio da construção de uma fábrica com este fim específico, em parceria com a empresa ucraniana Indar. O protocolo de intenções já foi acordado com o governo do estado e assinado pelo governador Rui Costa.

As tratativas para construção da fábrica foram iniciadas no segundo semestre de 2017, a partir da aprovação, pelo Ministério da Saúde, do projeto encaminhado pela Bahiafarma para produção de insulina, deixando a fundação apta ao fornecimento da medicação ao SUS e com a responsabilidade de prover 50% da demanda de insulina do ministério. O projeto segue avançando e o termo de compromisso da PDP entre o Ministério da Saúde e a Bahiafarma foi publicado no Diário Oficial da União no fim de janeiro.

O fornecimento da insulina, inicialmente, será realizado por meio de importação da parceira ucraniana, e, após a conclusão das obras da unidade fabril, a produção será integralmente feita na Bahia. O investimento para construção da fábrica está estimado em R\$ 300 milhões, fruto de aporte direto da empresa ucraniana e/ou do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis). A fábrica mudará o patamar da indústria farmacêutica no Norte-Nordeste brasileiro, formando e atraindo mão de obra altamente qualificada para a região. A perspectiva é que pelo menos 200 novos empregos diretos sejam gerados.

Em decorrência da parceria estabelecida, a Bahiafarma será a única empresa do hemisfério sul a deter a tecnologia para a produção da insulina, inserindo-se em um pequeno grupo de empresas em escala mundial. Esta conquista tem forte apelo social e impactará a vida de uma extensa faixa da população brasileira, já que aproximadamente 5 milhões de pessoas são usuários de insulina no país – dos quais 3,5 milhões são atendidos pelo SUS. A produção nacional garantirá o abastecimento com um produto de qualidade e com preço justo a ser desembolsado pelo governo federal para atendimento da demanda dos usuários do SUS.

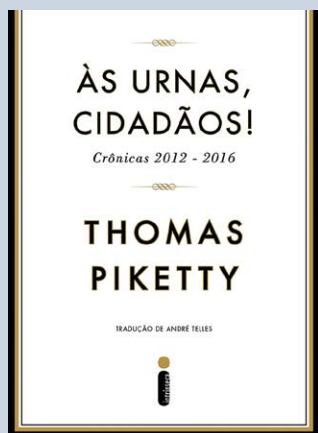


ANATOMIA DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL

Regis Bonelli, Fernando Veloso e Armando Castelar Pinheiro (orgs.)

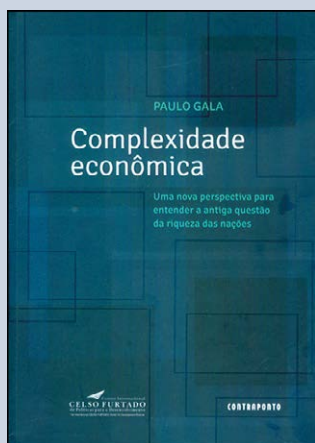
O livro apresenta uma série de análises de especialistas do IBRE e associados, que traçam um panorama da produtividade no Brasil. Considerada um dos principais motores do crescimento econômico, a produtividade não tem tido um bom desempenho no Brasil, seja em termos absolutos, seja em comparação com outros países, ou mesmo com o desempenho do país em meados do século XX.

Os nove capítulos que compõem a primeira parte do livro dão ênfase às questões de identificação e mensuração e oferecem uma abordagem mais abrangente da temática ao englobarem também o cenário internacional. A segunda parte, que contém 12 capítulos, tem um caráter mais propositivo em termos de sugestões de linhas de política econômica para acelerar o crescimento da produtividade no Brasil.



ÀS URNAS, CIDADÃOS!

Em *Às Urnas, Cidadãos!*, Thomas Piketty analisa de modo incisivo assuntos de extrema relevância para a economia mundial, como as dívidas nacionais, a redistribuição de recursos e a fragmentação do bloco europeu. Às portas da eleição presidencial francesa de 2017, Piketty faz ainda um minucioso balanço dos mandatos de Nicolas Sarkozy e François Hollande, propõe rever diversas políticas que debilitam programas e instituições de grande relevância social e critica a forma de aplicação das alíquotas, que, em geral, privilegiam as grandes empresas e os indivíduos mais ricos, ampliando as já imensas desigualdades. Piketty também critica os egoísmos nacionais, lança um amplo olhar sobre a economia global e acompanha a escalada da desigualdade além da Europa ao discutir a situação de Estados Unidos, África do Sul, Brasil, Índia, Oriente Médio e China. Nas mais de 50 crônicas que compõem *Às Urnas, Cidadãos!*, o autor reafirma a ideia de que a economia diz respeito a toda a sociedade e não a um pequeno grupo de especialistas.



COMPLEXIDADE ECONÔMICA: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA ENTENDER A ANTIGA QUESTÃO DA RIQUEZA DAS NAÇÕES.

Em *Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*, Paulo Gala faz um mapeamento detalhado da economia mundial, através de gráficos, diagramas e *treemaps*, guia o leitor em uma incursão visual imersiva que desvende os caminhos percorridos pelos países e ainda ajuda a entender a riqueza (e a pobreza) das nações. No livro, o autor discute a conexão entre complexidade da produção e desenvolvimento. A narrativa teórica de Gala parte do que ele chama de “estruturalistas originais”, como Paul Rosenstein-Rodan, passando pelo “estruturalismo latino-americano”, de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Cepal, até chegar aos estruturalistas mais contemporâneos, alguns (auto) denominados neo ou pós-estruturalistas, como Reinert e Bresser-Pereira. Gala demonstra, por diversos exemplos, que há uma conexão entre o aumento de complexidade do tecido produtivo e a obtenção de retornos crescentes de escala e diversos efeitos positivos na economia, como redução da desigualdade, elevação da riqueza, geração de empregos etc.

CULTURA DO CONSUMO: FUNDAMENTOS E FORMAS CONTEMPORÂNEAS

Isleide Arruda Fontenelle

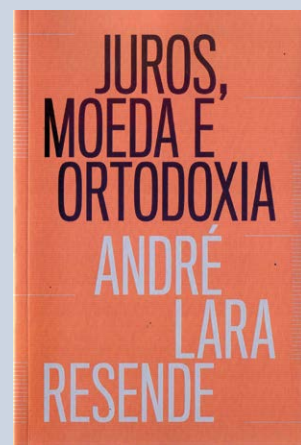
O objetivo do livro *Cultura do Consumo: fundamentos e formas contemporâneas*, de Isleide Arruda Fontenelle, publicado pela Editora FGV, é apresentar uma visão sobre o lugar do consumo na sociedade contemporânea e no mundo dos negócios, a partir de uma perspectiva que não seja a da gestão do marketing, da publicidade, nem a do comportamento do consumidor. A obra percorre o processo de formação e transformação da cultura do consumo nos séculos XIX e XX, analisando o papel que tiveram as lojas de departamento; as relações públicas; o marketing e as pesquisas de comportamento do consumidor; o anúncio comercial; a marca publicitária e o *branding*; a psicologia e a psicanálise, chegando aos dias atuais e se deparando com os desafios da crise ambiental e dos impactos das novas tecnologias. Assim, a cultura do consumo vem se reinventando a partir desta nova realidade, através de fenômenos como o consumo responsável, o consumo da experiência e a figura híbrida do produtor-consumidor: o “prossumidor”.



JUROS, MOEDA E ORTODOXIA

André Lara Resende

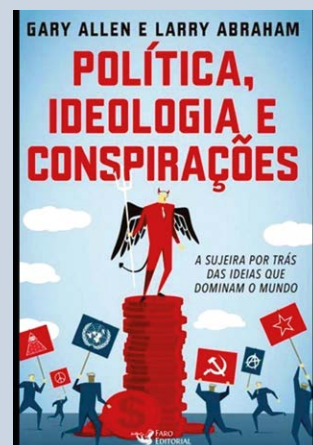
Neste conjunto de ensaios, André Lara Resende reflete sobre as origens e o desenvolvimento da teoria monetária e suas implicações no contexto brasileiro. Juros, inflação e política fiscal recebem do autor um enfoque inovador, ancorado nas melhores investigações da atualidade, que põem em questão algumas convicções estabelecidas. Da teoria à história, os ensaios discutem as políticas comumente receitadas para a inflação crônica, a recessão e o desemprego. Antes de buscar a polêmica fácil ou propor uma “nova heterodoxia”, este livro pretende estimular o debate ao abrir uma janela de oportunidade para a reflexão sobre políticas públicas da mais alta relevância.



POLÍTICA, IDEOLOGIA E CONSPIRAÇÕES: A SUJEIRA POR TRÁS DAS IDEIAS QUE DOMINAM O MUNDO

Garry Allen e Larry Abraham

Este livro tem como objetivo mostrar que as supostas conspirações que guiam o mundo, capitaneadas por sociedades secretas, religiões, confrarias e organizações à sombra do Estado, existem realmente. Elas não só existem como promovem uma guerra aberta e declarada que usa o artifício de colocar socialistas contra liberais, capitalistas contra comunistas, esquerda contra direita, distraindo a todos enquanto mantêm o poder. Há uma suposta divisão, mas aqueles que vencem sempre estiveram juntos em um terceiro lado. Os grandes banqueiros e as elites globais são quem dirigem o mundo. A proposta é que, com as revelações apreendidas pelos autores, possa-se decidir com mais consciência quais os movimentos, as causas e os ideais que realmente são válidos para participar.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

O crescimento das exportações baianas entre janeiro e maio de 2017, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, não foi determinante para uma mudança no comportamento dos indicadores econômicos. Num cenário de incertezas quanto à recuperação da economia nacional e de retração das principais atividades econômicas na Bahia, as perspectivas de recuperação para o primeiro semestre de 2017 foram minimizadas.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro e maio de 2017, queda de 6,6%, comparada com o mesmo período do ano anterior. Dos 11 segmentos da indústria de transformação, oito apresentaram arrefecimento no período, com destaque para o de *Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos*, que teve retração de 73,3%.

No mesmo período, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram ampliação de 4,1%, e as importações, expansão de 8,8% de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu, principalmente, do crescimento nas vendas de alguns segmentos, tais como *Petróleo e derivados* (107,4%), *Couros e peles* (46,2%), *Químicos e petroquímicos* (37,2%), *Automotivo* (26,4%) e *Soja e derivados* (16,8%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro e maio de 2017, decréscimo de 3,5% em relação ao mesmo período de 2016. As principais contribuições negativas vieram de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-12,9%), e *Combustíveis e lubrificantes* (-3,0%). Em contrapartida, as expansões foram observadas em *Livros, jornais, revistas e papelaria* (38,3%), *Eletrodomésticos* (34,3%), e *Móveis e eletrodomésticos* (27,7%).

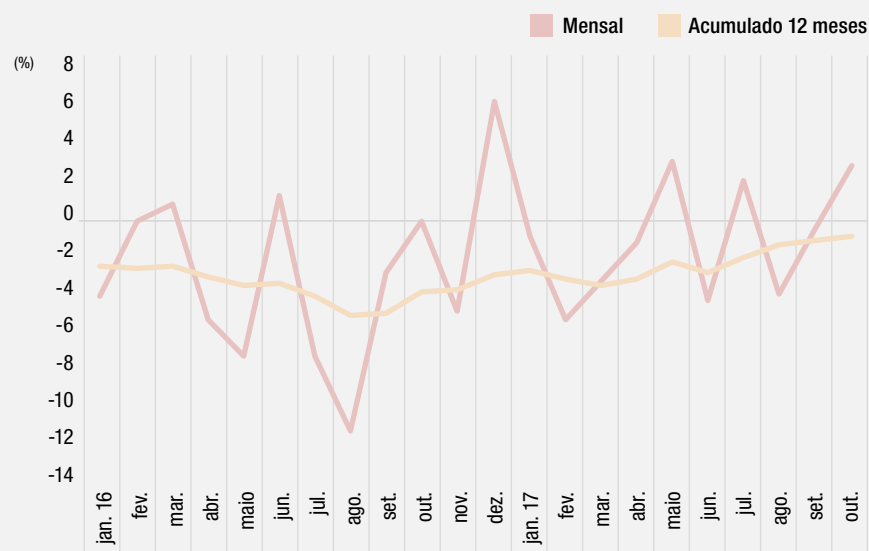
Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, entre janeiro e maio de 2017, variação de 2,7%, revelando-se inferior aos 5,2% registrados no mesmo período de 2016. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Saúde e cuidados pessoais* (4,7%), *Despesas pessoais* (4,1%), *Transporte e comunicação* (3,5%), *Vestuário* (3,0%), *Artigos de residência* (1,9%), *Habitação e encargos* (1,6%) e *Alimentos e bebidas* (1,3%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/ Dieese/Seade), a taxa média de desemprego, entre janeiro e maio de 2017, fechou em 24,3% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em relação à distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, 65,0% foram alocados no setor de *Serviços*, 18,8% no *Comércio*, 7,5% na *Construção* e 6,9% na *Indústria de Transformação*. Considerando-se as posições na ocupação, 50,8% foram alocados para os assalariados *com carteira assinada* e 6,8% para os ocupados *sem carteira assinada*. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados ampliou-se 8,8% no mesmo período.

Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos dados apurados do ano de 2017 até maio.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 3,3% em maio de 2017, na comparação com o mesmo mês de 2016. No acumulado de 12 meses, o indicador apontou arrefecimento de 2,2%.

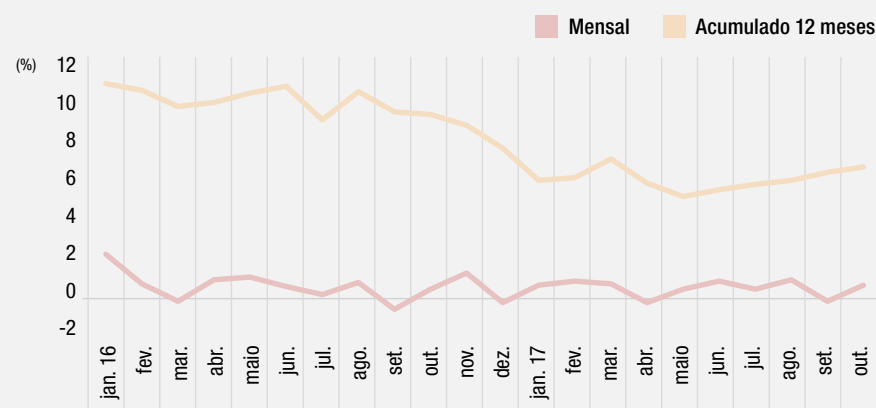
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

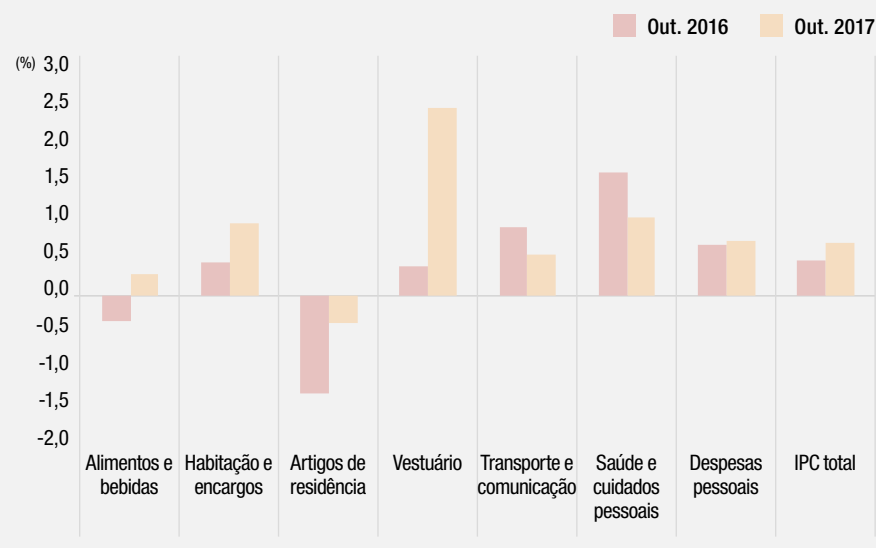
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou inflação de 0,48% em maio de 2017. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente pela SEI, 143 apresentaram aumento nos preços, 70 não tiveram alterações e 162 registraram baixa nos preços. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice, destacam-se: *perfume* (13,5%), *pintura automotiva* (37,2%), e *serviço de reparo automotivo* (6,1%). Em contrapartida, os produtos cujos preços tiveram maiores contribuições negativas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *acessórios fotográficos* (-24,8%), *açúcar cristal* (-9,9%), e *conjunto feminino* (-15,8%).

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

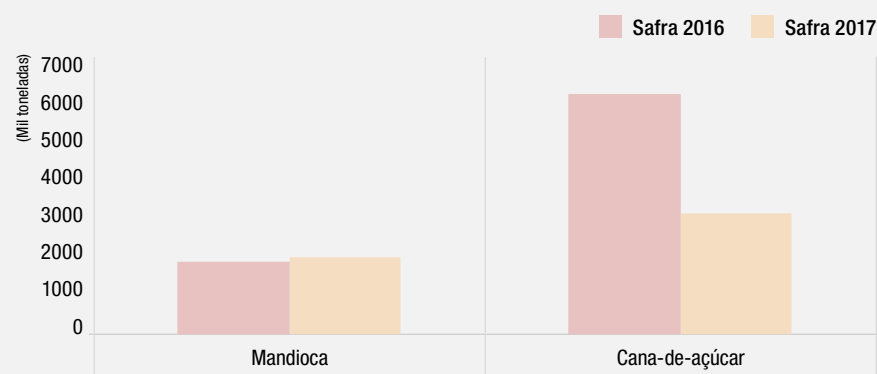
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Out. 2016-out. 2017



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Vestuário (3,4%) e *Saúde e cuidados pessoais* (1,4%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de maio de 2017. No primeiro, os itens que puxaram os preços para cima foram *camisa infantil* (27,8%), *saia feminina* (23,6%), *sapato feminino* (17,4%), *tênis de adulto* (16,3%) e *bolsa feminina* (14,2%). Já no grupo *Saúde e cuidados pessoais* houve queda em itens como *consulta médica* (18,7%), *perfume* (13,5%), *anti-infeccioso* (5,6%), *artigo de maquiagem* (4,6%) e *lente de contato* (4,1%). Em sentido contrário, *despesas pessoais* (-0,7%) e *alimentos e bebidas* (-0,1%) apresentaram retração nos preços.

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Out. 2016-out. 2017



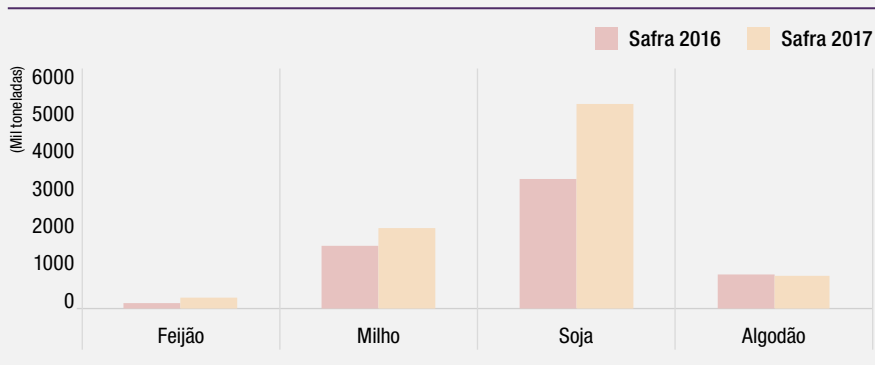
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em maio de 2017, as culturas de mandioca e cana-de-açúcar, em andamento no estado, decresceram 5,1% e 9,7%, respectivamente. O desempenho da mandioca foi oriundo da ampliação da área plantada (28,4%) e diminuição da área colhida (-2,3%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-2,9%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve crescimento da área plantada (15,4%) e colhida (6,0%), porém com queda no rendimento médio (-14,8%) em relação à safra de 2016.

O LSPA apresentou estimativa de encolhimento da produção das culturas de feijão, milho, algodão e soja, em relação a 2016, com taxas de -58,8%, -42,4%, -41,0% e -28,8%, respectivamente. Para o feijão, calcula-se queda na área cultivada (-36,0%), na área colhida (-36,0%) e no rendimento médio (-35,5%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho são de -14,4% e -22,2%, respectivamente, resultando em uma previsão negativa no rendimento de 25,9%. O algodão mostra decréscimo na área plantada e colhida (-31,5%), bem como no rendimento (-14,0%). A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (6,0%), com arrefecimento no rendimento médio (-32,9%).

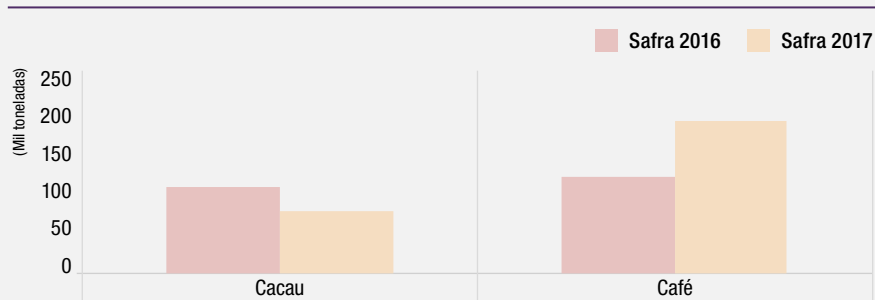
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – café e cacau – seguiram a mesma tendência em 2017. Em relação ao café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram decréscimo na produção (-35,6%) em 2017, com ampliação na área plantada (4,8%) e retração na área colhida (-1,0%) e no rendimento médio (-35,0%). Já para o cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimo da produção de 24,2%. Projeta-se ampliação na área plantada (9,0%) e na área colhida (5,1%) e retração no rendimento médio (-27,9%).

Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Out. 2016-out. 2017



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

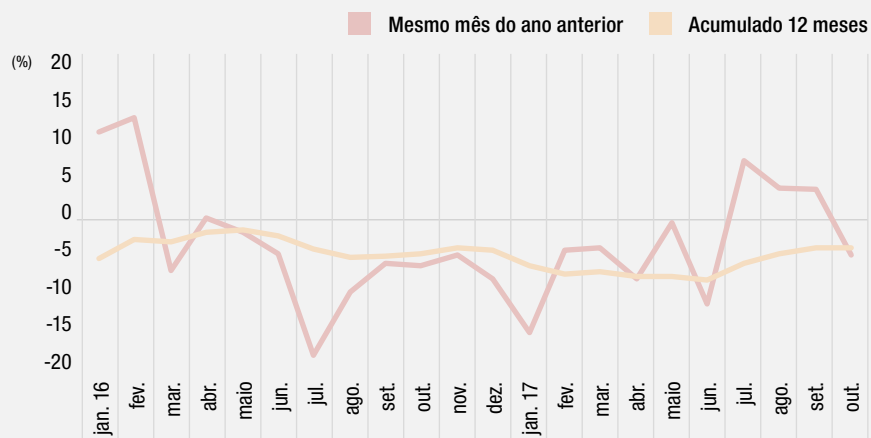
Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Out. 2016-out. 2017



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2016-out. 2017

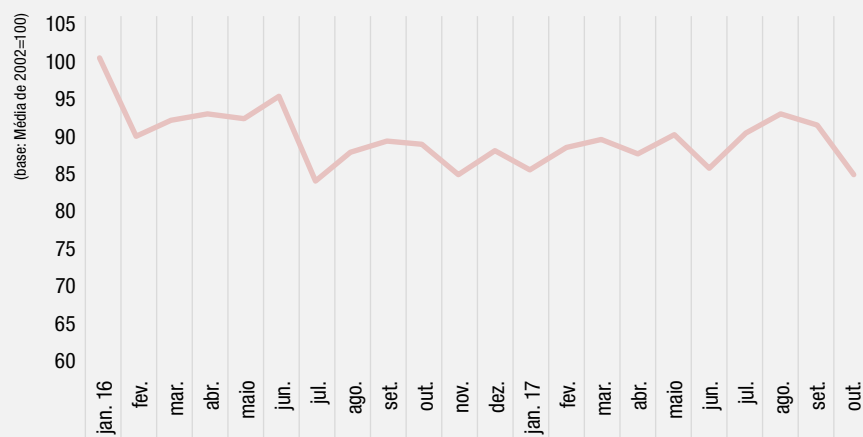


Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referentes à indústria de transformação baiana, mostraram decréscimo de 1,0% em maio de 2017, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos dos segmentos *Metalurgia* (-41,9%), *Coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis* (-4,4%), *Produtos químicos* (-6,6%), *Bebidas* (-27,0%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-79,9%). Em sentido contrário, apresentaram variação positiva *Veículos* (43,0%), e *Couros, artigos para viagem e calçados* (54,1%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou recuo de 7,5%.

Gráfico 8

Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

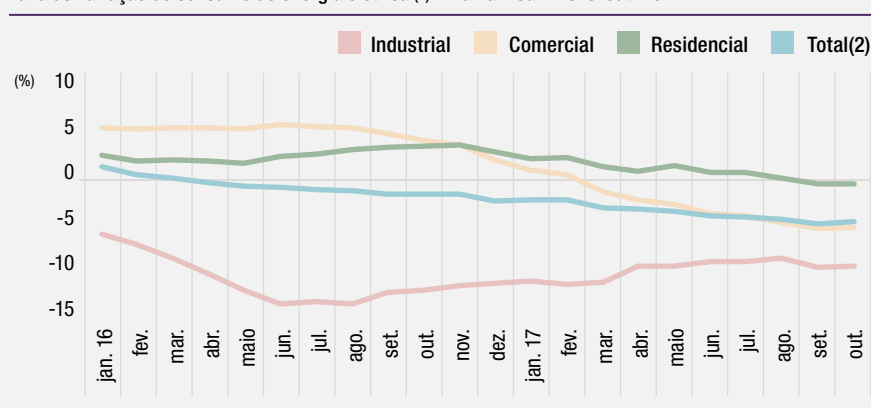
A análise da indústria geral indicou expansão de 3,6% em maio de 2017 – eliminando-se influências sazonais –, na comparação com o mês de abril do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pelo avanço da extrativa mineral.

O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente 4,5% em maio de 2017, na comparação com o mesmo mês de 2016, totalizando 1,8 GWh (gigawatt/hora). No acumulado de 12 meses, notou-se retração de 3,5% no consumo total, sendo que, entre as classes industrial e comercial, houve retração de 9,5% e 2,7%, respectivamente, enquanto a classe residencial marcou ampliação de 1,5%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve um decréscimo das vendas de 0,6% no mês de maio de 2017, considerando-se igual mês do ano anterior. Todas as atividades exibiram taxas negativas em maio, sendo que as maiores influências vieram de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-12,9%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-3,0%). Em sentido contrário, destaca-se a expansão de 27,7% de *Móveis e eletrodomésticos* e de 6,9% de *Livros, jornais, revistas e papelaria*. No acumulado de 12 meses, o comércio varejista e o setor de veículos registraram variações negativas de 8,4% e 4,9%, respectivamente.

Gráfico 9

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: Coelba/GMCH.

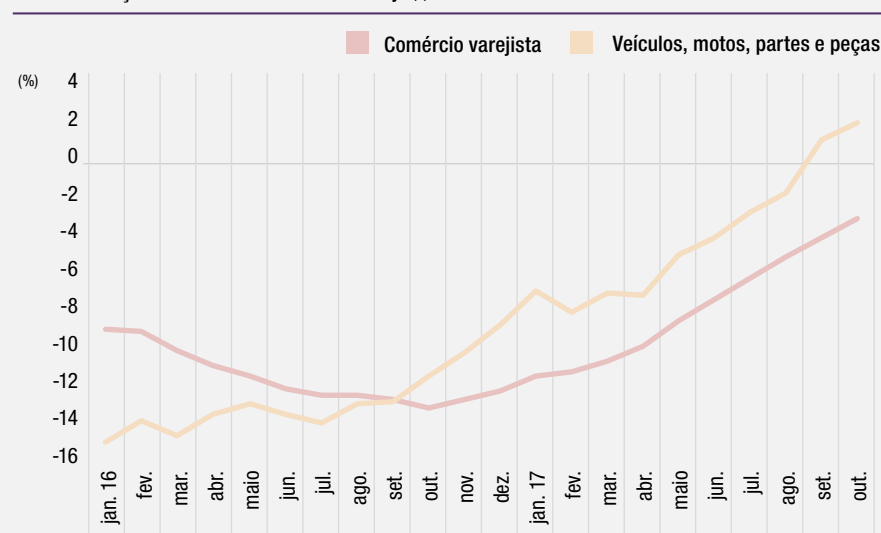
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



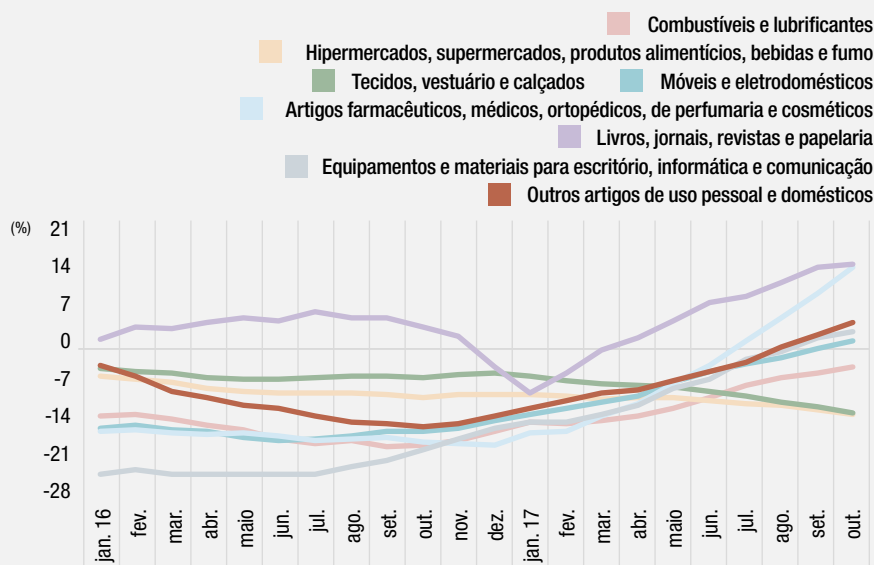
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 11

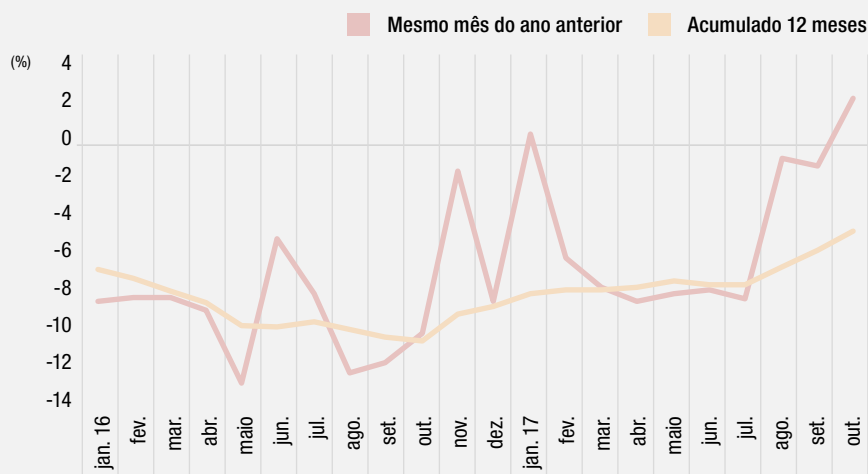
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Ainda no acumulado de 12 meses, até maio de 2017, apenas o segmento *Livros, jornais, revistas e papelaria* apontou expansão (5,4%). Por sua vez, os segmentos que marcaram as maiores quedas foram *Combustíveis e lubrificantes* (-11,2%), *Hipermercados* (-9,2%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-8,8%), *Equipamentos e materiais para escritório* (-7,3%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-6,6%), *Móveis e eletrodomésticos* (-6,4%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-5,8%).

Gráfico 12

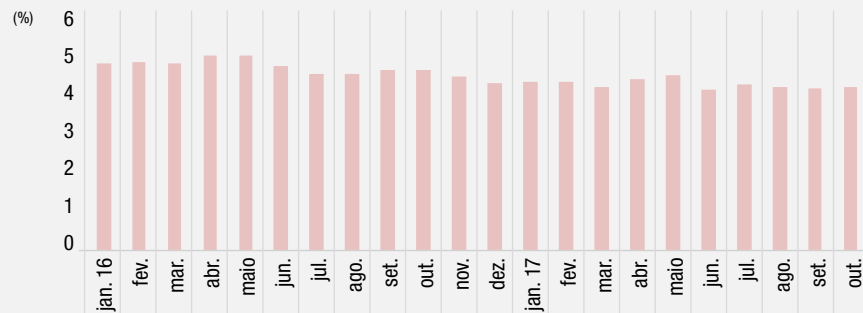
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



O volume de serviços apresentou, em maio de 2017, queda de 8,0% em relação ao mesmo mês de 2016. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 7,2%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços, em maio, deveu-se, principalmente, ao decréscimo nas atividades de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-25,4%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes* (-0,8%), *Serviços prestados às famílias* (-3,9%) e *Outros serviços* (-12,2%). A atividade de *Serviços de informação e comunicação* (0,6%) apresentou resultado positivo.

Conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a inadimplência relativa às operações de crédito para pessoas físicas no estado chegou a 4,7% em maio de 2017. O índice de inadimplência total atingiu 5,9%, enquanto que o de pessoas jurídicas contabilizou 7,8%.

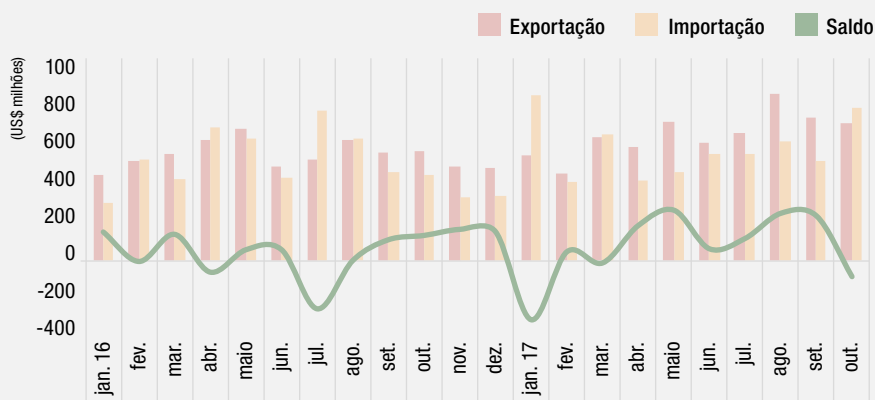
Gráfico 13
Taxa de inadimplência – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 740 milhões em maio de 2017, com aumento de 5,0% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2016. As importações registraram recuo de 26,9%, com volume de US\$ 474 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal, destacam-se, com aumento nas vendas externas, *Soja e derivados* (23,6%), e *Químicos e petroquímicos* (39,5%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho negativo foram *Automotivo* (-5,8%), *Petróleo e derivados* (-29,3%) e *Metalúrgicos* (-59,9%).

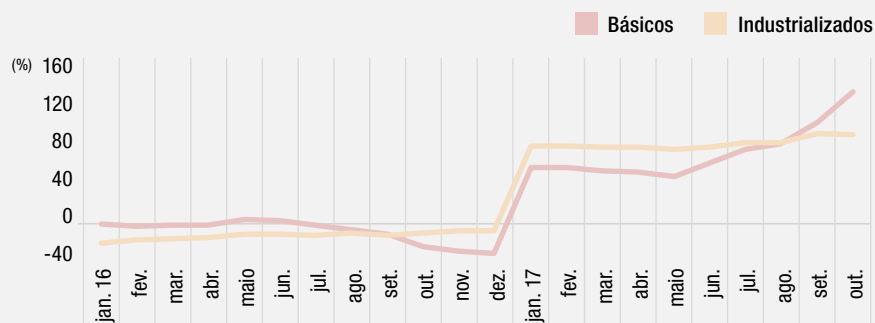
Gráfico 14
Balança comercial – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 15

Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1) – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: MDIC/Secex.

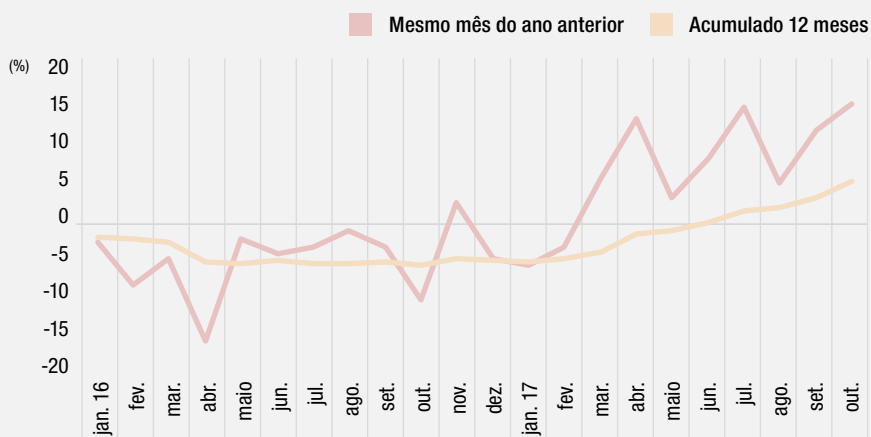
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, em maio de 2017, avançaram nas vendas de produtos básicos (16,4%) e retraíram nas vendas de produtos industrializados (-0,7%). No acumulado de 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram decréscimos de 33,0% e 4,9%, respectivamente.

Gráfico 16

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

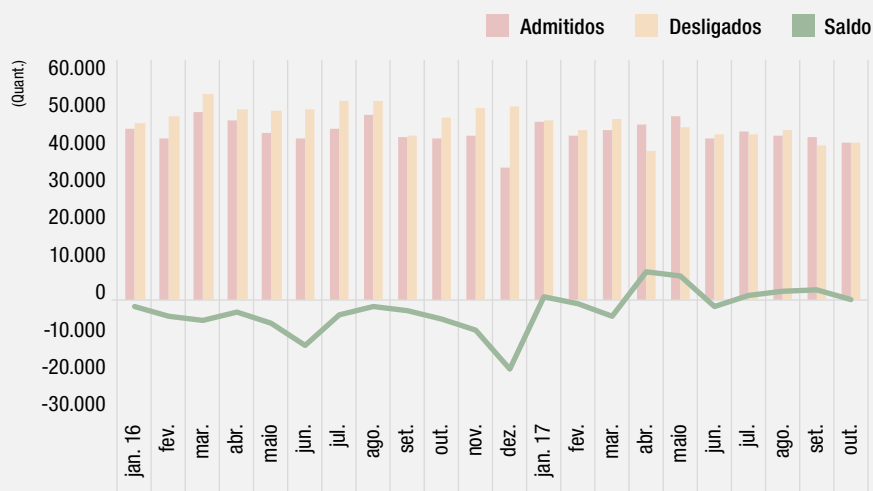
Elaboração: SEI/CAC.

Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 1,62 bilhão em maio de 2017, com variação nominal de 4,7% e, em termos reais, expansão de 3,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o indicador acumulou queda real de 0,8% em 12 meses.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia contabilizou 2.966 postos de trabalho, representando aumento de 0,18% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, do aumento do emprego formal nos setores de *Agropecuária* (2.781), *Indústria de transformação* (1.093) e *Serviços* (386 postos). No acumulado em 12 meses ocorreu uma diminuição de 42.937 postos de trabalhos, o que correspondeu a uma queda de 2,47% com relação ao estoque do ano anterior.

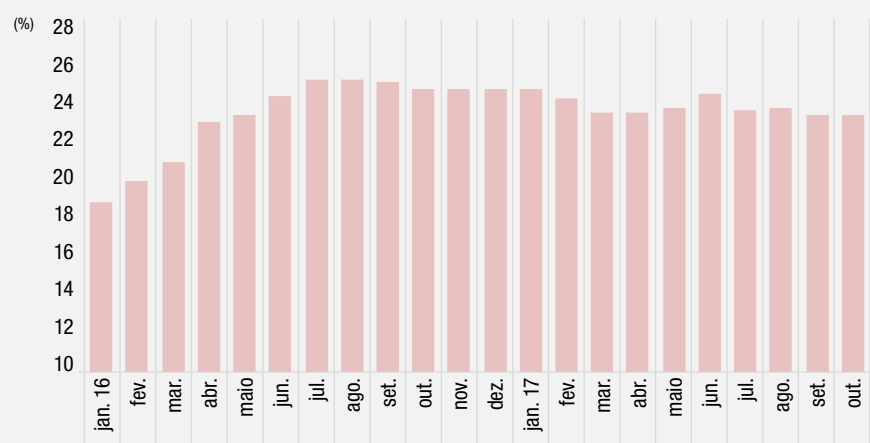
Gráfico 17
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 24,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada em maio de 2017. Com relação ao total de ocupados, houve aumento de 3,0% na comparação entre maio de 2017 e o mesmo mês de 2016. Em termos relativos, houve acréscimo da ocupação apenas no setor de *Serviços* (4,9%). *Comércio e reparação de veículos* manteve-se estável, enquanto *Indústria de transformação* (-1,0%) e *Construção* (-0,9%) apresentaram queda no período. Considerando-se as categorias de ocupação, houve acréscimo em *Autônomos* (14,1%) e no *Setor público* (2,4%).

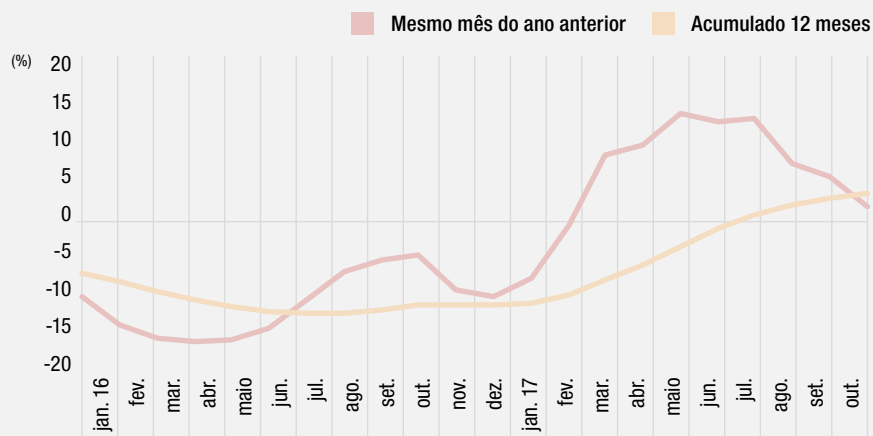
Gráfico 18
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 19

Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS – Bahia – Jan. 2016-out. 2017



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada pela PED a partir dos dados sobre população ocupada e rendimento médio, cresceu 14,4% em maio. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apresentou taxa negativa de 3,3%.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Out. 2017

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Out. 2016	Out. 2017	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	-0,35	0,29	0,44	0,47	206,12	504,68
Habituação e encargos	0,45	0,97	5,93	8,99	197,83	1356,62
Artigos de residência	-1,31	-0,36	2,83	6,06	115,53	265,95
Vestuário	0,39	2,50	9,58	11,17	136,62	244,89
Transporte e comunicação	0,91	0,54	7,31	7,48	144,56	1036,57
Saúde e cuidados pessoais	1,64	1,05	8,60	11,02	221,24	741,52
Despesas pessoais	0,67	0,72	7,61	9,18	226,24	892,42
Geral	0,46	0,71	5,80	7,00	182,59	613,83

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Out. 2017

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Porto Alegre	446,87	2,33	-2,65	51,84
São Paulo	428,13	1,69	-2,45	49,66
Rio de Janeiro	421,05	2,63	-5,12	48,84
Florianópolis	416,41	-0,66	-8,24	48,31
Vitória	393,71	0,50	-7,65	45,67
Brasília	388,78	1,50	-9,94	45,10
Curitiba	388,06	3,08	-5,32	45,02
Cuiabá	379,74	3,49	-10,91	44,05
Campo Grande	368,83	2,67	-9,61	42,79
Fortaleza	367,61	-0,77	-6,74	42,64
Belém	367,03	-0,77	-10,64	42,58
Belo Horizonte	365,89	1,12	-7,29	42,44
Goiânia	362,58	-2,79	-6,27	42,06
Manaus	349,19	-177,00	-11,62	40,51
Maceió	346,26	-2,52	-11,57	40,17
Aracaju	340,37	-1,10	-2,66	39,48
São Luís	337,37	-0,30	-5,25	39,14
João Pessoa	330,38	-1,34	-9,77	38,33
Recife	325,96	-0,81	-6,32	37,81
Natal	325,09	0,37	-7,63	37,71
Salvador	318,31	-0,07	-10,37	36,93

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3

Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – Jan.-out. 2016/2017

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2016 (1)	2017 (2)	Variação (%)	2016 (1)	2017 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	878.645	833.490	-5,1	279.870	204.100	-27,1
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	3.289	1.360	-58,7	3.316	1.508	-54,5
Arroz total	7.247	8.016	10,6	7.074	8.320	17,6
Batata-inglesa (2º safra)	124.025	92.189	-25,7	2.840	2.041	-28,1
Cana-de-açúcar	6.413.820	3.231.000	-49,6	115.773	52.000	-55,1
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	144.639	268.292	85,5	371.527	473.100	27,3
Feijão 1ª safra	106.644	141.452	32,6	198.301	229.600	15,8
Feijão 2ª safra	37.995	126.840	233,8	173.226	243.500	40,6
Fumo	4.335	3.800	-12,3	4.209	4.000	-5,0
Mamona	22.721	10.560	-53,5	40.565	22.000	-45,8
Mandioca	1.956.103	2.078.752	6,3	234.982	230.143	-2,1
Milho total	1.580.460	2.034.080	28,7	620.836	666.800	7,4
Milho 1ª safra	1.374.387	1.516.880	10,4	356.168	403.800	13,4
Milho 2ª safra	206.073	517.200	151,0	264.668	263.000	-0,6
Soja	3.257.119	5.136.000	57,7	1.536.678	1.584.000	3,1
Sorgo granífero	91.640	105.988	15,7	89.950	98.100	9,1
Tomate	335.044	305.000	-9,0	7.096	7.200	1,5
Pernamentes						
Banana (4)	1.084.548	1.070.000	-1,3	84.210	86.000	2,1
Cacau	115.756	83.871	-27,5	596.188	480.043	-19,5
Café total	129.143	204.540	58,4	181.735	160.000	-12,0
Café arábica	79.535	60.960	-23,4	128.543	105.000	-18,3
Café cenephora	49.608	143.580	189,4	53.192	55.000	3,4
Castanha-de-cajú	3.378	2.700	-20,1	25.959	18.000	-30,7
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	1.129.785	1.007.000	-10,9	94.056	86.500	-8,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	77.322	51.090	-33,9	2.877	2.229	-22,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2016.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), outubro de 2017 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2016/2017

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2016 (1)	2017 (2)	Variação (%)	2016 (1)	2017 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	275.240	204.100	-25,8	3.192	4.084	27,9
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	3.289	1.508	-54,2	1.000	902	-9,8
Arroz total	7.074	8.320	17,6	1.024	963	-6,0
Batata-inglesa	2.840	2.041	-28,1	43.671	45.169	3,4
Cana-de-açúcar	108.296	47.000	-56,6	59.225	68.745	16,1
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	312.402	463.100	48,2	463	579	25,1
Feijão 1ª safra	177.290	229.600	29,5	602	616	2,4
Feijão 2ª safra	135.112	233.500	72,8	281	543	93,2
Fumo	4.197	4.000	-4,7	1.033	950	-8,0
Mamona	38.112	22.000	-42,3	596	480	-19,5
Mandioca	174.103	192.137	10,4	11.235	10.819	-3,7
Milho total	457.942	666.800	45,6	3.451	3.051	-11,6
Milho 1ª safra	320.293	403.800	26,1	4.291	3.757	-12,5
Milho 2ª safra	137.649	263.000	91,1	1.497	1.967	31,4
Soja	1.536.678	1.584.000	3,1	2.120	3.242	53,0
Sorgo granífero	84.950	98.100	15,5	1.079	1.080	0,2
Tomate	7.096	7.200	1,5	47.216	42.361	-10,3
Pernamentes						
Banana (4)	72.699	85.000	16,9	14.918	12.588	-15,6
Cacau	553.592	430.043	-22,3	209	195	-6,7
Café total	163.547	143.000	-12,6	790	1.430	81,1
Café arábica	121.642	94.000	-22,7	654	649	-0,8
Café cenephora	41.905	49.000	16,9	1.184	2.930	147,5
Castanha-de-cajú	25.733	18.000	-30,1	131	150	14,3
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	75.098	71.250	-5,1	15.044	14.133	-6,1
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	2.858	2.229	-22,0	27.055	22.921	-15,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2016.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), outubro de 2017 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Out. 2017

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-3,7	-3,0	-3,8
Indústrias extrativas	19,7	-0,5	-5,6
Indústrias de transformação	-4,7	-3,2	-3,7
Produtos alimentícios	3,3	1,5	0,8
Bebidas	4,7	-1,9	-2,3
Couros, artigos para viagem e calçados	-4,7	7,6	8,6
Celulose, papel e produtos de papel	-26,0	-2,2	-1,5
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-26,0	-8,7	-10,3
Outros produtos químicos	-12,4	-2,6	-3,7
Produtos de borracha e de material plástico	17,6	7,2	6,0
Produtos de minerais não-metálicos	1,1	-0,3	-1,9
Metalurgia	-12,7	-28,9	-26,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-38,5	-64,6	-50,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	45,6	21,8	22,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2016-maio 2017

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2016	11,6	11,6	-5,2
Fevereiro	13,5	12,4	-2,6
Março	-6,7	4,9	-2,9
Abril	0,2	3,7	-1,7
Maio	-1,7	2,5	-1,4
Junho	-4,6	1,2	-2,1
Julho	-18,0	-1,9	-3,9
Agosto	-9,6	-3,0	-5,1
Setembro	-5,8	-3,3	-4,8
Outubro	-6,1	-3,6	-4,5
Novembro	-4,7	-3,7	-3,7
Dezembro	-7,9	-4,1	-4,1
Janeiro	-15,0	-15,0	-6,2
Fevereiro	-4,0	-10,0	-7,2
Março	-3,7	-7,8	-7,0
Abril	-7,9	-7,8	-7,6
Maio	-0,4	-6,3	-7,5
Junho	-11,3	-7,1	-8,1
Julho	7,8	-5,1	-5,9
Agosto	4,2	-3,9	-4,6
Setembro	4,1	-3,0	-3,8
Outubro 2017	-4,7	-3,2	-3,7

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Out. 2017

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	17,1	23,7	3,1
Residencial	6,3	1,6	-0,5
Industrial (1)	15,7	-6,0	-9,5
Comercial	7,7	-2,4	-5,2
Utilidades públicas (2)	2,6	5,8	2,9
Setor público	11,1	-26,2	-20,7
Concessionária	0,8	-8,5	1,7
Total	-9,2	-5,3	-4,8

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Out. 2017

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-3,4	-1,0	-1,0
Combustíveis e lubrificantes	-0,6	-3,7	-3,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-20,8	-13,1	-9,9
Hipermercados e supermercados	-19,7	-13,4	-9,5
Tecidos, vestuário e calçados	3,3	7,7	3,6
Móveis e eletrodomésticos	26,0	23,1	14,8
Móveis	19,0	10,4	5,3
Eletrodomésticos	19,0	29,4	19,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,5	0,9	1,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	15,4	32,7	23,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,1	3,2	4,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	14,8	11,0	9,7
Comércio Varejista Ampliado	-0,1	-0,1	-0,4
Veículos, Motos, Partes e Peças	5,9	1,4	0,4
Material de construção	14,3	4,1	2,5

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-out. 2016/2017

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % preço médio
	2016	2017			
Soja e Derivados	732.180	1.325.380	81,02	19,67	7,75
Químicos e Petroquímicos	989.880	1.278.917	29,20	18,98	28,56
Papel e Celulose	960.227	1.047.937	9,13	15,55	10,12
Petróleo e Derivados	380.648	495.430	30,15	7,35	33,93
Automotivo	384.377	479.839	24,84	7,12	-0,63
Metalúrgicos	722.021	449.589	-37,73	6,67	-3,04
Metais Preciosos	295.301	333.560	12,96	4,95	19,64
Cacau e Derivados	250.083	222.977	-10,84	3,31	-7,83
Algodão e Seus Subprodutos	222.122	217.632	-2,02	3,23	7,69
Borracha e Suas Obras	173.750	139.234	-19,87	2,07	-6,71
Minerais	100.826	133.259	32,17	1,98	2,77
Frutas e Suas Preparações	108.083	126.367	16,92	1,88	2,99
Couros e Peles	81.323	104.445	28,43	1,55	4,30
Calçados e Suas Partes	57.489	70.360	22,39	1,04	17,67
Café e Especiarias	63.591	67.741	6,53	1,01	9,18
Sisal e Derivados	75.199	63.160	-16,01	0,94	2,40
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	38.179	35.687	-6,53	0,53	-30,62
Fumo e Derivados	22.582	22.246	-1,49	0,33	25,99
Carnes e Miudezas	10.950	12.285	12,19	0,18	4,97
Milho e Derivados	4.010	-	-	-	-
Demais Segmentos	101.926	111.884	9,77	1,66	26,46
Total	5.774.746	6.737.926	16,68	100,00	0,70

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 05/11/2017.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-out. 2016/2017

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2016	2017		2016	2017		
China	2.317.492	3.829.321	65,24	1.328.261	1.798.042	35,37	26,69
Estados Unidos	1.010.970	830.986	-17,80	804.812	896.768	11,43	13,31
Argentina	242.429	250.954	3,52	624.419	786.840	26,01	11,68
Países Baixos (Holanda)	945.804	864.993	-8,54	403.710	464.448	15,04	6,89
Bélgica	448.964	491.557	9,49	231.784	289.998	25,12	4,30
Alemanha	522.567	468.737	-10,30	186.410	181.818	-2,46	2,70
Espanha	210.425	358.471	70,36	85.367	145.429	70,36	2,16
México	121.768	89.152	-26,79	116.556	143.656	23,25	2,13
França	366.755	360.483	-1,71	134.350	136.596	1,67	2,03
Coreia do Sul	120.980	203.469	68,18	144.869	125.832	-13,14	1,87
Cingapura	110.453	232.981	110,93	25.201	121.824	383,41	1,81
Itália	144.391	177.025	22,60	90.922	119.643	31,59	1,78
Japão	227.413	172.340	-24,22	111.530	110.378	-1,03	1,64
Chile	78.524	43.977	-44,00	92.569	105.739	14,23	1,57
Índia	101.643	89.363	-12,08	102.169	102.648	0,47	1,52
Virgens, Ilhas (Americanas)	91.059	367.360	303,43	25.261	101.693	302,57	1,51
Vietnã	23.503	107.939	359,25	34.944	94.117	169,34	1,40
Turquia	55.112	134.334	143,75	61.927	83.915	35,51	1,25
Indonésia	24.827	27.182	9,49	60.332	75.981	25,94	1,13
Colômbia	75.385	42.111	-44,14	88.492	70.352	-20,50	1,04
Provisão de Navios e Aeronaves	185.290	151.459	-18,26	57.342	62.534	9,05	0,93
Suíça	489	446	-8,83	65.250	59.631	-8,61	0,89
Taiwan (Formosa)	128.828	116.291	-9,73	54.123	56.612	4,60	0,84
Peru	32.112	29.441	-8,32	45.581	51.072	12,05	0,76
Emirados Árabes Unidos	8.443	2.637	-68,77	51.493	48.735	-5,36	0,72
Portugal	20.397	26.442	29,64	28.421	37.392	31,57	0,55
Uruguai	14.414	17.371	20,52	30.566	37.214	21,75	0,55
Paquistão	20.648	88.575	328,98	22.256	36.523	64,10	0,54
Aruba	0	99.182	516,57	3	29.104	-	0,43
Reino Unido	69.386	58.209	-16,11	36.753	28.962	-21,20	0,43
Demais países	987.070	319.713	-67,61	629.073	334.429	-46,84	4,96
Total	8.707.543	10.052.498	15,45	5.774.746	6.737.926	16,68	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/11/2017.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2016	1.866	125	1.510	137	356	89	1.408	147	57	19	3.703
Fevereiro	1.866	125	1.489	135	377	95	1.413	147	57	20	3.707
Março	1.852	124	1.457	133	395	99	1.432	149	56	21	3.711
Abril	1.878	125	1.439	131	439	110	1.411	147	57	23	3.715
Maio	1.861	124	1.420	129	441	111	1.433	150	57	24	3.719
Junho	1.874	125	1.409	128	465	117	1.425	149	57	25	3.724
Julho	1.893	126	1.406	128	487	122	1.411	147	57	26	3.728
Agosto	1.919	128	1.426	130	493	124	1.390	145	58	26	3.732
Setembro	1.932	129	1.439	131	493	124	1.382	144	58	26	3.736
Outubro	1.941	130	1.452	132	489	123	1.377	144	59	25	3.740
Novembro	1.944	130	1.456	132	488	123	1.379	144	59	25	3.744
Dezembro	1.921	128	1.437	131	484	122	1.408	147	58	25	3.749
Janeiro 2017	1.924	129	1.441	131	483	121	1.410	147	58	25	3.753
Fevereiro	1.920	128	1.446	132	474	119	1.419	148	58	25	3.757
Março	1.933	129	1.471	134	462	116	1.411	147	58	24	3.761
Abril	1.906	127	1.450	132	456	115	1.444	151	57	24	3.765
Maio	1.926	129	1.462	133	464	117	1.429	149	57	24	3.770
Junho	1.932	129	1.451	132	481	121	1.428	149	58	25	3.774
Julho	1.952	130	1.483	135	469	118	1.414	148	58	24	3.778
Agosto	1.942	130	1.474	134	468	118	1.429	149	58	24	3.782
Setembro	1.925	129	1.469	134	456	115	1.452	152	57	24	3.786
Outubro	1.934	129	1.476	134	458	115	1.447	151	57	24	3.791
Variação mensal (%) Out. 2017/set. 2017	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	-0,3	-0,3	0,4	0,0	0,1
Variação no ano (%) Out. 2017/dez. 2016	0,7	0,7	2,7	2,7	-5,4	-5,4	2,8	2,8	-0,9	-6,0	1,1
Variação anual (%) Out. 2017/out. 2016	-0,4	-0,4	1,7	1,7	-6,3	-6,3	5,1	5,1	-2,2	-6,0	1,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2016	19,1	13,6	5,5	4,9	(1)	17,8	12,6	5,2	23,9	17,3	6,6
Fevereiro	20,2	14,2	6,0	5,5	(1)	19,7	13,6	6,0	22,0	16,2	5,9
Março	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)	21,0	14,9	6,2	22,6	16,7	(1)
Abril	23,4	16,7	6,6	6,0	(1)	22,9	16,2	6,7	25,0	18,8	(1)
Maiο	23,7	17,5	6,2	5,8	(1)	22,9	16,8	6,1	26,9	20,2	6,8
Junho	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)	23,3	16,6	6,7	29,9	21,9	7,9
Julho	25,7	18,6	7,1	6,4	(1)	24,2	17,1	7,0	31,3	23,9	7,4
Agosto	25,7	18,2	7,5	6,6	(1)	24,0	16,7	7,2	32,1	23,6	8,5
Setembro	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)	24,2	17,0	7,3	30,0	21,8	8,2
Outubro	25,2	17,5	7,7	6,7	(1)	24,0	16,8	7,3	29,4	20,0	9,4
Novembro	25,1	17,6	7,5	6,6	(1)	23,7	16,8	7,0	30,2	20,5	9,6
Dezembro	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)	23,7	16,6	7,0	31,0	21,5	9,5
Janeiro 2017	25,1	17,8	7,3	6,6	(1)	23,7	16,9	6,8	30,6	21,3	9,3
Fevereiro	24,7	17,3	7,4	6,6	(1)	23,3	16,3	7	30,4	21,6	8,9
Março	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)	22,6	15,5	7,1	28,8	20,1	8,7
Abril	23,9	16,3	7,6	6,8	(1)	22,5	15,3	7,3	29,3	20,4	8,9
Maiο	24,1	16,5	7,6	6,9	(1)	22,9	15,7	7,3	28,7	19,9	8,9
Junho	24,9	17,3	7,6	6,8	(1)	23,4	16,3	7,1	30,5	21,2	9,3
Julho	24,0	16,9	7,1	6,5	(1)	22,9	16,1	6,8	28,3	19,9	8,5
Agosto	24,1	17,2	7,0	6,3	(1)	23,4	16,6	6,8	27,3	19,5	7,8
Setembro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	23,1	16,2	6,9	26,1	19,1	(1)
Outubro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	22,8	16	6,8	27,4	19,9	7,5
Variação mensal (%) Out. 2017/set. 2017	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,3	-1,2	-1,4	5,0	4,2	-850,0
Variação no ano (%) Out. 2017/dez. 2016	-6,0	-5,1	-8,0	-3,0	0,0	-3,8	-3,6	-2,9	-11,6	-7,4	-21,1
Variação anual (%) Out. 2017/out. 2016	-6,0	-4,6	-10,4	-4,5	0,0	-5,0	-4,8	-6,8	-6,8	-0,5	-20,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(%)

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar											
Períodos	Serviços										
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Total (5)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2016	100,0	7,1	8,5	19,2	63,6	6,0	5,1	10,1	20,0	14,3	7,5
Fevereiro	100,0	7,6	8,5	18,6	63,6	5,7	5,1	10,1	20,0	14,0	8,2
Março	100,0	7,5	8,4	19,1	63,2	5,6	5,7	10,7	18,7	14,1	7,9
Abril	100,0	7,5	7,9	18,6	64,0	5,7	6,4	10,0	19,4	13,5	8,4
Maio	100,0	7,2	7,8	19,4	63,8	6,3	6,4	9,8	19,2	13,2	8,1
Junho	100,0	7,4	7,6	19,7	63,4	6,2	6,1	9,2	19,4	13,2	8,4
Julho	100,0	7,7	7,7	20,2	62,4	5,9	5,8	9,4	19,2	13,4	7,9
Agosto	100,0	7,6	7,3	19,8	63,3	5,6	5,7	9,4	19,6	14,1	8,1
Setembro	100,0	7,9	7,5	20,0	62,5	5,9	5,2	9,2	20,0	13,6	7,9
Outubro	100,0	7,7	7,7	19,6	63,1	6,2	5,5	9,9	18,9	13,4	8,7
Novembro	100,0	7,5	8,0	19,3	63,1	6,1	6,0	10,1	18,8	13,1	8,4
Dezembro	100,0	7,2	8,0	19,3	63,6	5,9	6,4	10,2	17,9	14,0	8,8
Janeiro 2017	100,0	7,3	7,2	19,9	63,6	5,8	6,2	9,4	18,1	15,2	8,3
Fevereiro	100,0	7,6	6,9	19,9	63,7	6,1	6,5	8,6	18,3	15,0	8,5
Março	100,0	7,4	6,7	19,7	64,3	6,4	6,5	9,0	18,0	15,8	7,9
Abril	100,0	7,3	7,7	19,2	64,2	7,1	6,8	8,8	18,1	15,2	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	18,8	65,0	7,6	6,6	9,8	18,1	15,0	7,4
Junho	100,0	6,8	7,6	18,5	65,2	8,1	6,1	9,5	18,5	14,4	8,1
Julho	100,0	6,9	7,6	18,9	64,7	8,0	6,1	9,4	18,9	13,5	8,3
Agosto	100,0	7,2	8,0	19,3	63,7	7,4	6,1	8,8	18,7	14,3	7,8
Setembro	100,0	7,4	8,5	19,8	62,7	7,0	6,1	8,4	19,1	13,8	7,6
Outubro	100,0	7,6	8,1	19,6	63,0	6,4	6,1	8,5	19,2	14,7	7,6

Atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O, PQ da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2016	70,0	52,9	7,0	10,1	17,9	16,9	(3)	2,4	7,5	2,2
Fevereiro	69,3	52,8	6,6	9,9	18,0	17,1	(3)	2,4	8,2	2,1
Março	68,8	53,8	6,4	8,6	18,3	17,1	(3)	2,6	7,9	2,4
Abril	68,8	52,8	7,3	8,7	17,8	16,7	(3)	(3)	8,4	2,6
Maiο	68,6	52,6	7,2	8,7	18,0	16,7	(3)	(3)	8,1	2,9
Junho	68,0	51,8	7,0	9,1	18,1	17,0	(3)	(3)	8,4	3,2
Julho	66,7	50,6	6,8	9,2	19,1	17,6	(3)	(3)	7,9	3,7
Agosto	66,9	50,7	6,5	9,7	19,1	17,4	(3)	(3)	8,1	3,2
Setembro	68,0	51,4	6,9	9,7	19,0	17,5	(3)	(3)	7,9	2,3
Outubro	68,4	52,7	6,8	9,0	18,8	17,5	(3)	(3)	8,7	(3)
Novembro	67,5	51,4	7,1	9,0	19,4	18,2	(3)	(3)	8,4	2,4
Dezembro	66,4	51,2	6,9	8,4	19,5	18,2	(3)	(3)	8,8	2,9
Janeiro 2017	66,3	50,6	6,7	8,9	19,6	18,2	(3)	(3)	8,3	3,1
Fevereiro	66,1	50,8	6,8	8,5	19,3	18,1	(3)	3,0	8,5	3,1
Março	66,2	50,4	7,2	8,6	19,5	18,4	(3)	3,1	7,9	3,3
Abril	65,8	50,4	6,9	8,5	19,9	18,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Maiο	66,3	50,8	6,8	8,7	20,0	18,9	(3)	(3)	7,4	3,8
Junho	65,6	50,3	6,3	8,9	21,0	19,5	(3)	(3)	8,1	3,2
Julho	65,9	50,9	6,0	9,0	20,4	19,0	(3)	(3)	8,3	3,1
Agosto	65,2	50,5	5,6	9,1	21,3	19,7	(3)	(3)	7,8	3,2
Setembro	64,4	49,4	5,8	9,2	21,7	20,3	(3)	2,8	7,6	3,5
Outubro	63,0	47,9	6,1	9,0	23,0	21,6	(3)	(3)	7,6	3,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2016	1.449	95,2	1.549	92,0	1.136	110,3
Fevereiro	1.390	91,4	1.475	87,6	1.096	106,5
Março	1.360	89,4	1.436	85,3	1.088	105,7
Abril	1.347	88,5	1.434	85,2	1.019	99,0
Maio	1.349	88,6	1.449	86,1	990	96,2
Junho	1.357	89,2	1.447	86,0	1.034	100,4
Julho	1.388	91,3	1.482	88,1	1.100	106,8
Agosto	1.397	91,8	1.481	88,0	1.118	108,6
Setembro	1.392	91,5	1.488	88,4	1.130	109,7
Outubro	1.388	91,2	1.466	87,1	1.110	107,8
Novembro	1.368	89,9	1.451	86,2	1.086	105,4
Dezembro	1.375	90,4	1.452	86,3	1.051	102,1
Janeiro 2017	1.400	92,0	1.471	87,4	1.033	100,3
Fevereiro	1.423	93,5	1.487	88,4	1.033	100,3
Março	1.464	96,2	1.523	90,5	1.023	99,3
Abril	1.470	96,6	1.543	91,7	1.021	99,1
Maio	1.496	98,3	1.584	94,1	1.058	102,7
Junho	1.535	98,0	1.620	93,5	1.107	104,4
Julho	1.540	98,3	1.605	92,6	1.092	103,1
Agosto	1.501	95,8	1.560	90,1	1.043	98,4
Setembro	1.486	94,9	1.542	89,0	1.036	97,7
Outubro	1.434	91,6	1.518	87,6	1.019	96,2
Varição mensal (%) Out. 2017/set. 2017		-3,5		-1,6		-1,6
Varição no ano (%) Out. 2017/dez. 2016		1,3		1,5		-5,8
Varição anual (%) Out. 2017/out. 2016		0,3		0,6		-10,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de maio de 2017.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2016	1.449	(3)	988	1042	1.357	3.444
Fevereiro	1.390	(3)	989	1030	1.314	3.318
Março	1.360	(3)	972	1033	1.282	3.182
Abril	1.347	(3)	959	1012	1.268	3.127
Maió	1.349	(3)	943	1018	1.271	3.165
Junho	1.357	(3)	960	1035	1.290	3.071
Julho	1.388	(3)	957	1054	1.316	3.111
Agosto	1.397	(3)	956	1088	1.334	3.060
Setembro	1.392	(3)	969	1051	1.337	3.115
Outubro	1.388	(3)	965	1043	1.322	3.143
Novembro	1.368	(3)	963	1003	1.281	3.098
Dezembro	1.375	(3)	928	1031	1.289	3.002
Janeiro 2017	1.400	(3)	928	1035	1.302	3.122
Fevereiro	1.423	(3)	942	1045	1.336	3.122
Março	1.464	(3)	989	1038	1.347	3.330
Abril	1.470	(3)	1026	1043	1.368	3.238
Maió	1.496	(3)	1058	1033	1.377	3.384
Junho	1.535	(3)	1.082	1.045	1.399	3.505
Julho	1.540	(3)	1.047	1.018	1.366	3.704
Agosto	1.501	(3)	1.011	994	1.323	3.655
Setembro	1.486	(3)	961	1.011	1.293	3.631
Outubro	1.434	(3)	976	1.011	1.275	3.333
Variação mensal (%) Out. 2017/set. 2017	-3,5	—	1,6	0,1	-1,3	-8,2
Variação no ano (%) Out. 2017/dez. 2016	4,3	—	5,2	-1,9	-1,1	11,0
Variação anual (%) Out. 2017/out. 2016	3,3	—	1,1	-3,1	-3,5	6,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de maio de 2017.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-Assinada	
Janeiro 2016	1.549	1.351	1.703	1.186	1.347	1.420	829	3.052
Fevereiro	1.475	1.313	1.578	1.161	1.316	1.375	827	2.909
Março	1.436	1.288	1.542	1.141	1.293	1.357	820	2.710
Abril	1.434	1.290	1.585	1.104	1.293	1.364	799	2.653
Maio	1.449	1.298	1.638	1.131	1.290	1.376	773	2.675
Junho	1.447	1.310	1.625	1.159	1.294	1.386	803	2.560
Julho	1.482	1.331	1.735	1.166	1.324	1.405	816	2.609
Agosto	1.481	1.332	1.693	1.171	1.314	1.407	823	2.562
Setembro	1.488	1.332	1.694	1.149	1.326	1.404	804	2.743
Outubro	1.466	1.298	1.549	1.142	1.292	1.375	786	2.833
Novembro	1.451	1.298	1.542	1.156	1.299	1.372	782	2.880
Dezembro	1.452	1.293	1.538	1.159	1.295	1.366	792	2.784
Janeiro 2017	1.471	1.326	1.558	1.164	1.343	1.398	825	2.738
Fevereiro	1.487	1.315	1.578	1.165	1.329	1.387	828	2.880
Março	1.523	1.353	1.713	1.177	1.353	1.427	822	2.860
Abril	1.543	1.372	1.844	1.260	1.336	1.449	807	2.898
Maio	1.584	1.401	1.846	1.235	1.375	1.477	813	2.971
Junho	1.620	1.429	1.866	1.266	1.411	1.502	849	3.054
Julho	1.605	1.414	1.844	1.194	1.416	1.483	815	3.016
Agosto	1.560	1.388	1.744	1.198	1.384	1.459	828	2.782
Setembro	1.542	1.371	1.739	1.194	1.363	1.447	817	2.788
Outubro	1.518	1.344	1.616	1.180	1.339	1.422	804	2.733
Variação mensal (%) Out. 2017/set. 2017	-1,6	-2,0	-7,1	-1,1	-1,8	-1,8	-1,6	-2,0
Variação no ano (%) Out. 2017/dez. 2016	4,5	3,9	5,1	1,8	3,4	4,1	1,5	-1,8
Variação anual (%) Out. 2017/out. 2016	3,5	3,5	4,3	3,4	3,6	3,4	2,2	-3,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de maio de 2017.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2016-out. 2017

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2016										
Fevereiro										
Março	542	946	992	1.398	2.168	946	948	1.073	1.409	2.369
Abril	538	938	1.011	1.390	2.153	938	947	1.066	1.399	2.261
Mai	527	928	1.001	1.392	2.217	928	947	1.055	1.492	2.425
Junho	527	922	1.006	1.467	2.305	922	938	1.054	1.572	2.452
Julho	523	919	1.011	1.569	2.615	919	928	1.054	1.571	2.619
Agosto	523	913	1.037	1.556	2.614	913	921	1.139	1.569	2.620
Setembro	522	912	1.037	1.537	2.609	912	920	1.141	1.566	2.615
Outubro	519	913	1.036	1.471	2.596	913	918	1.132	1.556	2.593
Novembro	522	913	1.025	1.454	2.400	902	918	1.106	1.538	2.505
Dezembro	519	903	1.026	1.454	2.563	902	913	1.127	1.541	2.563
Janeiro 2017	513	904	1.024	1.530	2.563	902	956	1.127	1.540	2.568
Fevereiro	607	918	1.027	1.530	2.568	904	955	1.129	1.541	2.568
Março	602	940	1.036	1.530	2.830	940	955	1.204	1.617	2.830
Abril	601	940	1.068	1.516	2.814	940	947	1.203	1.610	2.823
Mai	600	937	1.100	1.600	3.000	937	941	1.203	1.700	3.000
Junho	612	956	1.122	1.563	2.985	956	969	1.234	1.657	2.892
Julho	611	951	1.117	1.544	3.044	951	964	1.223	1.631	2.882
Agosto	603	942	1.106	1.523	2.856	942	956	1.218	1.607	2.745
Setembro	507	942	1.098	1.511	2.814	942	951	1.209	1.522	2.599
Outubro	502	937	1.057	1.507	2.512	937	943	1.206	1.553	2.517
Varição mensal (%) Out. 2017/set. 2017	-0,9	-0,5	-3,7	-0,2	-10,7	-0,5	-0,8	-0,2	2,0	-3,2
Varição no ano (%) Out. 2017/dez. 2016	-3,2	3,8	3,0	3,7	-2,0	3,9	3,3	7,0	0,8	-1,8
Varição anual (%) Out. 2017/out. 2016	-3,3	2,6	2,0	2,4	-3,2	2,6	2,7	6,5	-0,2	-2,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de outubro de 2017.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19

Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – Jan. 2016-out. 2017

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2016 (2)	-69.404	-5.385	-19.796	-14.178	-25.297
Declaração fora do prazo	-3.950	-92	-635	-159	-5.186
Com ajuste (3)	-73.354	-5.477	-20.431	-14.337	-30.483
Janeiro	-1.187	69	-684	-1.067	331
Fevereiro	-5.812	-1.066	-615	-2.490	-2.884
Março	-4.803	-1.547	4	-3.085	-1.630
Abril	-3.022	1.983	-3.457	-1.802	-1.407
Maio	-6.052	-706	-3.454	-2.112	-2.736
Junho	-7.976	-545	-1.984	-823	-4.462
Julho	-7.285	1.163	-1.832	-1.522	-4.603
Agosto	-3.516	367	407	-1.510	-889
Setembro	-331	-1.279	-1.341	484	2.461
Outubro	-5.601	279	-1.136	-1.125	-2.164
Novembro	-7.547	-2.130	422	1.457	-3.314
Dezembro	-16.272	-1.973	-6.126	-583	-4.000
2017 (2)	8.551	2.942	-5.212	-5.248	804
Declaração fora do prazo	-2.405	388	650	-38	-587
Com ajuste (3)	6.146	3.330	-4.562	-5.286	217
Janeiro	-145	601	-675	-920	-624
Fevereiro	-1.704	575	-2.533	-1.263	254
Março	-2.920	-449	-663	-2.432	-1.166
Abril	7.192	1.139	-503	-53	2.330
Maio	2.966	1.093	-530	-770	386
Junho	-1.290	-17	-308	190	-376
Julho	847	918	590	-1.473	1.726
Agosto	2.490	335	2.396	-461	238
Setembro	2.297	-149	541	716	750
Outubro	-36	-44	-1.239	1.105	779
Novembro	-1.146	-1.157	-867	2.989	878

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até novembro.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Set.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Set.-out.
Receita (Exceto intraorçamentária) (I)	347.686.017	328.395.215	1.669.634.849	272.296.730	327.957.011	1.549.902.483
Receitas Correntes	229.297.871	229.040.227	1.158.195.414	210.253.894	247.472.770	1.126.418.967
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.388.764	73.084.801	385.968.549	63.204.743	90.397.990	381.421.665
Impostos	68.354.551	72.069.394	378.641.408	62.321.095	89.241.145	374.300.423
Taxas	1.034	1.015	2.593.351	884	1.157	2.930.687
Receita de Contribuições	123.238.165	129.795.060	621.546.597	118.245.926	116.428.529	595.948.758
Contribuições Sociais	120.648.922	127.175.812	608.248.767	115.946.322	114.068.993	582.544.739
Contribuições Econômicas	2.589.243	2.619.248	12.379.996	2.299.604	2.359.535	13.404.017
Contribuições p/ Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0	0	0	-	-	0
Receita Patrimonial	14.528.240	12.012.034	64.946.054	12.092.316	8.363.124	64.759.766
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	338	334	1.682	330	326	1.583
Valores Mobiliários	5.039.818	3.466.569	24.339.282	4.382.199	3.560.068	21.395.175
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.724.776	268	3.135.779	986	321	1.245.577
Exploração de Recursos Naturais	6.709.917	7.477.651	32.667.384	6.063.960	3.837.433	37.347.596
Exploração do Patrimônio Intangível	4	-3	1	-	2	2
Cessão de Direitos	420	466	1.994	328	311	1.322
Demais Receitas Patrimoniais	-934	2	1.589	718	536	3.643
Receita Agropecuária	3	737	750	4	6	20
Receita Industrial	189	114	764	115	101	721
Receita de Serviços	9.691.962	4.199.302	34.057.732	10.186.145	5.720.560	37.881.460
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	514	514	2.821	823	634	3.546
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	515	423	2.610	550	652	2.797
Serviços e Atividades referentes à Saúde	300	298	1.452	265	281	1.311
Serviços e Atividades Financeiras	8.357.453	2.959.063	27.149.841	8.541.665	4.149.238	29.888.431
Outros Serviços	6	6	503	7	4	28
Transferências Correntes	185	308	1.062	132	76	645
Outras Receitas Correntes	10.414.969	4.714.467	40.060.725	4.469.087	26.179.571	39.589.700
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.379.666	1.227	1.383.717	1.237	22.999.346	23.003.106
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.484.489	1.551.101	9.239.409	1.237.217	869	1.241.675
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	132	158	620	93	88	501
Demais Receitas Correntes	1.633	1.431	14.631.990	1.395	1.353	1.012.881
Receitas Correntes a Classificar	2.134.662	4.811.299	8.781.033	1.721	200	4.409
Receitas de Capital	118.388.145	99.354.988	511.439.435	62.042.837	80.484.241	423.483.517
Operações de Crédito	102.487.508	20.507.410	351.758.536	41.382.022	60.891.389	147.238.222
Operações de Crédito Internas	102.240.250	19.598.288	346.802.411	40.434.298	60.911.328	143.552.088
Operações de Crédito Externas	247	909	2.975.285	948	-20	1.919.753
Alienação de Bens	57	100	641	137	307	801
Alienação de Bens Móveis	30	84	525	114	285	913
Alienação de Bens Imóveis	27	16	116	23	21	88
Alienação de Bens Intangíveis	0	1	1	-	3	3
Amortizações de Empréstimos	3.880.022	54.085.680	71.495.468	4.340.228	5.748.257	40.513.135
Transferências de Capital	12	-52	191	637	234	1.739
Outras Receitas de Capital	11.952.238	24.713.784	87.442.650	16.180.310	13.536.679	234.529.261

(Continuação)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Set.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Set.-out.
Integralização do Capital Social	0	0	0	-	0	0
Resultado do Banco Central	0	11.477.570	19.426.769	0	0	156.285.934
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	11.952.238	13.236.214	68.015.881	16.180.310	13.536.679	78.237.127
Resgate de Títulos do Tesouro	-	0	0	-	0	0
Demais receitas de Capital	-	0	0	-	0	0
Receitas de Capital a Classificar	-	0	0	-	0	0
			0	0	0	7.859.789
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	353.039.021	333.505.247	1.697.603.083	277.257.235	332.882.570	1.579.419.072
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	71.239.260	104.006.532	495.735.811	144.634.396	180.916.334	662.043.501
Operações de Crédito Internas	71.239.260	99.746.901	490.928.077	140.229.269	180.916.334	654.054.981
Mobiliária	71.239.260	99.746.901	490.928.077	140.229.269	180.916.334	654.054.981
Operações de Crédito Externas	0	4.259.631	4.260.179	4.405.127	-	7.988.521
Mobiliária	0	4.259.631	4.260.179	4.405.127	-	7.988.521
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	424.278.281	437.511.778	2.193.338.892	421.891.631	513.798.904	2.241.462.575
Déficit (VI)	-	0	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	424.278.281	437.511.778	2.193.338.892	421.891.631	513.798.904	

Receita realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receita (Intraorçamentária) (II)	5.353.005	5.110.032	27.968.237	4.960.505	4.925.559	29.516.589
Receitas Correntes	5.324.381	5.100.590	27.859.350	4.960.505	4.934.687	29.516.589
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	274	179	1.226	65	-21	388
Impostos	51	33	334	29	-45	50
Taxas	223	148	895	36	25	338
Receita de Contribuições	3.260.943	3.040.752	15.389.334	2.779.262	2.821.013	13.799.517
Contribuições Sociais	3.260.940	3.040.752	15.389.305	2.779.262	2.821.013	13.799.490
Contribuições Econômicas	3	0	29	1	0	28
Contribuições p/ Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial	978	265	1.806	622	283	2.555
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	225	263	1.189	554	277	2.755
Valores Mobiliários	728	0	730	0	0	71
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	24	3	50	68	5	73
Receita Industrial	19	18	92	28	22	131
Receita de Serviços	12	5	1.684	8	6	1.452
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3	2	1.162	973	605	706
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0	0	0	0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	9	951	3.765	781	4	1.724
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	0	0	0	0
Outros Serviços	-1	-1	-4	348	0	384
Outras Receitas Correntes	1.058.265	1.086.642	10.421.679	1.013.197	2.085.814	14.401.277
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	38	-12	35	-5	32	-284
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	63	98	1.518	500	107	1.668

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2017/jan.-abr. 2016

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	1.058.203	1.084.265	2.142.467	1.012.971	0	5.414.593
Demais Receitas Correntes	29	9	8.275.445	0	2.085.676	11.110.420
Receitas de Capital	0	0	71	0	-9	-9
Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Internas	0	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas	29	9	38	0	0	9
Alienação de bens	0	0	71	0	-9	0
Alienação de Bens Móveis	29	9	38	0	-9	-9
Alienação de Bens Imóveis	0	0	71	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
Integralização do Capital Social	0	0	0	0	0	0
Resultado do Banco Central	0	0	0	0	0	0
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0	0	0	0	0	0
Resgate de Títulos do Tesouro	0	0	0	0	0	0
Demais receitas de Capital	0		0		0	0
			0			

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Despesas (Exceto Intraorçamentária) (VIII)	400.304.598	158.396.172	1.481.515.396	519.273.140	253.502.281	1.574.319.155
Despesas Correntes	323.433.592	120.571.960	1.186.589.676	435.277.862	225.987.012	1.371.045.583
Pessoal e Encargos Sociais	42.473.328	21.738.672	204.065.679	81.142.894	44.216.450	245.380.912
Juros e Encargos da Dívida	77.191.844	14.391.801	165.456.900	25.896.446	14.259.118	140.285.005
Outras Despesas Correntes	203.768.420	84.441.487	816.122.291	327.003.778	167.511.444	982.910.178
Transferência a Estados, DF e Municípios	51.352.404	21.353.015	219.539.613	94.113.342	43.658.123	273.421.951
Benefícios Previdenciários	103.387.319	42.200.606	399.236.752	155.161.912	76.943.641	462.564.704
Demais Despesas Correntes	49.028.696	20.887.866	197.345.924	77.728.525	46.909.680	246.923.523
Despesas de Capital	76.871.006	37.824.212	294.925.719	83.995.279	27.515.268	203.273.573
Investimentos	3.198.947	1.696.704	7.523.658	2.369	2.331.772	2.336.620
Inversões Financeiras	9.898.009	3.907.479	37.133.046	21.615.233	7.493.396	58.269.125
Amortização da Dívida	63.774.050	32.220.029	248.649.310	59.700.029	17.613.171	137.013.342
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	5.857.696	2.842.987	27.540.146	16.388.860	4.456.629	44.329.673
Despesas Correntes	5.856.922	2.829.828	26.818.182	13.813.305	5.478.567	40.200.464
Pessoal e Encargos Sociais	3.688.654	1.664.099	15.705.336	6.161.665	3.234.914	18.644.424
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.168.268	1.165.729	10.889.197	7.651.642	2.243.652	21.556.043
Demais Despesas Correntes	2.168.268	1.165.729	10.889.197	7.651.642	2.243.652	19.512.356
Despesas de Capital	773	13	2.801	1.343.587	(1.025.472)	1.661.739
Investimentos	620	4	2.259	29	6	81
Inversões Financeiras	154	9	933	1.342.528	(1.027.816)	1.657.261
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	406.162.294	161.239.159	1.509.055.539	535.662.001	257.958.910	1.618.648.829
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	32.805.610	15.744.794	428.179.820	138.416.113	161.733.941	611.500.460
Amortização da Dívida Interna	32.360.470	15.602.774	416.191.556	136.368.148	161.478.124	603.902.942
Dívida Mobiliária	32.130.725	15.507.943	415.119.086	136.352.437	161.364.629	603.758.025
Outras Dívidas	230	95	1.072	16	113	145
Amortização da Dívida Externa	445	142	9.890.365	1.092.406	256	5.430.134
Dívida Mobiliária	231	-	9.002.602	963	-	3.076.931
Outras Dívidas	214	142	1.584	1.085	256	2.469
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	438.967.904	176.983.953	1.937.235.360	674.078.114	419.692.851	2.231.095.650
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	438.967.904	176.983.953	1.937.235.360	674.078.114	419.692.851	2.231.095.650

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balança Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Receita Realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	6.393.792.405	6.630.229.446	32.399.448.544	6.101.296.431	6.061.571.281	30.610.101.083
Receitas Correntes	6.187.419.822	6.492.672.092	31.199.768.024	5.795.077.538	5.784.558.785	29.294.361.623
Receita Tributária	3.729.690.310	3.734.280.941	17.951.576.122	3.428.401.998	3.367.521.886	16.691.743.710
Impostos	3.503.771.796	3.513.403.722	16.947.526.600	3.234.020.123	3.184.479.808	15.802.487.338
Taxas	225.918.514	220.877.219	1.004.049.522	194.381.875	183.042.079	889.256.372
Contribuição de Melhoria	-	-	0	-	-	0
Receita de Contribuições	367.942.272	468.710.987	2.077.765.057	511.191.902	322.115.042	2.080.377.999
Contribuições Sociais	367.942.272	468.710.987	2.077.765.057	511.191.902	322.115.042	2.080.377.999
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	0	-	-	0
Receita Patrimonial	110.109.413	-	455.601.552	94.100.354	149.185.530	666.371.088
Receitas Imobiliárias	6.766.401	204.789.994	241.770.364	6.151.995	7.650.458	27.442.404
Receitas de Valores Mobiliários	90.119.557	11.963.669	374.893.116	79.108.459	120.336.709	579.259.336
Receitas de Concessões e Permissões	3.559.904	110.046.729	125.757.551	4.176.118	6.576.262	13.762.622
Compensações Financeiras	-	3.287.998	3.287.998	-	-	0
Receita de Cessão de Direitos	-	-	30.317.361	4.663.781	14.622.100	45.879.949
Outras Receitas Patrimoniais	9.663.551	-	9.663.551	-	-	26.777
Receita Agropecuária	-	79.491.598	79.496.969	3.524	1.628	235.829
Receita da Produção Vegetal	400	-	5.771	1.252	1.138	8.989
Receita da Produção Animal e Derivados	400	40	440	-	-	219.987
Outras Receitas Agropecuárias	-	40	40	2.272	490	6.853
Receita Industrial	97.595	-	262.752	113.771	72.564	186.335
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	0	-	-	0
Receita da Indústria de Transformação	97.595	97.595	360.347	113.771	72.564	186.335
Receita da Indústria de Construção	-	-	0	-	-	0
Outras Receitas Industriais	-	97.595	97.595	-	-	0
Receita de Serviços	11.412.601	-	80.170.455	38.725.267	29.933.462	126.031.962
Transferências Correntes	1.683.877.482	-	7.700.925.076	1.618.277.800	1.558.156.912	8.816.504.377
Transferências Intergovernamentais	1.652.399.754	50.263.729	7.616.751.211	1.574.611.400	1.521.845.245	8.614.882.429
Transferências de Instituições Privadas	140.995	1.781.570.350	1.782.240.336	244.750	94.244	1.541.709
Transferências do Exterior	-	1.750.004.611	1.750.004.611	-	-	0
Transferências de Pessoas	-	206.942	206.942	-	-	0
Transferências de Convênios	31.149.490	-	133.580.364	43.421.650	36.217.424	200.080.239
Transferências para o Combate à Fome	187.243	-	187.243	-	-	0
Outras Receitas Correntes	284.289.749	31.358.796	675.139.872	104.262.922	357.571.761	912.910.323
Multas e Juros de Mora	56.203.257	-	196.196.058	44.294.227	43.486.028	196.778.020
Indenizações e Restituições	65.240.607	252.958.457	484.448.053	32.051.357	76.848.601	390.677.470
Receita da Dívida Ativa	9.459.323	56.308.027	92.976.539	5.389.723	4.997.530	27.256.416
Receita Decor.de Aportes Periód. P/ Amortização de Déf. Atuarial do R	-	54.430.749	54.430.749	-	-	0
Receitas Diversas	153.386.562	9.491.443	188.918.353	22.527.614	232.239.602	298.198.418
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	-	-	0	0	0	0
Receitas de Capital	206.372.583	132.728.238	1.194.851.404	306.218.893	277.012.496	1.315.739.459
Operações de Crédito	111.314.814	137.557.354	563.198.961	173.823.616	27.130.644	618.747.695
Operações de Crédito Internas	3.528.125	17.661.235	229.126.155	152.075.235	17.117.170	509.422.100
Operações de Crédito Externas	107.786.689	1.273.275	215.449.962	21.748.381	10.013.474	109.325.595

(Conclusão)

Tabela 22

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Receita Realizada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Alienação de Bens	2.954.248	16.387.960	30.297.936	1.319.940	2.723.688	6.958.843
Alienação de Bens Móveis	13.950	5.417.375	8.763.015	1.160.660	324.900	3.619.615
Alienação de Bens Imóveis	2.940.298	1.811.851	12.376.187	159.280	2.398.788	3.339.228
Amortização de Empréstimos	682.953	3.605.524	29.430.612	26.356.977	28.506.059	123.945.571
Amortização de Empréstimos		87.027.834	240.688.508	26.356.977	28.506.059	123.945.571
Transferências de Capital	91.420.569	27.450.909	502.191.740	104.718.360	218.652.106	566.087.349
Transferências Intergovernamentais	12.480.189	945.402	20.210.851	4.942.030	-	10.186.360
Transferências de Instituições Privadas	-	-	0	-	-	0
Transferências do Exterior	-	-	0	-	-	0
Transferências de Pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	0	-	-	0
Transferências de Convênios	78.940.380	26.505.507	597.473.678	99.776.330	218.652.106	555.900.989
Transferências para o Combate à Fome	-	-	0	-	-	0
Outras Receitas de Capital	-	-	0	-	-	0
Integralização do Capital Social	-	-	0	-	-	0
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	0	-	-	0
Receitas de Capital Diversas	-	-	0	-	-	0
Outras receitas	-	-	0	-	-	0
Receitas (Intraorçamentárias) (II)	842.233.044	614.199.056	3.857.432.061	444.183.314	414.345.355	2.548.020.141
Subtotal das Receitas (III) = (I+II)	7.236.025.449	7.244.428.502	36.256.880.605	6.545.479.745	6.475.916.636	33.158.121.223
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Operações de Crédito Internas	-	-	0	-	-	0
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	0	-	-	0
Operações de Crédito Externas	-	-	0	-	-	0
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	0	-	-	0
Subtotal com Refinanciamentos (V) = (III + IV)	7.236.025.449	7.244.428.502	28.964.307.102	6.545.479.745	6.475.916.636	33.158.121.223
Déficit (VI)			0			0
Total (VII) = (V + VI)	7.236.025.449,26	7.244.428.502	21.728.281.653	6.545.479.745	6.475.916.636	33.158.121.223
Saldos de Exercícios Anteriores						

Receita Intraorçamentária	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receitas Correntes	842.233.044	614.199.056	3.857.432.061	444.183.314	414.345.355	2.548.020.141
Receita de Contribuições	414.325.832	442.402.654	2.101.972.358	439.858.614	403.959.483	2.115.311.404
Contribuições Sociais	414.325.832	442.402.654	2.101.972.358	439.858.614	403.959.483	2.115.311.404
Receita de Serviços	7.071.764	7.860.901	29.802.234	4.324.700	10.385.872	31.162.256
Outras Receitas Correntes	420.835.448	163.935.501	1.725.657.469	-	-	401.546.481
Total	842.233.044	614.199.056	3.857.432.061	444.183.314	414.345.355	2.548.020.141

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 23

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Despesa Executada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Despesas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	6.501.912.578	6.767.163.356	31.669.615.520	6.405.401.786	6.370.886.049	30.555.768.277
Despesas Correntes	5.921.060.155	6.105.659.289	28.959.662.097	5.717.113.914	5.712.531.095	27.465.077.325
Pessoal e Encargos Sociais	3.060.300.071	3.155.802.565	15.764.087.186	3.084.939.572	3.080.613.835	15.182.893.164
Juros e Encargos da Dívida	62.328.979	143.528.218	429.555.858	45.182.854	105.705.073	416.954.883
Outras Despesas Correntes	2.798.431.104	2.806.328.506	12.766.019.053	2.586.991.488	2.526.212.187	11.865.229.278
Transferências a Municípios	990.101.493	1.000.023.415	4.741.567.433	919.463.987	873.655.737	4.395.068.773
Demais Despesas Correntes	1.808.329.611	1.806.305.091	8.024.451.621	1.667.527.501	1.652.556.450	7.470.160.505
Despesas de Capital	580.852.423	661.504.067	2.709.953.423	688.287.872	658.354.954	3.090.690.952
Investimentos	445.182.579	475.877.566	1.957.760.156	517.695.474	493.438.732	2.211.211.202
Inversões Financeiras	21.124.857	54.152.025	152.156.841	53.937.681	49.731.346	203.696.189
Amortização da Dívida	114.544.987	131.474.475	600.036.425	116.654.717	115.184.876	675.783.562
Reserva de Contingência		-	0	-	-	0
Reserva do RPPS			0		-	0
Despesas (Intraorçamentárias) (II)	860.299.260	547.022.680	3.854.309.389	442.909.878	431.431.849	2.537.438.808
Subtotal das Despesas (III)=(I + II)	7.362.211.838	7.314.186.036	35.523.924.909	6.848.311.664	6.802.317.898	33.093.207.085
Amortização da Dívida / Refinanciamento (IV)		-	0	-	-	0
Amortização da Dívida Interna		-	0	-	-	0
Dívida Mobiliária		-	0	-	-	0
Outras Dívidas		-	0	-	-	0
Amortização da Dívida Externa		-	0		-	0
Dívida Mobiliária		-	0		-	0
Outras Dívidas			0		-	0
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	7.362.211.838,05	7.314.186.035,50	20.847.527.036	6.848.311.664	6.802.317.898	26.157.635.987
Superávit (VI)			0			0
Total (VII) = (V + VI)	7.362.211.838,05	7.314.186.035,50	13.570.639.792	6.848.311.664	6.802.317.898	26.157.635.987

Despesa Intraorçamentária	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Despesas Correntes	860.299.260	547.022.680	3.854.309.389	442.909.878	431.431.849	2.537.438.808
Pessoal e Encargos Sociais	352.045.142	351.341.488	1.772.351.386	372.711.319	369.245.128	1.817.385.205
Outras Despesas Correntes	508.254.119	195.681.192	2.081.958.004	70.198.559	62.186.721	720.053.603
Despesas de Capital			-	-	-	0
Investimentos			-	-	-	0
Total	860.299.260	547.022.680	3.854.309.389	442.909.878	431.431.849	2.537.438.808

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

(Continua)

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

Unidade da Federação	2017											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado	
Norte	1.933.771.624	1.644.084.726	1.650.654.365	1.121.776.412	2.165.499	2.002.029	1.452.411	1.473.096	1.571.076	624.885	6.359.576.123	
Acre	88.466.040	99.761.476	80.120.874	0	0	0	0	0	0	0	268.348.390	
Amazonas	664.276.268	547.015.681	604.677.728	0	760.010	635.101	0	0	0	0	1.817.364.788	
Pará	901.330.415	768.247.767	746.484.190	836.021.894	824.086	839.924	873.679	823.679	931.756	0	3.256.377.390	
Rorônia	0	0	0	0	311.947	247.266	302.197	311.982	279.083	270.374	1.722.849	
Amapá	66.035.122	53.946.831	47.327.729	70.878.243	67.026	61.340	72.176	54.636	65.709	61.265	238.570.077	
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	60.546	67.166	61.818	189.530	
Tocantins	213.663.779	175.112.971	172.043.844	214.876.275	202.429	218.396	204.357	222.252	227.360	231.428	777.003.091	
Nordeste	4.691.811.754	5.123.109.877	5.687.874.830	5.956.508.767	5.785.131	6.152.893(n)	5.856.961	5.797.911	6.058.750	4.253.478	21.487.057.459	
Maranhão	503.117.059	454.004.454	475.655.190	468.907.071	500.239	557.560	529.713	529.200	572.750	564.152	1.904.937.388	
Piauí	330.748.619	312.106.240	263.507.516	294.253.764	289.986	310.691	301.122	313.284	327.992	323.983	1.202.483.197	
Ceará	956.206.876	820.242.335	828.483.965	850.943.592	831.763	1.049.088	963.753	950.998	971.294	995.466	3.461.639.130	
Rio Grande do Norte	475.645.477	0	414.582.982	411.510.912	404.025	425.673	417.867	440.950	438.871	437.241	1.304.303.998	
Paraíba	475.122.961	413.348.004	402.021.915	425.013.776	412.523	412.417	411.636	411.768	437.336	448.365	1.718.040.701	
Pernambuco	1.292.450.686	1.051.292.472	1.138.145.410	1.090.190.648	1.161.744	1.217.526	1.170.120	1.178.744	1.261.815	1.224.380	4.579.293.545	
Alagoas	355.332.739	291.994.004	286.838.894	315.365.445	287.645	225.743(n)	0	0	0	0	1.249.818.727	
Sergipe	301.437.096	232.992.264	262.892.702	267.253.886	246.613	275.054	250.413	255.166	267.676	259.887	1.066.120.757	
Bahia	1.750.241	1.547.130.104	1.615.756.256	1.833.069.673	1.650.589	1.679.136	1.812.333	1.717.799	1.781.014	0	5.006.347.145	
Sudeste	18.454.369.954	13.160.537.630	17.869.508.256	18.302.312.461	17.352.292	17.933.019	17.624.646	19.640.553	18.655.589(n)	19.061.527	67.878.339.338	
Minas Gerais	3.743.884.569	3.370.766.798	3.477.037.133	3.695.729.797	3.583.331	3.708.267	3.735.944	4.286.909	3.885.010	4.258.004	14.310.880.762	
Espírito Santo	818.971.880	713.566.489	668.364.305	736.410.407	759.837	792.072	736.294	744.948	837.403(n)	803.069	2.941.149.301	
Rio de Janeiro	2.862.071.775	0	2.447.637.774	2.924.455.491	2.571.717	2.595.700	2.530.309	2.568.499	2.713.533	2.655.994	8.249.806.252	
São Paulo	11.029.440.730	9.076.204.343	11.276.469.044	10.945.716.766	10.426.947	10.836.979	10.622.098	12.040.195	11.219.642	11.344.459	42.394.321.203	
Sul	6.969.557.002	4.483.743.425	4.616.521.566	5.320.313.093	6.315.520	6.388.236	6.382.012	6.612.456	6.895.736	4.262.754	21.426.991.800	
Paraná	4.063.447.312	2.044.763.879	2.155.151.771	2.442.890.530	2.296.061	2.142.133	2.310.372	2.373.229	2.473.918	0	10.717.849.205	
Santa Catarina	0	0	0	0	1.484.546	1.582.799	1.548.112	1.632.483	1.701.791	1.608.806	955.8537	
Rio Grande do Sul	2.906.109.690	2.438.979.546	2.461.369.795	2.877.422.563	2.534.913	2.663.303	2.523.526	2.606.743	2.720.026	2.653.947	10.699.584.052	
Centro-Oeste	2.668.677.194	2.560.529.102	2.667.762.411	2.800.540.097	2.638.401	2.763.005	2.738.145	2.903.172	3.138.819	2.989.127(n)	10.711.690.346	
Mato Grosso	774.616.073	807.046.241	916.416.280	933.142.954	816.079	842.662	865.134	881.082	1.041.688	983.119	3.436.651.312	
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0	751.132	752.446	761.235	2.264.813	
Goiás	1.206.098.482	1.147.686.821	1.151.598.784	1.218.374.873	1.193.456	1.260.097	1.214.576	1.270.957	1.344.684	1.244.772(n)	4.730.042.730	
Distrito Federal	687.962.639	605.796.040	599.747.347	649.022.270	628.865	660.245	658.433	0	0	0	2.544.475.839	
Brasil	34.718.186.528	26.972.004.760	32.492.321.428	33.501.450.830	34.256.846	35.239.184(n)	34.054.176	36.427.191	36.319.973(n)	31.191.773(n)	127.788.701.759	

(Conclusão)

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

2016

Unidade da Federação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado jan.-abr.
Norte	93.748.048⁽¹⁾	73.411.609	1.905.809⁽¹⁾	1.882.891	2.792.895	1.948.984	1.402.828	1.813.935	85.328.885	82.449.900	1.810.559.773	2.192.488.004	4.254.079.704
Acre	91.662.475	71.475.595	0	0	825.346	0	0	0	83.208.572	80.411.393	86.275.272	117.635.650	531.492.303
Amazonas	589.794	563.750	562.335 ⁽¹⁾	596.240	582.085	542.052	0	579.609	682.837	613.988	615.998.065	640.827.395	1.261.575.815
Pará	903.659	831.678	813.179	777.271	809.720	837.496	825.492	907.019	852.479	842.821	837.868.578	845.529.098	1.691.798.490
Rorônia	278.402	265.901	231.763	248.599	274.063	245.505	270.345	62.819	265.682	252.039	0	264.150.862	266.545.980
Amapá	69.155	45.318	54.206	62.196	54.062	55.789	56.231	60.552	59.958	59.272	64.166.181	59.407.095	124.150.015
Roraima	58.184 ⁽¹⁾	53.760	54.907	0	55.171	55.894	53.556	0	60.701	70.972	0	65.482.813	65.887.774
Tocantins	186.379	175.607	189.420	198.584	192.449	212.248	197.205	203.935	200.656	199.415	206.251.677	199.455.091	407.662.666
Nordeste	5.967.776	5.506.356	4.141.674	4.738.211	5.507.939	5.598.971	5.644.272	5.902.951	5.453.638	5.759.717	2.193.621.578	6.361.626.585	8.609.469.668
Maranhão	539.015	458.880	430.172	470.860	466.346	503.405	522.025	452.569	526.523	514.751	531.350.104	592.483.621	1.128.718.271
Piauí	311.903	284.945	262.682	272.891	259.837	281.394	281.285	299.990	292.275	204.564	0	286.342.584	289.094.350
Ceará	866.186	830.362	0	0	825.346	841.739	864.703	901.756	913.147	898.854	908.188.092	938.026.539	1.853.156.724
Pernambuco	1.134.041	1.034.893	1.008.678	1.082.529	1.103.320	1.088.569	1.098.438	1.140.746	1.163.713	1.188.957	0	437.051.497	874.953.713
Alagoas	294.781	338.387	269.495	286.503	256.972	277.013	253.470	374.864	300.713	281.264	322.760.388	332.163.500	657.857.350
Sergipe	243.132	241.451	237.017	251.253	243.976	242.113	239.260	241.631	249.837	249.491	0	264.363.734	266.802.895
Bahia	1.735.397	1.513.573	1.507.216	1.568.984	1.573.453	1.570.853	1.589.835	1.659.671	1.604.147	1.582.987	1.762.844	1.886.943.082	1.904.612.042
Sudeste	3.349.845.619	2.726.981.843	14.593.452	14.242.256	17.066.384⁽¹⁾	14.745.868	14.222.695	17.165.725⁽¹⁾	2.379.619.508	17.687.597	15.396.501.369	18.614.492.139	42.542.932.346
Minas Gerais	3.400.936	3.164.360	3.277.201	3.437.304	3.456.518	3.496.891	3.522.439	3.466.307	3.733.915	3.587.061	3.562.075.217	3.784.812.626	7.381.430.775
Espírito Santo	810.694	779.508	718.880	719.498	709.837 ⁽¹⁾	694.268	700.375	814.654	736.081	738.734	703.970.487	685.657.806	1.396.340.985
Rio de Janeiro	3.335.184.987	2.712.945.140	0	0	2.630.795	0	0	2.488.295 ⁽¹⁾	2.364.839.494	2.650.565	0	2.872.804.015	11.291.054.996
São Paulo	10.449.002	10.092.835	10.597.370	10.085.454	10.269.234	10.554.708	9.999.881	10.396.469	10.310.018	10.711.237	11.130.455.665	11.271.217.692	22.505.139.565
Sul	6.442.168	5.890.772	6.097.551⁽¹⁾	6.219.498	4.651.105	4.473.352	6.044.443	6.027.329	6.164.538	1.547.999.365	6.270.386.987	6.597.775.716	14.462.075.273
Paraná	2.296.142	2.032.905	2.286.147 ⁽¹⁾	2.170.598	2.147.489	2.122.754	2.161.995	2.183.223	2.120.378	2.159.731	2.204.092.580	2.300.273.685	4.523.763.480
Santa Catarina	1.671.632	1.368.187	1.368.856	1.413.640	0	0	1.395.397	1.382.992	1.489.669	1.543.294.684	1.486.019.803	1.647.490.888	4.686.895.748
Rio Grande do Sul	2.474.394	2.489.680	2.442.548	2.635.260	2.503.616	2.350.598	2.487.052	2.459.114	2.554.491	2.544.950	2.580.274.604	2.650.011.143	5.255.227.450
Centro-Oeste	3.334.650	2.997.258	2.383.574	2.641.734	2.613.022	2.538.681	2.707.294	2.565.484	3.344.244	1.180.293.766	1.900.132.089	2.858.755.437	5.964.307.233
Mato Grosso	765.045	710.859	792.523	831.003	795.668	800.212	831.979	795.575	794.078	0	0	827.413.116	834.530.058
Mato Grosso do Sul	653.872	647.225	0	0	0	0	0	0	693.602	661.446	689.971	0	3.346.116
Goiás	1.271.846	1.041.087	1.109.966	1.182.974	1.165.419	1.183.153	1.209.834	1.141.907	1.272.033	1.178.972.508	1.222.784.126	1.354.684.323	3.767.019.176
Distrito Federal	643.887	598.087	481.084	627.757	651.936	555.315	665.481	628.002	584.531	659.812	676.657.992	676.657.998	1.359.411.882
Brasil	3.459.338.26	2.814.787.838	29.122.060⁽¹⁾	29.724.590	32.631.346⁽¹⁾	29.305.856	30.021.532	33.475.424⁽¹⁾	2.479.910.813	2.834.190.345	27.571.201.796	36.625.137.881	

Fonte: CONFAZ - COTEPE/ICMS.

Elaboração: SE/Conf.

Última Atualização: 06/11/2017.

(1) valor provisório.

Tabela 25
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$1,00)

Meses	I C M S		Outras		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Janeiro	1.729.279.006,76	1.724.578.251,84	190.240.063	114.011.796	1.919.519.070	1.838.590.047
Fevereiro	1.526.609.601,99	1.497.040.438,30	235.603.065	163.947.107	1.762.212.667	1.660.987.545
Março	1.597.593.291,00	1.440.538.386,18	231.748.372	406.424.725	1.829.341.663	1.846.963.111
Abril	1.813.683.081,81	1.545.992.966,11	237.628.038	242.093.497	2.051.311.120	1.788.086.463
Maio	1.622.810.218,04	1.549.765.641,38	262.016.766	258.185.800	1.884.826.984	1.807.951.441
Junho	1.658.141.861,42	1.545.468.685,81	326.168.222	318.945.893	1.984.310.083	1.864.414.579
Julho	1.790.838.484,96	1.571.070.522,49	238.379.871	226.729.136	2.029.218.356	1.797.799.659
Agosto	1.694.816.480,59	1.631.183.948,80	312.013.319	300.618.138	2.006.829.799	1.931.802.087
Setembro	1.759.114.632,95	1.728.773.674,00	241.400.326	219.772.552	2.000.514.959	1.948.546.226
Outubro	1.802.192.313,01	1.838.684.760,21	252.621.834	294.208.735	2.054.814.147	2.132.893.495
Total	16.995.078.973	16.073.097.275	2.527.819.876	2.544.937.379	19.522.898.849	18.618.034.654

Fonte: Sefaz–Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balança Orçamentário - Receita - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Receita Liquidada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	882.521.657	855.813.441	4.464.704.107	820.731.846	785.755.160	5.548.733.896
Receitas Correntes	864.758.125	843.140.063	4.416.908.553	817.412.584	768.738.311	5.450.296.572
Receita Tributária	303.072.185	305.790.766	1.754.709.435	308.934.327	289.511.261	2.041.946.154
Impostos	276.887.874	280.660.195	1.525.094.120	285.163.962	266.463.459	1.817.994.266
Taxas	26.184.311	25.130.571	229.615.315	23.770.365	23.047.802	223.951.888
Receita de Contribuições	40.037.380	39.749.399	201.869.883	44.783.814	37.399.843	258.418.766
Contribuições Sociais	23.054.117	23.733.787	116.475.865	28.287.109	23.172.435	158.304.682
Contribuição de Iluminação Pública	16.983.263	16.015.611	85.394.018	16.496.706	14.227.408	100.114.084
Receita Patrimonial	29.363.565	21.563.326	135.913.281	31.995.851	30.441.689	191.057.112
Receitas Imobiliárias	3.435.075	105.294	4.135.640	407.437	1.591.818	4.602.971
Receitas de Valores Mobiliários	22.739.044	18.009.456	115.786.672	28.225.164	25.260.360	161.345.180
Receitas de Concessões e Permissões	3.189.445	3.448.575	15.990.969	3.363.249	3.589.512	25.108.962
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	0	-	-	0
Receita Industrial	-	-	0	-	-	0
Receita da Indústria de Construção	-	-	0	-	-	0
Receita de Serviços	11.437.693	425.030	17.495.684	242.742	90.378	10.396.896
Transferências Correntes	429.433.654	413.615.404	2.066.525.574	402.889.872	364.678.126	2.588.253.913
Transferências Intergovernamentais	428.245.669	413.011.785	2.063.362.813	401.788.645	362.904.085	2.582.925.320
Transferências de Instituições Privadas	250.400	600.410	852.246	400	600	640.647
Transferências do Exterior	-	-	0	-	-	0
Transferências de Pessoas	289.983	2.510	298.220	1.740	162.122	194.783
Transferências de Convênios	647.602	700	2.012.295	1.099.087	1.611.320	4.493.163
Outras Receitas Correntes	51.413.647	61.996.139	240.394.697	28.565.979	46.617.014	360.223.730
Multas e Juros de Mora	24.432.588	30.265.486	112.341.509	23.915.026	22.045.150	122.333.278
Indenizações e Restituições	11.708.663	14.559.887	36.225.789	4.584.235	2.354.021	40.738.169
Receita da Dívida Ativa	9.210.090	9.485.976	59.289.238	15.505.065	15.142.753	112.355.179
Receitas Correntes Diversas	6.062.306	7.684.790	32.538.161	-15.438.347	7.075.089	84.797.103
Receitas de Capital	17.763.533	12.673.377	47.795.554	3.319.262	17.016.849	98.437.324
Operações de Crédito	7.397.663	-	7.397.663	-	4.053.615	15.159.418
Operações de Crédito Internas	7.397.663	-	7.397.663	-	4.053.615	15.159.418
Operações de Crédito Externas	-	-	0	-	-	0
Alienação de Bens	-1.822.156	133	1.672.889	1.012.311	1.042.121	17.960.775
Alienação de Bens Móveis	-	133	133	-	-	9.947
Alienação de Bens Imóveis	-1.822.156	-	1.672.756	1.012.311	1.042.121	17.950.828
Transferências de Capital	12.188.025	12.673.244	38.725.001	2.306.952	11.921.112	60.202.840
Transferências Intergovernamentais	-	395.400	4.387.776	882.000	198.768	9.063.710
Transferências de Convênios	12.188.025	12.277.844	34.337.225	1.424.952	11.722.344	51.139.130
Outras Receitas de Capital	-	-	0	-	-	5.114.291
Receitas de Capital Diversas	-	-	0	-	-	5.114.291
Receitas (Intraorçamentárias) (II)	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	283.030.037
Subtotal das Receitas (III) = (I+II)	932.516.606	900.544.363	4.693.050.162	862.024.365	827.329.708	4.990.346.974
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	932.516.606	900.544.363	4.693.050.162	862.024.365	827.329.708	4.990.346.974
Déficit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VII) = (V+ VI)	932.516.606	900.544.363	4.693.050.162	862.024.365	827.329.708	4.990.346.974

(Conclusão)

Tabela 26

Balço Orçamentário - Receita - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Receita Intraorçamentária	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Receitas Correntes	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	283.030.037
Receita de Contribuições	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	565.167.383
Contribuições Sociais	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	564.274.691
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	282.137.345
Receita de Transferências	-	44.730.923	178.351.106	-	-	45.620.190
Total de Receitas Intra-Orçamentárias	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	328.650.228
Total	49.994.949	44.730.923	228.346.055	41.292.520	41.574.548	566.060.075

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 27

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2017/jan.-out. 2016

(R\$ 1,00)

Despesa Liquidada	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Despesas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	861.974.670	866.192.934	4.044.490.436	849.237.201	840.513.752	4.543.791.393
Despesas Correntes	800.942.798	806.015.558	7.858.907.064	792.779.543	794.035.534	4.802.628.194
Pessoal e Encargos Sociais	375.598.737	388.582.264	5.698.740.502	370.804.703	364.247.081	2.327.270.987
Juros e Encargos da Dívida	319.807	570.378	1.888.816.641	821.239	684.839	11.127.358
Outras Despesas Correntes	425.024.254	416.862.916	1.930.092.754	421.153.602	429.103.614	2.464.229.849
Despesas de Capital	61.031.873	60.177.376	2.155.673.795	56.457.658	46.478.218	369.074.601
Investimentos	39.532.692	36.382.554	363.363.926	46.396.631	36.958.200	261.008.067
Inversões Financeiras	-	-	133.290.118	-	-	0
Amortização da Dívida	21.499.181	23.794.822	96.783.690	10.061.026	9.520.018	108.066.535
Reserva de Contingência	-	-	96.783.690	-	-	0
Reserva do RPPS	-	-	41.948.522	-	-	0
Despesas (Intraorçamentárias) (II)	56.830.194	45.423.822	842.685.731	47.217.795	43.034.524	301.859.658
Subtotal das Despesas (III) = (I+II)	918.804.864	911.616.756	5.078.630.244	896.454.996	883.548.277	4.804.138.024
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	918.804.864	911.616.756	4.277.893.036	896.454.996	883.548.277	4.804.138.024

Despesa Intraorçamentária	2017			2016		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado Jan.-out.
Despesas Correntes	42.531.276	45.159.455	213.356.639	47.217.795	43.034.524	301.859.658
Pessoal e Encargos Sociais	42.516.133	45.141.609	213.083.534	41.834.802	43.005.638	294.918.033
Outras Despesas Correntes	15.143	17.845	273.105	5.382.993	28.886	6.941.625
Despesas de Capital	14.298.917	264.367	20.045.960	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	56.830.194	45.159.455	233.138.232	47.217.795	43.034.524	260.346.632

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

publicacoes.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Britto
Rosângela Conceição

INFORMAÇÕES:

71 3115-4711

71 3115-4771

In English: +55 71 3115-4795

En español: +55 71 3115-4795

www.sei.ba.gov.br

 
seibahia

 **SEI**
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ISSN 1413-1536

